AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU,* referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.* Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM HISTÓRIA

"A GENTE QUER É SER UM CIDADÃO":

Trajetória do movimento institucional das pessoas com deficiência e a luta das pessoas cegas pelo direito à informação no Brasil

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

4901
5.09(C)

Uberlândia
2011

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

"A GENTE QUER É SER UM CIDADÃO":

Trajetória do movimento institucional das pessoas com deficiência e a luta das pessoas cegas pelo direito à informação no Brasil

Trabalho de Conclusão de curso submetido à UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Profª Drª Dilma Andrade de Paula.

Uberlândia

2011

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

"A GENTE QUER É SER UM CIDADÃO":

Trajetória do movimento institucional das pessoas com deficiência e a luta das pessoas cegas pelo direito à informação no Brasil

Trabalho de Conclusão de curso submetido à UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Profª Drª Dilma Andrade de Paula.

Banca Examinadora:

Uberlândia, 07 de julho de 2011.

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula (Orientadora) INHIS/UFU

Prof. Dr. Leandro José Nunes (Examinador) INHIS/UFU

Profa. MSC. Gisélia Maria Campos – (Examinadora) INHIS/UFU

Uberlândia

2011

AGRADECIMENTOS

Antes de discorrer sobre o presente trabalho quero fazer alguns agradecimentos:

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, o dono de todo universo e da vida por me permitir viver até o presente momento.

Aos meus pais: Silma Pontes de Almeida e Antônio de Almeida pelo apoio a todas as minhas decisões, principalmente minha mãe, que desde o começo não mediu esforços para que eu tivesse os recursos, à medida do possível, os quais me possibilitaram estudar.

À tia Jesualda Pontes, por me ajudar com vários trabalhos.

Aos leitores e monitores por darem-me suporte durante o curso, não citarei os nomes para não ser injusta.

A servidora do Centro de Pesquisa, Ensino, Extensão e Atendimento em Educação Especial da UFU–CEPAE, Maria Ivonete Ramos pelo suporte e o apoio, para que eu tivesse acesso aos recursos técnico extracurso a fim de desenvolver meus estudos, tais como ledores, monitores e outros.

A todos os meus professores por tudo que me possibilitaram aprender, desenvolver e crescer durante a minha graduação.

Ao colega Bruno Rocha de Paula pelo auxílio na busca de fontes para a realização deste trabalho.

A professora Áurea Valéria Santini pela correção do português no presente trabalho.

E, finalmente, a minha Orientadora Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula pela orientação de minha monografia, e por todo aprendizado, não só como orientadora, mas como professora, o que levarei por toda minha vida.

EPÍGRAFE

É!
A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade...

É!
A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Prá passar a mão nela...

É!
A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação...

(GONZAGUINHA- LUIZ GONZAGA JR.)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as diversas faces do processo de inclusão no Brasil. Para isso, traça um vasto panorama histórico, das primeiras iniciativas de inclusão na Europa até as políticas mais efetivas, nos dias atuais. Em primeiro lugar, faz-se uma análise do Estado, sua relação com a sociedade civil, o impacto das políticas públicas na sociedade, pensando o Brasil a partir da constituição de 1988 e o papel das organizações de pessoas com deficiência. Em um segundo momento, analisa-se o papel da sociedade civil no processo de construção da cidadania, enfocando os sujeitos com deficiência visual, mostrando que estes indivíduos são sujeitos de seu tempo. São tratados os seguintes problemas centrais: a) as relações entre Estado e sociedade civil, focando as tramas específicas das políticas voltadas às pessoas com deficiência visual, no que se referem às leis, políticas, projetos e atendimentos a estas pessoas nos diversos espaços sociais; b) a análise dos limites de atuação estatal e onde entram as organizações da sociedade civil na pressão pela implementação destas leis, procurando garantir a acessibilidade aos indivíduos com deficiência nos vários campos de suas vidas. Como estudo de casos trata-se do processo de luta pela implementação da Audiodescrição no Brasil. Além de uma bibliografia específica, as fontes utilizadas são leis, decretos e documentos diversos de organizações da sociedade civil.

Palavras Chave: Estado, Organizações, Inclusão

ABSTRACT

This paper aims to analyze the various aspects of the inclusion process in Brazil. For that draws a broad historical overview, the first initiatives of inclusion policies in Europe by more effective nowadays. First, it is an analysis of the state, its relationship with civil society, the impact of public policies in society, thinking about Brazil from the 1988 constitution and the role of organizations of persons with disabilities. In a second step, we analyze the role of civil society in the process of building citizenship, focusing on subjects with visual impairment, showing that these individuals are subjects of his time. They are treated the following central issues: a) the relationship between state and civil society, focusing on specific plots of policies aimed at people with visual impairments as they relate to laws, policies, projects and visits to these people in various social spaces b) analysis of the limits of state action and where to enter the civil society organizations in pressing for implementation of these laws, seeking to ensure accessibility to individuals with disabilities in many areas of their lives. As a case study it is the struggle for the implementation of audio description in Brazil. In addition to a bibliography, the sources used are laws, decrees and documents of various civil society organizations.

Keywords: State, Organizations, Including

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **09**

2 QUESTÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS ACERCA DE LUTAS POR DIREITO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA DO ESTADO ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**2
2.1.1 MATRIZES FILOSÓFICAS QUE FUNDAMENTARAM AS ANÁLISES SOBRE A NATUREZA DO ESTADO 12
2.1.2 A NATUREZA DO ESTADO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 19
2.2 CRISTIANISMO E RENASCIMENTO – ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 23
2.3 QUESTÕES PRELIMINARES DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL LIGADAS AO GOVERNO 28
2.4 A CRIAÇÃO DE HOSPITAIS MILITARES E A INFLUÊNCIA DO MODELO MÉDICO NA HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 32

3 A DITADURA E A ASCENSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA LUTA POR DIREITOS NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1970 ..... **34**

3.1 ANOS 1950 E 1960: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E NA RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E AS TRANSFORMAÇÕES NA INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 34
3.2 A CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DA BREVE DEMOCRACIA DO FIM DOS ANOS 50 E COMEÇO DOS ANOS 1960 E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE FORMARÃO A BASE ORGANIZACIONAL DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS ANOS 1970 37
3.2.1 O ASSOCIATIVISMO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS 1950 E 60 39
3.3 O MILAGRE ECONÔMICO E A REPRESSÃO POLÍTICA 42
3.4 ANOS 1970, A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL E A ASCENSÃO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS 48
3.5 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O MOVIMENTO POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 50
3.6 CRIAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA BRAILE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL QUE DETERMINARAM A SUA TRAJETÓRIA NO MUNDO 53
3.7 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BRAILE NO BRASIL 56
3.8 O ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES- AIPD 60
3.9 DIRETRIZES MUNDIAIS: O DOCUMENTO REGULAMENTADOR DO ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES 64
3.10 O ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES E SEUS REFLEXOS NO BRASIL 66
3.11 O MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 67

4 O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À INFORMAÇÃO: O CASO DA LUTA PELA AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL **72**

4.1 DEFINIÇÃO E HISTÓRICO DA AUDIODESCRIÇÃO 72
4.2 A TRAJETÓRIA DA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL 74

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**05**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**8**

1 INTRODUÇÃO

Antes de falar como este projeto se desenvolveu, é preciso especificar de quais sujeitos históricos este trabalho se trata. Quando dizemos "pessoas com deficiência", e não mais, "pessoas portadoras de deficiência", é porque hoje, entende-se que a deficiência é uma característica dos indivíduos que a possuem, e que é inerente ao ser humano. Ao contrário do termo "pessoas portadoras" que remete a algo que podemos carregar e deixar em algum lugar quando quisermos, e até faz referência à deficiência como doença, e da qual os indivíduos precisam ser curados a qualquer custo, a fim de se integrarem da forma mais normal possível ao sistema social. Assim, as pessoas com deficiência não são mais pessoas especiais, mas que possuem necessidades especiais devido à sua característica, a fim de desfrutarem de todos os espaços sociais em igualdade de oportunidades. A isto, denomina-se: inclusão, e não mais integração, na qual as pessoas com deficiência teriam de se adaptar à sociedade.

Os questionamentos que trago no presente trabalho foram fruto de minhas vivências como pessoa com deficiência visual, bem como das minhas relações com as instituições voltadas as pessoas cegas e com baixa visão na cidade de Uberlândia. Durante a minha luta diária por uma vida autônoma e independente, me deparei com instituições pouco estruturadas para apoiar principalmente as pessoas cegas em sua luta pela inclusão.

O grande problema que vivenciei foi a desunião e a falta de sincronia entre as seguintes instituições: Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia, Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo, Fundação Pró Luz e a Sala Braile da Biblioteca Municipal. Apesar de não tratar neste trabalho destas questões específicas, pude identificar em nível nacional a mesma desunião entre a Federação Brasileira de Entidades de Cegos e a União Brasileira de Cegos, as quais formalizaram sua união a fim de criar a Organização Brasileira de Cegos somente no ano de 2010.

Tal descompasso entre estas instituições fez com que a minha trajetória fosse construída a partir de minhas necessidades, ou seja, a minha freqüência em cada uma dessas instituições dependeu da minha vivência diária na busca pela formação básica e acadêmica; pela autonomia de orientação e

mobilidade; e, em alguns casos, como o aprendizado da informática, precisei contar com a ajuda de pessoas que conheci fora da minha cidade.

Diante disto penso que apesar de haver várias instituições que ofereçam serviços para pessoas cegas ou com baixa visão, deve existir uma instituição de pessoas com deficiência visual onde as mesmas possam exercer com autonomia o papel de norteadores e defensores das políticas públicas que dizem respeito a suas vidas.

No segundo semestre de 2007, após participar do projeto de extensão voltado a conscientização da comunidade acadêmica com relação a acessibilidade física e social das pessoas com deficiência no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia pude vivenciar um período de estágio oferecido pela pró-reitoria de Graduação, atuando junto ao Centro de Pesquisa, Ensino, Extensão e Atendimento em Educação Especial da UFU- CEPAE. Através destas duas realidades (física e social) notei o descompasso entre teoria e prática, cujas bases norteiam as políticas de inclusão das pessoas com deficiências em diversas esferas sociais. Ao mesmo tempo, em minha vida particular, sofri um processo de auto-aceitação e auto-afirmação que mudou minha visão de mundo sobre o que é ser uma pessoa que possui como característica uma deficiência sensorial visual, ou seja, como pessoa cega pude entender que possuo vivências e visões de mundo diferentes das pessoas sem deficiência, e é isto que compõe a diversidade do ser humano, somos diferentes, mas vivemos no mesmo mundo.

O meu objetivo inicial era fazer uma análise das leis voltadas às pessoas com deficiência e em seguida, colher depoimentos que pudessem oferecer indicativos do quanto essas leis eram ou não cumpridas, bem como, saber das pessoas as suas visões de mundo, e suas ligações com as instituições que as atendiam, a fim de entender como se constituem as relações no processo de inclusão. Neste sentido, minha busca por fontes foi árdua e conflituosa, até eu entender que o processo de inclusão das pessoas com deficiência não é um acontecimento puramente estruturalista, mas fruto de conflitos de poder, construídos socialmente, através do embate entre várias culturas, dentro e fora desse segmento. Assim, encontrei no autor Antônio Gramsci e em sua concepção de Estado 'ampliado', a fundamentação teórica que precisava para compor minha análise: o movimento institucional das pessoas com deficiência e sua luta por direitos, no contexto brasileiro.

Para começar a escrever sobre o assunto, li vários livros e todas as monografias e teses do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, que tinham como foco as pessoas com deficiência, porém encontrei apenas uma dissertação de mestrado que apontava para a perspectiva da inclusão como processo. A maioria dos trabalhos tratava do assunto pelos seguintes olhares negativos: enumerar obstáculos físicos e atitudinais; fundamentar o processo de inclusão nos exemplos de vida e de superação de obstáculos; separar as políticas públicas do público alvo, colocando o Estado como um agente negativo e autoritário e as pessoas com deficiência como vítimas, sem pensar na complexidade dos embates políticos e culturais.

Durante este trabalho precisei seguir um caminho que não desejei, o estabelecimento de marcos históricos legitimados por uma história oficial, e que muitas vezes podem ser contestados. Dentre eles cito a vinda da corte para o Brasil; a criação de institutos governamentais ligados as pessoas com deficiência e a promulgação da constituição de 1988, dentre outros.

Analisar a Inclusão como processo não condiz com a metodologia de partir de um conceito de Mentalidade ligada ao estabelecimento de Marcos Históricos. Na ânsia de dar à História uma ordem pode-se perder a perspectiva de tratá-la como Processo, acreditando assim que em alguns momentos há uma mentalidade de resistência, a qual é equivocada, pois não se pode conferir atos contra Hegemônicos sem a experiência dos indivíduos. Às vezes o que pode aparecer como resistência para mim, para as pessoas que vivenciaram o fato pode não o ser. Entretanto, pela falta de fontes mais concretas e por demandar uma pesquisa mais árdua de minha parte, optei por este caminho, pois, em alguns momentos torna-se extremamente complicado o diálogo entre os conceitos ligados a pessoas com deficiência, e as vivências desses indivíduos sem que haja fontes expressivas para tal.

As leituras, nas quais alicercei para realizar o presente trabalho são leituras de teses recentes e bem estruturadas na via factual, datadas dos anos de 2009 e 2010, e mesmo sem uma postura crítica mais profunda trazem perspectivas e indicadores no vigente trabalho. Com essas leituras pude pensar como o Estado restrito se relaciona com a sociedade civil, a fim de compor o processo de inclusão das pessoas com deficiência e como as mesmas ganharam a força necessária para que hoje, o Brasil garanta a esse segmento populacional um aparato legal, exemplar

em todo o mundo, porém, na prática deixa muito a desejar. Baseado nessas leituras este trabalho está estruturado em três subdivisões, sendo as duas primeiras mais factuais, com apoio bibliográfico e a terceira com mais análise de fontes.

O 2º item, objetiva mostrar como as pessoas com deficiência ganharam visibilidade a partir de sua organização em instituições voltadas a prestação de serviços e ao apoio técnico a tais pessoas. Outro objetivo desse item foi entender como o Estado nacional brasileiro influenciou de forma direta e indireta, tanto na criação de instituições de ensino, quanto na legitimação de um modelo de inserção social que influenciou as práticas voltadas aos cidadãos com deficiência.

Faço, antes, uma explanação sobre o conceito de Estado, sua evolução filosófica e influência no âmbito de análise do processo de inclusão. Em seguido discorro sobre o tratamento caritativo e protecionista do mundo europeu cristão medieval, a partir do renascimento, como a expansão da ciência deu origem ao modelo médico; o de ver a deficiência como doenças a serem tratadas pelo Estado, o tratamento assistencialista e protecionista no início da formação do Estado Brasileiro e as primeiras instituições voltadas às pessoas com deficiência, criadas no século XIX, com a breve estrutura governamental do segundo Império; e de que forma o processo de educação, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência visual foi tratado pelo Estado no século XX.

No 3º item, considero o contexto histórico brasileiro que desencadeou no associativismo desse segmento no fim dos anos de 1950 e início dos anos 1960, levando as mesmas a se estruturarem para que, mais tarde, pudessem ter forças para interferir nas políticas públicas e contestarem o modelo médico de integração das mesmas na sociedade. Também procuro mostrar como o Estado Brasileiro vivenciou uma crise, durante o regime militar (1964-1985), o que favoreceu a organização das pessoas com deficiência, durante os anos 1970, em organizações criadas por elas, a fim de lutarem por seus direitos sem intermediários, apesar da ausência de aparato legal voltado às mesmas. Como os documentos internacionais expedidos pela Organização das Nações Unidas prepararam o cenário nacional para a Constituição de 1988, que significou o início da adoção de medidas legais, por parte da sociedade política, a fim de garantir a cidadania das pessoas com deficiência.

E ainda, como as pessoas cegas e com baixa visão atuaram de forma ativa na normatização em seu sistema de leitura e escrita, o Braile. A constituição

de 1988 só contemplou as pessoas com deficiência porque as mesmas se organizaram e se uniram no âmbito da sociedade civil e reuniram forças para lutar contra o poder hegemônico da assembleia nacional constituinte.

E, finalmente, no 4º item, mostro de maneira prática como a relação entre a sociedade política e a sociedade civil é intrincada e complexa, bem como a ineficácia da norma legal escrita, se não houver organização e luta dos grupos envolvidos no âmbito da sociedade civil. Para tal, trago a discussão sobre o direito das pessoas com deficiência visual à informação transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos eventos culturais, através do recurso da Audiodescrição. Os documentos garimpados, tais como leis, moções, ofícios foram baseados em relatos recentes, sendo que o primeiro livro sobre o assunto data do fim do ano de 2010.

2 QUESTÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS ACERCA DE LUTAS POR DIREITO DE INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Considerações sobre a Natureza do Estado

Antes de discorrer sobre a atuação do Estado no processo de Inclusão das pessoas com deficiência, cabe aqui, refletir sobre três ideias que se cristalizaram sobre o que é o Estado: 1ª. O Estado como significado de Governo; 2ª. O Estado como a somatória das vontades e direitos Individuais, tornando-o um indivíduo ou entidade criada pelo conjunto de individualidades, as quais lhe deram origem; e 3ª. O Estado como um indivíduo dotado de vontade própria que paira sobre a Sociedade, uma entidade dotada de iniciativa e vontade própria e desconsidera a diversidade dos grupos sociais, os seus interesses e objetivos, bem como a luta dos mesmos pelo Poder. (MENDONÇA, 1986)

2.1.1 Matrizes filosóficas que fundamentaram as análises sobre a natureza do Estado

As ideias sobre a noção da natureza do Estado refletidas no senso comum são expressões de matrizes teóricas e filosóficas, desenvolvidas a partir dos séculos XVII e XVIII, que tentaram compreender como a estrutura estatal se constituiu. O senso comum adotou ideias simplificadas e que entendem o Estado como objeto, e não como relação sóciocultural. Destas ideias podemos citar: o Estado como sinônimo de burocracia; e, o Estado como um agente que está à frente das decisões político-econômicas de uma administração e pode, por si só, decidir os rumos da sociedade. O texto que se segue está baseado em Mendonça (1986 - 1998) e Gramsci (1999)

A matriz filosófica que originou o Estado como objeto foi a Jusnaturalista, que o pensou a partir do direito público, cujo conceito se confundia com os de moral e de ética. O objetivo dos filósofos Jusnaturalistas era estabelecer leis universais para reger as ciências humanas, assim como os princípios matemáticos comprovavam as ciências exatas: matemática, física, química e biologia. Com isso, pretendiam estabelecer leis naturais que regessem as relações sociais, os hábitos dos indivíduos e, consequentemente, o modo de atuação do Estado. De acordo com este pensamento, as leis universais regiam a construção social e estabelecia os rumos dos fatos, acontecimentos e relacionamentos entre seres humanos, possuindo estes, uma natureza única. Os principais teóricos que defendiam o Jusnaturalismo foram Espinoza, Hobbes, Locke e Rousseau.

Este pensamento se desenvolveu para contestar o Direito Divino defendido pela Igreja Católica, que o centralizava em Deus e em sua atuação infinita e soberana, no qual os homens não tinham o poder de interferir e opinar nas análises, interpretações e na aplicação de tal direito. No Jusnaturalismo, o homem era o centro do universo e podia decidir os rumos de suas relações sociais, do seu modo de viver e da aplicação do Direito Natural. Outra característica desta matriz era a ligação estabelecida entre Direito e Estado, cujo resultado era a análise dos direitos dos indivíduos ligada à natureza, ou seja, o Direito Natural.

As consequências das análises filosóficas Jusnaturalistas para compreensão da relação entre Estado e sociedade civil foram: o seu caráter histórico, diferentemente das análises históricas, a análise Jusnaturalista é regida pelas leis universais, ou seja, a sociedade civil e o Estado não têm separação.

A naturalização da estrutura estatal, ou seja, o Estado é o fruto das vontades individuais, já que os homens civilizados seriam regidos pelo mesmo Estado de Natureza;

Por último pode-se caracterizar a restrição da humanidade aos indivíduos que vivessem sob a matriz estatal Jusnaturalista, sendo que, se estes não abrissem mão de seus desejos individuais em favor de uma sociedade civil não eram considerados humanos.

Dentro da matriz Jusnaturalista surge a ideia de contrato social, em que os indivíduos abriam mão de alguns direitos naturais em favor da dominação de um sistema burocrático que controlaria os homens que estariam em estado de natureza. Assim, surgiram dois modos de vida dos seres humanos concebidas pela análise Jusnaturalista: os homens que viviam em estado de natureza e os que viviam em sociedade civil.

No Estado de natureza, os indivíduos viviam segundo seus próprios desejos e por causa do choque entre as vontades múltiplas destes, por consequência a este conflito de vontades, sua estrutura social era bárbara, violenta e baseava-se na guerra individual pelos desejos humanos; e era impossível existir uma estrutura social e política se o Estado de Natureza humano que era essencialmente mau não fosse controlado. As sociedades tribais seriam um exemplo de indivíduos em estado de natureza. Estas sociedades eram chamadas de Sociedades em Estado de Natureza

Já no Estado de sociedade civil, os homens abriam mão das suas vontades individuais em favor de leis criadas por um determinado grupo com a finalidade de conter a guerra entre os desejos individuais e garantir a estabilidade social e política da coletividade. Este acordo entre o indivíduo de uma sociedade foi denominado, mais tarde, contrato social, cuja execução evitava o autogoverno baseado no estado de natureza.

O Contrato Social dava origem à vida em sociedade civil, assim, o Estado, criado pelas leis que surgiriam do contrato social, tinha o mesmo significado de sociedade civil, na qual, ao mesmo tempo, os indivíduos que viviam sob a sociedade civil seriam tanto cidadãos civilizados quanto sociedade política através do contrato social, por isso, o governante era confundido com o Estado, pois não havia separação entre sociedade, política e sociedade civil, ou seja, instituição estatal e sociedade. O contrato social que surgiria através do abandono do estado

de natureza por uma lei que regularia as vontades dos indivíduos, deu origem à concepção do Estado como somatória das vontades individuais em nome da construção de uma sociedade estável.

Outra ideia originada do Jusnaturalismo, e que ainda hoje, influencia o pensamento sobre o Estado, existente no senso comum, é a ideia de que o estado é um indivíduo que possui vontade e ação próprias e paira acima da sociedade e das vidas dos homens, desconsiderando os vários grupos sociais e os processos que ocorrem na construção das regras que conteriam as individualidades, retirando da sociedade seu poder de atuação em suas vivências e a torna submissa a um estado, que possui um caráter personificado.

No século XIX surgiu uma nova matriz de análise e pensamento sobre o Estado, proposta por Hegel, o pensamento Dialético. Ela criticava as ideias Jusnaturalistas de historicidade, de o contrato social e da individualização da existência do Estado, ou seja, o Estado não seria mais o resultado de vontades individuais, nem o fruto de uma concessão de poder a um determinado grupo visando o bem comum, e tão pouco, se originava em si mesmo sem a participação coletiva da sociedade. Esta nova matriz se estendeu ao pensamento de Karl Marx sobre o conceito de Estado. Nesta nova forma de pensar a estrutura estatal e sua relação com a sociedade, os homens nunca viveram em um estado de natureza, já que o Estado e os indivíduos adquirem nesta filosofia o caráter social, sendo este, o ponto determinante tanto das condições de criação e manutenção da Estrutura burocrática Estatal quanto da forma desigual como as sociedades vivem, o que faz dos homens produto de seu meio e do grupo social do qual fazem parte.

Desta forma, cria-se uma nova relação entre Estado e sociedade civil que muda o papel exercido por estas esferas diferente daquele que ocupavam no Jusnaturalismo. A dualidade entre a Sociedade Civil e a Sociedade de Natureza é substituída por outra, entre Sociedade Política e Sociedade Civil. Assim, a sociedade civil, cuja função política era atribuída pelo Jusnaturalismo, na teoria de Karl Marx, perde esta função deslocando-a para a Sociedade Política. Isto deu à sociedade civil um caráter que ultrapassava o campo político.

A matriz marxiana, denominação dada por (MENDONÇA, 1986) para diferenciar a teoria original de Marx daquelas escritas pelos teóricos marxistas seguidores deste autor, também pode ser caracterizada pela coletivização da estrutura estatal, isto é, os indivíduos por si só, não podem definir os rumos das

políticas adotadas pelo Estado. Desta forma, o que determinava o pensamento e a forma de vida das pessoas não era estar ou não num estado de natureza, mas pertencer a um determinado patamar da cadeia produtiva, formando assim, os grupos de interesse estruturados na esfera econômica.

Nesse sentido, o Estado sempre manifestaria a vontade do grupo que está no poder, independente da vivência estável ou instável de um Governo, ou seja, na paz ou na guerra sempre há um grupo de interesse que domina e os outros que são conduzidos pelo governo da sociedade política. Podemos citar como exemplo a luta entre os patrões, donos dos meios de produção, e os operários, sendo estes oprimidos por àqueles. Assim, as ideias defendidas por Karl Marx, sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil, basearam-se na análise histórica e classista dos Homens, ou seja, a divisão dos indivíduos entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores que possuem a forma de trabalho dava o movimento histórico às lutas entre estas classes.

Esta dominação ocorre sob a noção de propriedade privada, a qual é assegurada por um pequeno grupo que se apropria de algo que deveria ser de todos, obrigando os indivíduos desapropriados a venderem sua força de trabalho para sobreviver. Assim, a sociedade política ao desapropriar a sociedade civil, principalmente dos meios de produção, garante sua superioridade e seu poder através de meios coercitivos para garantir sua posse sobre os meios de produção. Podemos citar como meios de coerção a criação de leis, a burocracia da estrutura da sociedade política e o uso da força, a fim de manter a ordem social.

Ao longo dos estudos de Marx, os quais se distanciaram das ideias hegelianas, os conceitos de sociedade política e sociedade civil foram modificados e passaram a equivaler aos conceitos de superestrutura e infra-estrutura. Enquanto o primeiro representava a estrutura criada pelo domínio de um determinado grupo, bem como os instrumentos de coerção, tais como: leis, polícia, e as ideologias, o segundo significava a organização dos trabalhadores em torno da venda de sua força de trabalho aos meios de produção que lhes foram expropriados.

Segundo Marx, o conceito de Ideologia pode ser caracterizado pelas relações de produção, ou seja, conforme este conceito, a relação produzida entre os proprietários de meio de produção e os donos da força de trabalho, gera para os trabalhadores uma falsa consciência das relações de domínio e da realidade produzida por estas.

Na análise Marxista o conceito de Ideologia é socialmente constituído, o que determina as relações entre as classes sociais, criando noções falsas do real, ou seja, esta filosofia é fundamentada no determinismo social e na existência de uma falsa consciência da população em referência às relações sociais e políticas. Esta concepção de ideologia tem como objetivos: facilitar as relações de dominação e de poder; e a integração políticossocial, pois, a crença ideológica é tão eficaz e sólida, à medida que o poder e o domínio são bem estruturados, o que para Marx se concretizava nas relações de produção.

Da filosofia Marxiana surgiu uma ideia de Estado com as seguintes características: estruturalista, em que a esfera econômica dominava sobre a esfera social, política e cultural; Estado objeto, cuja finalidade seria garantir os interesses econômicos da classe dominante através dos aparelhos repressivos, tais como: a polícia, as leis e a utilização de instrumentos que potencializem a veiculação de pensamentos ideológicos sobre o Estado, ou seja, os dominados teriam uma ideia distorcida sobre o real papel Estatal, fazendo com que as classes dominadas acreditassem que o Estado trabalharia pelo bem comum.

A grande contribuição da matriz marxiana à análise da natureza do Estado foi fundamentá-lo em uma base histórica e sociológica consistente, retirando sua origem de uma base essencialmente natural e recolocando-a no movimento provocado pelas relações sociais. Porém, isto significou outra visão equivocada do Estado como instrumento das classes dominantes, ligando Estado e proprietários dos meios de produção, e assim desconsiderou a complexidade das relações sociais. A isto, se denominou determinismo econômico sobre o político e o social.

Com as transformações ocorridas no século XX, surgiram vários pensadores, adeptos da matriz marxiana que tentaram pensar o Estado para além da esfera econômica, porém a mais expressiva análise da estrutura estatal foi feita por Antônio Gramsci, o qual criticou as bases analíticas do Estado fundamentadas no mecanicismo e no economicismo.

Para este autor o Estado não é um sujeito que paira a cima da sociedade e possui vontade própria, nem o objeto das classes dominantes a fim de garantir suas propriedades e interesses. Desta forma, ele é o fruto das diversas relações sociais incorporando a multiplicidade das mesmas, e refletindo os conflitos, conformidades e resistências pelos quais passa uma determinada sociedade no seu processo de formação e existência. Assim, a Sociedade Civil e a Sociedade Política

não estão mais em oposição uma à outra como nas análises anteriores, as quais possuíam uma base filosófica dual da natureza do Estado.

Esta nova filosofia de pensamento em relação à natureza estatal foi denominada Visão Ampliada do Estado, a qual fundamentou em um tripé: a infraestrutura, que não modifica seu papel em relação à visão de Karl Marx, isto é, continua a representar o âmbito das relações entre o sistema produtivo e o mundo do trabalho; a Sociedade Civil que se constitui dos indivíduos organizados nos denominados Aparelhos Privados de Hegemonia que norteiam as ações e pressões políticas de forma consciente, com foco na luta e conquista de objetivos específicos ligados à garantia de direitos e à plena participação na sociedade como cidadãos, e se estende a todas as esferas sociais, a Sociedade Política e o Estado Restrito, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público.

Em análise com referência ao Estado, Gramsci engloba tanto a Sociedade Civil e a Sociedade Política como participantes das mesmas relações sociais. Assim, os Aparelhos Privados de Hegemonia não estão dicotomicamente opostos aos órgãos públicos, pois o termo Privado significa que os indivíduos da Sociedade Civil aderem, voluntariamente, a estes aparelhos. Isto significa que as pessoas não possuem uma falsa consciência de sua situação na sociedade, e, desta forma, o que se designava como público ligado ao Estado e o privado ligado à sociedade Civil não são coisas opostas, mas uma relação social, ou seja, a natureza do Estado na visão de Gramsci é extremamente abrangente e não restringe às organizações sociais que compõe este tripé de fundamentação da Estrutura Estatal a este ou aquele âmbito de análise, pois não podem ser pensados separadamente.

Assim, as visões do Estado como objeto, coerção, violência e como fundamentação ideológica não poderia explicar a complexidade social e a suposta manipulação das massas, deixando-as em seu lugar, principalmente com a nova conjuntura dos países ocidentais e capitalistas, a partir da primeira metade do século XX. Desta forma, a fundamentação central que passa a nortear as relações entre Sociedade Política e Sociedade Civil é a existência da Cultura, cuja constituição não está no saber e no conhecimento produzido academicamente, e sim, nas diferentes visões de mundo que surgem das relações sociais, das crenças e percepções dos indivíduos sobre sua situação no sistema social, produzidas por cada grupo e suas subdivisões.

Porém, é preciso que estas visões de mundo possam ser desenvolvidas para que um determinado grupo ou fração de grupo possua força para lutar pelo poder, através da supremacia de sua concepção de mundo. Quanto mais os indivíduos se organizarem nos Aparelhos Privados de Hegemonia mais suas ideias sobre o mundo serão desenvolvidas e solidificadas, transformando-se em bases de políticas públicas. Desta forma, quando um determinado grupo não consegue se organizar para fazer valer sua concepção de mundo, adota a mesma de outro grupo social que já esteja com seu nível de organização acentuado e sólido.

Quando um determinado grupo social consegue impor sua cultura sobre os demais, ocorre o que Gramsci chama de Hegemonia, tornando esse grupo mais forte em termos de organização, e consequentemente, a visão de mundo desse grupo se sobressai. Partindo deste princípio, a análise marxiana baseada na dualidade dialética e na coerção pela força e pelas Ideologias dá lugar a um pensamento derivado da matriz marxiana, porém baseado nas relações sociais e na supremacia de um grupo social, o qual se torna dominante pela hegemonia cultural que exerce sobre os outros grupos que a adotam, quer por conformismo quer por conveniência. Deste modo, enquanto os Aparelhos Privados de Hegemonia têm como papel a organização da Sociedade Civil, o Estado Restrito tem como objetivo generalizar e difundir a cultura do grupo hegemônico, incluindo suas instituições que coagem pela força como o exército, a polícia, e o sistema legislativo com suas normas de conduta e de organização da sociedade e instituições.

O processo de transformação estatal e social ocorre quando dentro da Sociedade Civil os Aparelhos Privados de Hegemonia se multiplicam, e também por consequência das diversas culturas dos vários grupos que compõem estas esferas. Com isto, as variadas culturas passam a disputar entre si, o poder hegemônico e cabe àquelas visões que se encontram em segundo plano, lutar para implantar através de uma nova visão de mundo, ideias contra-hegemônicas por meio de seus Intelectuais que têm o papel de pressionar a Sociedade Política a adotar seus projetos culturais de conduta e ação, e com isso, estabelecer o poder hegemônico. Porém, o Intelectual a que Gramsci se refere não é aquele indivíduo que possui conhecimento erudito, mas àquele que organiza a vontade coletiva e persuade à Sociedade Política, a difundi-la.

Enfim, o conceito de Estado Gramsciano resume-se ao seguinte: a hegemonia que parte da infraestrutura que constitui os diversos grupos e classes sociais e suas subdivisões só são possíveis pela existência dos Aparelhos Privados de Hegemonia, originados na Sociedade Civil e responsáveis pela sua organização, através de um Intelectual (ou mais) que representará a visão cultural de mundo, produzida dentro destas organizações. Este representará o projeto cultural do grupo a que pertence no âmbito da Sociedade Política, buscando com isto, legitimá-lo através da hegemonia sobre as demais culturas. Isto não significa que as demais visões de mundo não estão presentes na Sociedade Política através de seus Intelectuais, buscando também a sua legitimidade, o que confere a este tripé o movimento de disputas de projetos sociais. Cabe-nos, o papel de identificar as classes, os segmentos e suas subdivisões; e as visões hegemônicas e aquelas que estão em disputa com esta, o que não é diferente com as pessoas com deficiência visual, como se tentará mostrar neste trabalho.

2.1.2 A NATUREZA DO ESTADO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para exemplificar e desmistificar estas três ideias de Estado apresenta como objeto de estudo o processo de inclusão das pessoas com deficiência: na maioria das análises sobre o assunto, quando se diz que o "Estado" não cumpriu e não cumpre com o seu dever de promover mecanismos de inclusão, refere-se ao "Governo", cuja maior visibilidade se dá pelas Leis e diretrizes que são discutidas, votadas, aprovadas ou não, pelos membros do aparato governamental. Porém, essas leis não são resultado deste ou daquele governo, mas de ideias, concepções, reivindicações que partem de um determinado grupo social, o qual pode ser diretamente o grupo interessado e diretamente afetado pelo assunto ou de outro com objetivos totalmente diferentes do grupo interessado, e é isso que faz a diferença, quanto mais participação da sociedade civil nas práticas governamentais mais conquistas de um determinado grupo social na sociedade política, o que pode provocar mudanças na infraestrutura de uma determinada sociedade.

O Estado não pode ser a soma das vontades individuais porque os indivíduos se reúnem em organizações coletivas, ou seja, os Aparelhos Privados de Hegemonia, tais como: Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Conselhos, Confederações e Órgãos, cujas abrangências podem ser: locais, estaduais, nacionais ou mundiais, e com a finalidade de alcançar alguns objetivos,

necessidades, resolver problemas chegam a um consenso de ideias, estratégias, bem como diretrizes para a aplicabilidade das mesmas. Porém, essas diretrizes atitudinais não são frutos de ideais pacíficos, unitários, mecânicos, mas frutos de debates internos, lutas internas entre os vários subgrupos que se constituem no interior desses aparelhos.

E se, considerarmos que o Estado não se resume somente na sociedade política pode-se dizer que os objetivos, os quais irão provocar mudanças na infraestrutura social, só serão concretizados se as reivindicações que saírem dos Aparelhos Privados de Hegemonia conseguissem um poder capaz de confrontar a força que exerce a Sociedade Política sobre a Infraestrutura e a Sociedade Civil, ou se os grupos dominantes forem atingidos pelas estratégias de ação da militância dos Aparelhos Privados de Hegemonia, beneficiando-se com as mesmas, ou se os mesmos resolverem fazer concessões a fim de evitar confrontos, e outros acontecimentos que possam diminuir o seu poder de atuação nos campos Estrutural, Social e Político.

E, finalmente, o Estado não pode ser considerado um indivíduo independente que paira sobre a sociedade pelas razões já explicitadas e desta forma, reafirma que, a sociedade Política não resume a atuação do Estado. O que ocorre nos casos, cujo poder da sociedade política e seus Aparelhos Repressivos de Estado são a pouca força da Sociedade Civil, a qual não consegue em um primeiro momento disputar forças com a Sociedade Política, no que, confere aos rumos da infraestrutura e da sociedade em geral. Da mesma forma que se individualiza o Estado, também as pessoas com deficiência são individualizadas como se fossem um ser único, capaz de lutar com a pessoa do Estado. Pelo contrário, até certo ponto as reivindicações das pessoas com deficiência podem coincidir, mas existem pontos em que elas se ramificam: pessoas com deficiência física, sensorial (visual e auditiva), intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento e etc., não são iguais nem entre seus grupos específicos, que dirá no processo de se pensar, construir e executar o processo de inclusão, cuja execução tem várias faces, diferentes maneiras de se pensar, não existindo fórmula pronta e acabada.

Em termos práticos podem-se fazer algumas considerações sobre a relação entre o Sistema Estatal e o Processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência: quando uma Lei ou qualquer diretriz seja em que área for (Educação, Saúde, acesso à informação, transportes, etc.) é promulgada e se torna uma Política

Pública, não quer dizer que será cumprida ou que alguns artigos serão cumpridos, nem se pode medir se os efeitos desta lei serão positivos ou negativos, somente se as análises das obrigações da Sociedade Política forem puramente estrutural ou mero dever de alguns órgãos em relação às pessoas com deficiência. É preciso saber qual é a raiz da lei, que grupo a criou, qual o apoio do grupo a quem essa lei se destina e qual o grau de percepção que esse grupo tem sobre a temática da qual a diretriz discorre, quais subgrupos são fortes na localidade em que essa diretriz foi aprovada e qual a mentalidade que impera desde a origem até a execução das leis, decretos, portarias, etc.

Para que a Sociedade Civil se relacione com a Sociedade Política em condições de disputar e exercer seu poder de luta, ela precisa crescer em quantidade e qualidade, ou seja, de nada adianta existirem várias organizações de pessoas com deficiência, se as mesmas não têm força suficiente para lutar por seus direitos e exercer sua cidadania dignamente ou mesmo centralizar as reivindicações em apenas um órgão, se o mesmo não estiver atuante no contexto político, social, econômico, educacional da sociedade ao seu redor. Da mesma forma, não adianta manifestações esporádicas, pois as mesmas só poderão reivindicar coisas para o momento em que se fazem necessárias, não terão permanência nem constância. Desconsiderar as mudanças pelas quais a sociedade passa no dia a dia pode causar cumprimentos de leis obsoletas, isso se agrava com a burocracia da Sociedade Política, que já se tornou mais um obstáculo a ser vencido.

Há um entendimento errôneo de que a sociedade tem uma "Dívida Social" enorme a ser paga para com as pessoas excluídas. É impossível fazer uma analogia das relações sociais com relações pautadas em senso comum, além do mais, esse pensamento reafirma várias concepções: a mudança das ações caritativas das mãos das instituições religiosas e comunitárias, ou seja, a sociedade tem o dever de reparar os seus erros oferecendo o acesso às pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, à escola. E as pessoas com deficiência, já que a dívida está sendo paga, não têm do que reclamar, não se escolhe o dinheiro com que um credor pagará sua dívida, o que importa é efetuar o pagamento; essa relação entre devedor e credor inferioriza as pessoas com deficiência da mesma forma, pois separa a sociedade em Devedores e Credores, quando o certo seria considerar os vários grupos como parte integrante da mesma estrutura social, que é diferenciada e tem diferentes demandas.

O discurso Estruturalista do processo inclusivista advoga que a pessoa com deficiência, só será incluída de fato, no Todo Social, através de sua inserção no mercado de trabalho. É claro que o poder aquisitivo e sócioeconômico fazem diferença no modo e na qualidade de vida da pessoa com deficiência, mas somente no campo pessoal, não há nenhuma mudança na estrutura social; somente o esforço pessoal para estudar, trabalhar, etc. Não que seja algo ruim para a pessoa com deficiência, pois com muito esforço alcançará objetivos tais como: um bom trabalho, uma bagagem cultural de qualidade, no entanto, acabará sempre classificada, marcada, enquadrada no discurso simplista dos "Exemplos de Vida", os quais não provocam mudanças na estrutura econômica, política, comportamental e cultural do sistema social. Exemplos de vida: conformam, prendem e modelam os indivíduos a uma determinada ordem social, culpam e os responsabilizam por defasagens estruturais que não estão ao alcance dos mesmos resolver, como se os indivíduos pudessem medir forças com o Estado personificado, e como se a inclusão fosse uma luta corpo a corpo.

Dessa forma, enquanto as análises das políticas públicas ou das dificuldades, necessidades, capacidades e etc. das pessoas com deficiência não saírem do puro e simples relato de catalogação e superação de obstáculos, direitos e opiniões soltas sobre o que seja inclusão, e a aplicação de políticas públicas genéricas que desconsideram as especificidades de cada categoria de Pessoas com deficiência (cegos, surdos, etc.), não se poderá entender como acontecem essas relações sociais na construção deste processo. Neste sentido, a inclusão só acontecerá de fato, movida pelos sujeitos a quem a mesma interessa, quando as pessoas com deficiência obtiverem o senso crítico e a organização necessária para entender que são sujeitos históricos de seu tempo. E a partir desta tomada de consciência e da luta pelo poder discursivo, social e político conseguirem implantar mudanças na estrutura social, e nesta lógica, possam adquirir poder suficiente para ser ouvidas e conseguirem aprovar e fazer cumprir as leis que lhes dizem respeito de forma específica e não genérica.

Para analisar essa problemática estabelecerei um marco importante no processo de inclusão das pessoas com deficiência nas várias áreas da sociedade, para tal, farei uma explanação de como o Estado (sociedade Política, Sociedade Civil e Estrutura) atuou antes da Constituição de 1988 e como se deram as mudanças e permanências no processo de inclusão das pessoas com deficiência

após a mesma. Antes, porém, é necessário, para fins de entendimento fazer uma síntese de um processo histórico mundial do tratamento de pessoas com deficiência, que se inicia ainda no século XV.

2.2 Cristianismo e Renascimento – assistência e proteção às pessoas com deficiência

Para compreender o processo de relação entre os grupos da sociedade civil e o Estado no contexto Brasileiro é preciso compreender como esse processo ocorreu, principalmente, no continente Europeu, no qual várias medidas que envolveram esse grupo populacional, quer por parte dos Governos, quer por parte de organizações originadas da sociedade foram constituídas dentro das transformações, pelas quais, o mundo passou, principalmente dos séculos XV – XVII.

O surgimento do cristianismo, durante o império romano, deixou influências importantes na sociedade, principalmente na Idade Média que possibilitou uma nova maneira de lidar com as diferenças dos seres humanos próximos àqueles que difundiam tais ideias, como a caridade, o amor ao próximo, o perdão das ofensas, a valorização e compreensão do significado da pobreza, da simplicidade de vida e da humildade. Esses fatores somados à institucionalização da igreja católica possibilitaram a criação, desde o século V, de casas de caridade, onde os excluídos sociais eram depositados e assistidos.

No concílio de Tours, nos anos de 566 e 567, a Igreja Católica aprova uma norma com a finalidade de assistir às pessoas com deficiência e restringir às mesmas em espaços criados para isto. A norma canônica número V estabelecia que cada região cuidasse de seus pobres, mendigos e pessoas com deficiências.

Durante o período da idade média, as pessoas com deficiência, cujas famílias possuíam dinheiro eram confinadas em suas casas, enquanto as pobres eram depositadas em abrigos mantidos pela Igreja Católica junto às pessoas doentes, moradores de rua, ou viviam na mendicância, sem qualquer política voltada às mesmas, com o agravante de os Estados Nacionais se encontrarem em processo de formação, ou seja, a estrutura governamental ainda não estava centralizada em um sistema unificado.

A criação dos hospitais religiosos durante a Idade Média, além da influência da caridade, proporcionou a utilização de práticas medicinais de

tratamento, tanto de pessoas doentes quanto de pessoas com deficiência. Isso foi um fator importante para que no futuro as práticas voltadas à caridade fossem gradativamente substituídas pelo modelo médico de educação das pessoas com deficiência, cujas características eram confundidas com doenças, o que proporcionou um grande envolvimento dos médicos na educação destas pessoas com objetivo não só de pesquisa, mas também, de cura das mesmas, através de métodos científicos. Desta forma, os hospitais não ofereciam apenas tratamentos terapêuticos, mas exerciam papel importante na pesquisa e na prática educacional desses indivíduos.

A partir do século XVII, a Europa começa a ser influenciada pelas medicinas árabe e grega clássica. Dentre essas influências destacam-se a realização de cirurgias que beneficiaram pessoas com doenças crônicas e deficiência física leve; a retomada das práticas da anatomia e estudos anatômicos proporcionou um melhor conhecimento do funcionamento do corpo humano, bem como, o surgimento de várias medidas que interferissem na estrutura corporal. Porém, o exercício da medicina não era acessível às pessoas pobres e, sim, a uma minoria que podia pagar pelos serviços, já os pobres utilizavam a medicina caseira ou os serviços dos charlatães. (SILVA, 1987)

Outra contribuição importante do período renascentista foi o desenvolvimento dentro da medicina da área ortopédica, com a finalidade de tratar pessoas amputadas, feridos à bala, ou com qualquer outro tipo de limitação física. A pesquisa e o desenvolvimento de órteses (que são equipamentos externos ao corpo como bengala, muleta etc.) e próteses (que são membros artificiais ou qualquer equipamento que seja artificial, mas que passa a fazer parte do corpo) isto foi essencial para o futuro tratamento, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e para o desenvolvimento tecnológico.

O Renascimento conjugou uma nova ideia de Homem, bem como, a sua relação com o mundo, uma Igreja Católica que sofre transformações devido a essas concepções que culmina na Reforma e, posteriormente, na Contrarreforma. Nesse momento, o Homem passa a ser pensado como o centro do mundo, como parte integrante da natureza.

Até a chegada dos Jesuítas ao Brasil não havia quaisquer instituições ligadas ou não ao Império (sociedade política na época) nem legislações específicas voltadas às pessoas com deficiência, após a posse das terras brasileiras por

Portugal. Até então, as pessoas que nasciam ou adquiriam uma característica que as incapacitavam de a priori realizar as atividades do grupo social composto pelas tribos indígenas, eram eliminadas ou abandonadas, principalmente, pessoas com deficiência física ou cegas, além de algumas doenças que as incapacitavam para o trabalho tribal, ou seja, aparentavam invalidez (o que ocorria com pouca frequência com as pessoas com surdez ou deficiência intelectual), pelo fato destas características não serem visíveis e não as incapacitar para realização de tarefas cotidianas. As crianças ou indivíduos que não correspondiam aos parâmetros sociais dos diversos grupos sempre foram cercados de mistérios, estigmas, preconceitos e discriminações, respeitando as particularidades de cada um, como os recém nascidos, os quais eram abandonados ou eliminados, esse é o caso das sociedades indígenas do Brasil do século XVI. (SILVA, 1987) (FIGUEIRA, 2008)

Quando os Jesuítas chegam ao Brasil passam a adotar os mesmos métodos e modelos educacionais difundidos nos colégios dos países europeus. Daí, o motivo da explanação acima realizada. Essa Ordem missionária, criada em 1534 por Inácio de Loiola, com o objetivo de praticar a Contrarreforma, chegam ao Brasil em 1549, liderados pelo Pr. Manuel da Nóbrega, com a incumbência de catequizar os povos indígenas e educar os filhos dos Colonos, estes foram expulsos em 1759 pelo Marquês de Pombal sob a alegação de que estava exercendo a função do Estado, e adotando posturas políticas ao invés de religiosas. Com eles, surgem as primeiras instituições que agregariam à Sociedade Civil: Igrejas, Colégios, além das Reduções, ainda que de forma arbitrária, procuraram catequizar, aculturar e proteger os indígenas sob o discurso e a prática de ações caritativas, tutelares e discriminatórias. (MAZZOTTA, 1999) (FIGUEIRA, 2008) (SILVA, 1987).

Além da parte educacional, os Jesuítas exerceram, também, funções médicas (Barbeiros, Cirurgiões Barbeiros, Boticários), opondo-se aos métodos curativos dos pajés que praticavam o curandeirismo. Surgiram os primeiros Hospitais das Irmandades de Misericórdia. Ao exercerem estas funções os Jesuítas trataram ferimentos, fizeram amputações, reduziram luxações, trataram fraturas, ou seja, praticavam pequenas cirurgias. Também tratavam os mais variados casos de doenças e, consequentemente, pessoas com deficiências, seja essa característica congênita ou adquirida em epidemias ou traumas, contribuindo bastante para que em políticas posteriores voltadas às pessoas com deficiência se cristalizasse a ideia de que a palavra "Deficiente" fosse equivalente a "Doente". Esta prática médica

constituiu a medicina Cirúrgica, clínica, obstétrica e farmacêutica praticada no início da colonização do Brasil (FIGUEIRA, 2008)

É na área Educacional que podemos perceber de forma mais clara a atuação do Estado e da sociedade Civil no processo de luta por direitos básicos, como o acesso à educação, ainda que em espaços segregados. É importante destacar que as primeiras iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência abrangeram muito mais que a educação escolar, pois estas pessoas viviam confinadas nos internatos especiais, onde além de conviverem com os supostos "iguais" entre si, ficavam isoladas do convívio social, principalmente as pessoas com deficiência oriundas de famílias abastadas. Porém, a criação destes Institutos em forma de Internatos se deu através de ações isoladas, quer da Sociedade Civil, quer do Estado, isso quer dizer que não havia políticas oficiais de educação voltadas aos indivíduos com deficiência e, apesar de vários destes institutos terem sido criados por decretos Estatais continuavam assumindo um papel caritativo, que segregavam pelo confinamento. (MAZZOTTA, 1999) (FIGUEIRA, 2008)

Contudo, é preciso levar em conta, que os alunos com deficiência e os professores com e sem deficiência, os quais viviam nesses institutos são sujeitos de seu tempo, pois dentro destes espaços surgiram importantes métodos pedagógicos aplicados até hoje, como o sistema de leitura e escrita Braille para pessoas cegas, o uso das Línguas de Sinais para surdos e variados métodos de ensino para pessoas com deficiência intelectual e síndromes, bem como, estudos aprofundados que influenciaram na educação e posteriormente, na inserção social destes indivíduos. A intenção aqui, não é fazer um relato das práticas pedagógicas aplicadas aos alunos com deficiência, mas mostrar como iniciativas esporádicas, tanto Estatais quanto da parte da sociedade Civil abriram caminho para futuras mudanças de pensamento e originaram os primeiros grupos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

As primeiras instituições especializadas na educação das pessoas com deficiência foram criadas na França, no século XVIII, o instituto para a educação de surdos em 1770 e em 1784 o "Instituto Nacional dos Jovens Cegos", nas quais se desenvolveram técnicas utilizadas até os nossos dias, tais como: A língua de sinais, as leituras labiais e o método Braille de escrita. Nos Estados Unidos e Canadá, a partir de meados do século XIX surgem as primeiras classes para pessoas com deficiência, como cegueira, amblíopes (baixa visão) e deficientes intelectuais em regime de externato, o que desencadeou a luta dos pais de alunos com deficiência

por salas nas escolas regulares de ensino. (Mazotta, 1999) (Secretaria Dos Direitos Humanos/BRA, SDH; 2010)

Por volta de 1940, surge uma associação de pais de pessoas com paralisia cerebral com a finalidade de levantar recursos para o tratamento, a pesquisa, a capacitação para o mercado de trabalho e buscar parcerias de Organizações que pudessem investir na causa, com a finalidade de lutar contra as leis que colocavam obstáculos para o ingresso de alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares foi criada a National Association for Retarded Children (NARC) que inspirou vários movimentos de pais e familiares de pessoas com deficiência, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) no Brasil. (MAZZOTTA, 1999) (FIGUEIRA, 2008)

Inspirado nas experiências estrangeiras, o Brasil, também, iniciou o processo de atendimento, educação e posteriormente reabilitação de pessoas com deficiência, e consequentemente, a organização de grupos no âmbito da sociedade civil com a finalidade de lutar e garantir direitos fundamentais a esses indivíduos, mesmo ainda ligados a um discurso de caridade e sustentando ideias segregadoras, porém, foram as precursoras da estrutura dos movimentos das pessoas com deficiência que ganharam força no século XX, especificamente na década de 80, tanto no Brasil quanto no mundo. Até meados dos anos 50 do século XX (1854 – 1956), surgiram iniciativas públicas e privadas com relação à educação, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, porém não se concretizaram em políticas públicas oficiais e nacionais que atendessem esse seguimento da população Brasileira. (FIGUEIRA, 2008).

As primeiras tentativas de se realizar atendimento educacional especializado basearam-se nos escritos de Manuel Andrade de Figueiredo, calígrafo durante o reinado de Dom João V, escreveu a obra "Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar" em 1722 e foi adotado pelos Jesuítas no período colonial no Brasil. O diferencial desta cartilha era sua origem não religiosa e suas recomendações: que o Estado se comprometesse com a educação de seus alunos, a fim de formar Cidadãos, que as técnicas de ensino aplicadas pelos professores acompanhassem o ritmo dos alunos, atendessem às necessidades dos mesmos, que o ritmo das pessoas com deficiência mental fosse respeitado ao utilizar de menor rigor nos castigos, porém traziam uma linha de modelo médico, pois

buscavam através disto, estimular o sistema nervoso dos alunos, a fim de que pudessem aprender como os ditos "Normais" (FIGUEIRA, 2009).

2.3 Questões preliminares da formação do Estado Brasileiro: A criação das primeiras Instituições voltadas às pessoas com deficiência visual ligadas ao governo

A transformação que provocou mudanças estruturais significativas no campo administrativo e governamental Brasileiro foi: a transferência da corte imperial para o país em 1808. Instituições como o Banco do Brasil; Academias Militares; Biblioteca nacional e a Imprensa Oficial do império e a criação de Faculdades, com a finalidade de se formar profissionais, tais como as academias médicas e as faculdades de direito.

A independência do Brasil em 1822 possibilitou o contato com novas experiências com a educação, habilitação, reabilitação e profissionalização de pessoas com deficiência, desenvolvidas por países europeus desde o século XVII tais como: França, Alemanha, Inglaterra, Áustria, bem como conhecimentos específicos, como na área médica que nortearam futuras políticas Estatais e as organizações da sociedade civil em torno do atendimento especializado, voltado às pessoas com deficiência, ainda que restrita a um grupo privilegiado.

Em 12 de Setembro de 1854, através do decreto imperial n° 1428, Dom Pedro II fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant (IBC); e em 26 de Setembro de 1957 pelo decreto imperial n° 839 funda na mesma cidade, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Além da educação em si os dois Institutos ofereciam cursos profissionalizantes, porém trabalhos mais manuais, como a encadernação de livros, tipografia, tricô, sapataria, pautação, douração. Porém esses institutos eram para poucos, de 15.848 cegos eram atendidos apenas 35 cegos e de 11.545 surdos, 17 apenas eram atendidos. (MAZZOTTA, 1999) (FIGUEIRA, 2009)

Em 1883, ocorreu o Primeiro Congresso de Instrução Pública convocado pelo imperador e, em1882, levantou-se a sugestão de criar um currículo especifico para formação de professores para trabalhar com pessoas cegas e surdas. O investimento financeiro nestas instituições diretamente ligadas ao Governo Imperial foi tão grande que ultrapassou o investimento no ensino superior, mas

apesar do grande investimento era um ensino excludente, em regime de internato e para poucos. Até 1950 havia 54 estabelecimentos de ensino regular e 11 de ensino especializado que ofereciam atendimento às pessoas com deficiência, entre particulares e públicas. (MAZZOTTA, 1999).

Na área de atendimento aos cegos e amblíopes o Instituto Benjamim Constant assume um papel importante, não só no desenvolvimento de métodos pedagógicos de ensino aos cegos, mas assume a função de levar conhecimento às pessoas com deficiência visual através da edição e distribuição de livros. Outra instituição importante nesse processo, principalmente nos dias atuais, foi a Instituição Para o Livro do Cego, atual Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC), criada no ano de 1946, em São Paulo, por um grupo de voluntários, liderados pela professora Cega Dorina de Gouveia Nowille com o apoio de autoridades do estado de São Paulo e da comunidade, com a finalidade de transcrever livros para o Sistema de escrita Braille.

No ano de 1861 foi criada a primeira tipografia em Braille e em 1863 foi impresso o primeiro livro em Braille: "História Cronológica do Instituto Imperial dos Meninos Cegos", e serviu como o início da Imprensa Braille atual, a qual foi criada dentro do IBC, sendo este Instituto um dos grandes produtores de livros em Braille do país. Em 1942 o IBC editou o primeiro volume da Revista Brasileira para Cegos (RBC) em Braille, a primeira do gênero no país. Em 1943 funda a primeira imprensa em Braille regulamentada pela portaria ministerial N° 504 de 17 de Setembro de 1949, que passou a fazer a distribuição gratuita de livros em Braille para as pessoas cegas que os solicitassem e a partir de 1947, passa a realizar cursos de formação de professores em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, posteriormente em parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1959 é criada a Revista Infanto- juvenis "Pontinhos" para atender ao público mais jovem. (FIGUEIRA, 2009) (MAZZOTTA, 1999)

Em seguida, a produção de livros expande-se e adota novos formatos com a evolução da tecnologia, tais como: livros gravados em fita K7, à tinta, com caracteres ampliados para os amblíopes, livros em CD, gravação de livros em áudio, bem como a adoção de aparelhos tecnológicos com tecnologia assistiva, que propiciam o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento por parte das pessoas com deficiência visual, o grupo atendido por esta instituição.

2.4 A criação de Hospitais Militares e a Influência do Modelo Médico na Habilitação, Reabilitação e Educação das pessoas com deficiência

Outra atuação estatal que mais tarde se concretizou em políticas de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, influenciando os sistemas educacionais e se consolidando em políticas voltadas ao modelo médico de ensino e integração social destas pessoas foi: a criação dos Hospitais Militares. Em 1727 foi criado o primeiro asilo militar no Rio de Janeiro, o qual deu origem ao Hospital Imperial Militar e que, posteriormente, foram criados Hospitais semelhantes a este, em outras províncias do país, instalados nos antigos prédios Jesuíticos, e além da assistência médica e cirúrgica passou a abrigar os "inválidos da pátria". (FIGUEIRA, 2008)

A partir de 29 de julho de 1868 foi criado o Asilo dos Voluntários da pátria, regulamentado pela lei N° 3904 de 03 de julho de 1967, com a finalidade de abrigar os soldados doentes, mutilados nas guerras e em sua velhice. Além disso, tinha a função de Colégio Militar, a fim de educar os órfãos ou filhos de pais mutilados em combate. (FIGUEIRA, 2008) (SILVA, 1987)

Em 1841 as Beneficências Portuguesas deram início ao surgimento de hospitais ligados às famílias de imigrantes ricos, enquanto os mais pobres passaram a se tratar nos hospitais que surgiram das campanhas Sanitaristas e nos Hospitais - Escola incorporada às universidades. (FIGUEIRA, 2008) (MAZZOTTA, 1999)

A partir dos Hospitais – Escola, as deficiências passam a ser alvo de estudos, pesquisas científicas e desenvolvimento de vários tratamentos, além de novas técnicas de trabalho, principalmente no campo da reabilitação, assim estabelece-se o modelo Médico de se pensar e agir com relação à Deficiência, muitas vezes comparada à doença, e consolida as atitudes preliminares para as fundações de pensamento integracionistas onde a Habilitação e a reabilitação assume um importante papel na adequação dos indivíduos com deficiência na sociedade. Um exemplo é o decreto nº 27083 assinado em 21 de Dezembro de 1956 no governo de Jânio Quadros, o qual regulamentou o Instituto Nacional de Reabilitação (INAR), vinculado a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e construído no mesmo prédio, onde se faziam tratamentos ortopédicos, o que facilitou a criação de uma oficina ortopédica, onde eram produzidos próteses e aparelhos corretivos, ofereciam também cursos de fonoaudiologia, terapia

ocupacional e fisioterapia, que com sua extinção foram absorvidos pela Faculdade de Medicina de São Paulo - USP (FIGUEIRA, 2008)

Paralelo a essa iniciativa oficial surgiram várias organizações da sociedade civil com a finalidade de promover a Reabilitação de pessoas com deficiência e sua colocação ou recolocação no mercado de trabalho, tais como: Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), Lar Escola São Francisco, o Serviço de Reabilitação do SESI, o Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD). Assim, a reabilitação física e a colocação profissional ficam vinculadas pelo modo médico de ver a pessoa com deficiência.

O modelo médico de pensar e tratar as pessoas com deficiência surge com os tratamentos desenvolvidos por hospitais e instituições de caridade, muitas vezes ligadas aos próprios Hospitais e Faculdades de Medicina, que se intensifica no fim do século XIX e no início do século XX.

Este método deixou profundas raízes, que até hoje, resultam em políticas de inserção social destas pessoas. Em busca de respostas que propiciassem alternativas que fossem além do tratamento terapêutico e que oferecessem soluções alternativas de tratamento das pessoas com deficiência, as pesquisas médicas, bem como, trabalhos acadêmicos voltados para essa temática, expandiram seus estudos ao campo educacional, e influenciou as formas pedagógicas de educação de alunos com deficiência, além de terem sido pioneiros nas pesquisas científicas.

As faculdades de medicina foram as primeiras a serem implantadas no Brasil, o que fez com que médicos atuassem como professores e diretores de várias escolas especiais criadas na época, muitas delas fundadas junto a hospitais psiquiátricos.

Deste modelo médico surgiram várias concepções com relação às pessoas com deficiência, que nortearam as práticas de inserção social destas. Destas concepções destaco algumas características, que mesmo até hoje, são dominantes em algumas políticas e que até o fim da primeira metade do século XX era predominante no mundo, e por consequência, no Brasil. A ideia de Normalidade, segundo a qual, a pessoa com deficiência tem que se adequar aos padrões da sociedade, ou pelo menos se aproximar, daí, os programas de Reabilitação que não levavam em conta as verdadeiras capacidades das pessoas com deficiência, nem

suas necessidades e características particulares. Essas pessoas teriam de se "ajustar" a um padrão social de indivíduo, por exemplo, um aluno só poderia estudar em uma sala e escola regular se fosse capaz de acompanhar a turma, ou seja, se ajustar ao padrão de Aluno, razão pela qual na maioria dos cursos de formação profissional se voltaram e, ainda hoje, focam nos trabalhos manuais, mecânicos, na área artística, principalmente musical. Neste sentido, o indivíduo com deficiência deveria se adequar aos parâmetros sociais de trabalho, estudo, comunicação, locomoção, etc.

A Habilitação e Reabilitação é o tratamento das pessoas com deficiência através de tratamentos terapêuticos de origem médica e psicológica e de caráter sociabilizador,que visavam possibilitar melhora no desempenho do indivíduo nos campos físico, psicológico e social por meio de serviços especializados e multidisciplinares (assistência fisioterápica, médica, psicológica, treinamento profissional, trabalhos pedagógicos, psico-motricidade, etc.), porém, apesar da interdisciplinaridade, o fim era o mesmo, treinar os indivíduos para que pudessem exercer funções sociais, psicológicas, pedagógicas que se aproximassem das pessoas sem deficiência. A este modelo de inserção na sociedade dá-se o nome de integração social.

3 A DITADURA E A ASCENSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA LUTA POR DIREITOS, NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1970

3.1 Anos 1950 e 1960: Mudanças significativas na Organização da sociedade civil e na relação com o poder público e as transformações na inserção de pessoas com deficiência

A partir do fim da 2ª Guerra Mundial, os governos passam a se preocupar com maior intensidade em relação à reabilitação de pessoas com deficiência. Em 1943 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do Conselho Nacional do Trabalho determinou pela portaria Nº83 que o instituto de Caixa de Aposentadoria e Pensão organizasse serviços de reabilitação e reeducação de segurados. Mundialmente os programas de reabilitação ganharam

força com a Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela ONU, em 1948. (HOBSBAWM, 2009)

Com a industrialização dos anos 50 e 60 do século XX, bem como as inúmeras políticas de progresso, aumentaram as pessoas com deficiências adquiridas, através de acidentes de trabalho nas indústrias e obras governamentais e acidentes de automóveis, resultado do apoio às indústrias automotivas no país. (FIGUEIRA, 2008)

Além do incentivo aos programas de reabilitação e da previsão da mesma em lei, com o objetivo de aproveitar a mão – de – obra de pessoas com deficiência e não sobrecarregar a previdência social, os governos estaduais e federais passam, ao longo da segunda metade do século XX, a fazer convênios com as instituições especializadas que surgiram por iniciativa de grupos da sociedade civil, para exemplificar podemos citar: A instituição Padre Chico criada em 1930 que, apesar de ser uma instituição fundada por religiosos, conta com a ajuda do governo estadual de São Paulo, o qual mantém o corpo docente da mesma;

Outro exemplo é a Fundação para o Livro do Cego fundada com o apoio do governo estadual Paulista, que mesmo de caráter particular e sem fins lucrativos foi declarada Instituição de Utilidade Pública Federal pelo decreto Nº. 40.269 de 15 de fevereiro de 1957; entidade de utilidade Municipal pelo decreto Nº. 4.644 de 25 de março de 1960; e de utilidade Estadual pela lei Nº. 8.059 de 13 de janeiro de 1967. Estes acordos entre estado e sociedade Civil regulamentados pelos decretos acima tinham como finalidade integrar a pessoa cega ou com baixa visão na sociedade, como pessoa produtiva e autossuficiente e sua manutenção era mediante recursos Públicos, nestas três esferas, além de doações feitas por membros da comunidade.

A partir da segunda metade do século XX, o governo federal começa a adotar algumas medidas que reforçaram a atuação das instituições especializadas na educação e integração social das pessoas com deficiência, através do financiamento de campanhas voltadas a esse público: a Campanha pela Educação do Surdo Brasileiro – CESB, estabelecida pelo decreto federal Nº. 42.728 de 03 de Dezembro de 1957, que tinha como meta promover educação e assistência em todo território nacional. Esta campanha era vinculada ao INES que realizou convênios com instituições públicas ou privadas de todo país e com a Secretaria de Educação Especial – SEESP que era responsável em implementar tal campanha; a Campanha

Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao IBC, regulamentada pelo decreto Nº. 44.236 de primeiro de agosto de 1958, que em 1960 passa a ser chamada de Campanha Nacional de Educação de Cegos – CNEC, e vinculada ao gabinete de Educação e Cultura. Essa campanha promoveu a especialização e o treinamento de professores e profissionais especializados na área educacional e na área da reabilitação de pessoas com deficiência visual, incentivos, produção e manutenção de recursos educacionais (equipamentos, livros, auxílios ópticos, materiais para a leitura e escrita, assistência técnica e financeira aos serviços de educação especial e de reabilitação). (MAZZOTTA, 1999)

Em 1960, resultado dos movimentos de pais, educadores e alunos das APAES e das Associações Pestalosi, foi criado pelo decreto Nº. 48.961 de 22 de setembro, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Intelectuais ligada ao gabinete do Ministro de Educação e Cultura. Tinha como objetivos: cooperação técnica e financeira a nível nacional, com as instituições públicas ou privadas voltadas ao atendimento às pessoas com deficiência intelectual; formação de professores e técnicos especializados na educação, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência intelectual, bem como o incentivo conveniado à criação de consultórios voltados a estas pessoas; a criação classes especiais; assistência domiciliar; fundação de centros de pesquisa e práticas, oficinas, internatos, semi-internatos, associações e institutos cuja finalidade seria a habilitação e reabilitação das mesmas; organização de cursos especializados e pesquisas sobre a causa desse mal e os meios de combate; publicação de material científico sobre o assunto, integração ao mercado de trabalho e ao ensino regular; intercâmbio das instituições nacionais com as estrangeiras voltadas a esse fim. Esta campanha não oferecia ajuda às instituições puramente filantrópicas nem somente ajuda técnica e financeira, o que caracteriza as mudanças ocorridas nos anos 50 e 60 em que conviviam ideias filantrópicas e ao mesmo tempo integracionistas. (MAZZOTTA, 1999)

Paralelo a essas campanhas nacionais, as instituições públicas e privadas pressionavam o governo a fim de integrar as pessoas com deficiência na sociedade, o que possibilitou o primeiro sinal de regulamentação da educação de pessoas com deficiência, que surge na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – lei Nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, cujo texto recomendava: que essa educação deveria enquadrar-se no sistema educacional

regular com o objetivo de integrar essas pessoas na comunidade; as instituições privadas destinadas a educar essas pessoas teriam subvenções governamentais, empréstimos e bolsas de estudos custeados pelo governo, se as mesmas fossem consideradas eficientes para exercer tal função.

3.2 A conjuntura Brasileira no período da breve democracia do fim dos anos 50 e começo dos anos 1960 e as organizações da Sociedade Civil que formarão a base organizacional dos novos movimentos sociais dos anos de 1970

No fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, o Brasil viveu um processo democrático, e ainda que, conturbado contribuiu para que a sociedade civil se organizasse, e, ainda que não tivesse grande influência política representativa conseguiu organizar-se através de Aparelho Privado de Hegemonia como Sindicatos, organizações estudantis, associações rurais e de pessoas com deficiência, etc., as quais foram às bases organizacionais para que nos anos 1970 os movimentos sociais ganhassem força e chegassem pela pressão contra-hegemônica à representação política.

Nos centros urbanos o êxodo rural provocou a super povoação das cidades e fez com que aumentasse a situação precária das condições de trabalho e o aumento dos empregos informais, ou que ofereciam baixos salários, o que se agravou com o fato de as indústrias não absorverem o grande número de pessoas que migraram para as cidades. Com isto, surgiu uma mão de obra reserva para servir as indústrias, o que diminuiu os salários. Assim, formou-se uma classe trabalhadora heterogênea, o que impedia a organização desta. A forma com que os trabalhadores passaram a exercer os seus ofícios nas cidades beneficiou as indústrias que tinham nos empregos informais um apoio técnico, ou seja, a venda e o reparo dos produtos que vendiam eram exercidos por trabalhadores de ofícios informais, tais como: ambulantes, biscates, oficinas de fundo de quintal, etc.

Outro fator que contribuiu com a situação precária das condições de trabalho no fim dos anos 50 era a desigualdade provocada pelo Código de Leis Trabalhistas (CLT), promulgada nos anos 40, cujas diretrizes garantiam um salário mínimo apenas aos trabalhadores da zona urbana, o que nivelou por baixo as diversas categorias profissionais, provocando o declínio do salário mínimo.

Esses fatores contribuíram para que, no início dos anos 60, os trabalhadores se organizassem em sindicatos e centrais sindicais, cuja luta tinha como foco a contestação da decisão do estado de implantar o arrocho salarial. Muitos sindicatos eram complacentes com algumas decisões estatais e, através de acordos com órgãos públicos, procuravam alcançar algumas reivindicações e atuar nas decisões governamentais em relação aos trabalhadores. Por outro lado, crescia o movimento contra esse peleguismo sindical, o surgimento de líderes sindicais que não concordavam com as decisões, frutos de acordos entre sindicatos e órgãos do Estado, e, o aumento das demandas e reivindicações dos vários grupos, que surgiram nas diversas esferas sociais, já que as cidades cresceram de forma desordenada e as políticas não conseguiram atender à diversidade dos cidadãos que habitavam a zona urbana, nem à população que continuou no campo.

A instabilidade política fez com que os movimentos sindicais tivessem um papel político importante na luta por direitos, bem como, a alta da inflação que levou ao aumento dos preços dos bens de consumo, o que provocou a reação popular às intervenções governamentais. Diante de um contexto político conturbado, que acabaria no trágico desfecho do golpe civil-militar de 1964 as greves se intensificaram, muitos sindicatos apoiaram o governo de João Goulart, e, as lutas por demandas sociais e trabalhistas começaram a ganhar uma visão expressiva em todo o país. Os trabalhadores do campo que não tinham direitos a formarem sindicatos passaram a se organizar de maneira informal e a luta dos sem-terra por uma vida mais digna começou a se fortalecer. A estas organizações sociais soma-se o movimento estudantil cuja reivindicação era a reforma do ensino e cujas características políticas e organizacionais se assemelhavam ao movimento sindical, bem como o associativismo das pessoas com deficiência.

Com o golpe civil-militar de 1964, ocorreu o retrocesso nos movimentos sociais. Isto significou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento a todas as formas de organização popular; intervenções policiais aos sindicatos; prisões dos líderes sindicais; cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão.

A conjuntura política que criou as bases para a emergência da ditadura após 1964 caracterizou-se por intensa mobilização popular. A expressão partidária

dessas lutas – centradas nas reformas de base, especialmente a reforma agrária, o enfraquecimento da política populista e o crescimento da participação da sociedade civil de forma atuante, porém de maneira informal, tiveram influência direta a favor dos segmentos em luta e as formações de frentes interpartidárias o que trazia maior transparência às disputas políticas, deu visibilidade às diversas lutas sociais e aos diversos pensamentos políticos, fortalecendo as lutas por demandas sociais, culturais, políticas e econômicas, cujo auge se manifestou com os movimentos sociais em meados dos anos 1970. Enquanto o Poder Executivo defendia medidas progressistas, o poder Legislativo optou pela defesa de ideias e ações conservadoras. Assim, a política Nacional se movia na defesa ou refutação de duas esferas, as ideias anti-imperialistas e a implantação das reformas de base.

Desta política heterogênea, cuja base reunia interesses de partidos políticos, empresários e militares, em 1961 foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiado pelo capital estrangeiro e apoiado por setores que defendiam a implantação de medidas que assegurasse a segurança Nacional, porém, e independente da atuação econômica que não deveria sofrer interferências políticas. Este órgão estava ligado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e tinha como finalidade a elaboração de estratégias que garantissem a segurança Nacional.

O IPES/IBAD representou a conjugação de ideias e práticas político-ideológicas de setores político-militares. Este órgão lançou campanhas contra a suposta "bolchevização" do país enfatizando a segurança Nacional e o desenvolvimentismo do Brasil, e combatia os obstáculos ao capital internacional que levaria à restrições mais severas ao capital estrangeiro; e, as manifestações populares, que segundo este pensamento político desorganizava a produção e subvertiam a ordem nacional e a hierarquia militar. Assim, o golpe de 1964 significou a repressão aos movimentos populares e a consolidação da hegemonia do capital estrangeiro.

3.2.1 O ASSOCIATIVISMO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS 1950 E 60

O processo associativista teve o primeiro passo em 1893, um grupo composto por professores e ex-alunos do IBC- Instituto Benjamin Constant, inspirado em organizações associativistas europeias criaram um grêmio beneficente denominado Dezessete de Setembro, cujo objetivo, era comemorar a data de

fundação do instituto, promover a educação do cego, apoiar ex-aluno em questões de empregabilidade e sensibilizar a sociedade em relação ao preconceito (SDH, 2010).

A partir dos anos 1950, ocorreu uma mudança na organização das instituições para pessoas com deficiência, que foi um fator determinante na organização política dessas pessoas após os anos de 1970: a criação de associações de pessoas com deficiência e de entidades para pessoas com deficiência (SDH, 2010).

Antes de discorrer sobre associação de pessoas com deficiência, ressalto uma observação: as entidades para pessoas com deficiência são instituições filantrópicas presididas por pessoas sem deficiência e não possuem conotações políticas, apesar de muitas vezes se beneficiar desta, para manter o atendimento, a educação, a habilitação e a reabilitação destas pessoas. Já as instituições de pessoas com deficiência surgiram de um processo em que as mesmas passaram a se conceber como sujeitos atuantes na luta por direitos e, na maioria das vezes, tomaram a frente destes novos tipos de instituições da sociedade civil (SDH, 2010).

Apesar de haver instituições voltadas às pessoas com deficiência visual responsáveis pela educação, habilitação e reabilitação destas pessoas, não garantiu a elas o acesso a direitos fundamentais, como a educação; não atuavam na dissolução de preconceitos, estigmas e desinformação da sociedade com relação a esses indivíduos; não atuaram na inserção destas pessoas nas diversas áreas sociais, tais como; escola, mercado de trabalho, lazer, informação e etc. (SDH, 2010).

No Rio de janeiro, a partir dos anos 1950, começam a surgir movimentos associativistas de ambulantes, inicialmente com caráter econômico, pois em sua origem reuniu trabalhadores com deficiência visual que realizavam os mais variados serviços. Ao contrário dos hospitais, das escolas e regime de internatos e asilos, este novo modelo de organização institucional proporcionou a essas pessoas o início de um movimento da luta por direitos sociais e inserção nas várias esferas da sociedade (SDH, 2010).

Estes modelos de organização de pessoas com deficiência visual nasceram e atuaram de forma ambígua ao praticar a filantropia, reforçar estigmas e

preconceito e, ao mesmo tempo, lutar por direitos fundamentais e pela inserção social destas pessoas.

O desenvolvimento dessas organizações sociais de pessoas com deficiência visual ocorreu entre o modelo médico de tratar as pessoas e a luta por direitos humanos, cujo marco social foi a aprovação pela recém criada Organização das Nações Unidas (ONU), do documento Declaração Mundial dos Direitos Humanos. Este movimento de organização de membros da sociedade civil obteve algumas conquistas: em 1950, o Conselho Nacional de Educação permitiu que alunos cegos ingressassem no curso de Filosofia.

Em 1960, as associações de Cegos ou Pessoas com baixa visão lideraram grandes discussões, questionando a campanha Nacional para a Educação de Cegos, cuja ideia era apoiar as escolas especiais com regime de internato, enquanto as novas associações defendiam a inserção das pessoas com deficiência visual nas escolas comuns. Um exemplo destas novas organizações é a instituição criada pelas normalistas do colégio "Caetano de Campos" liderada por Dorina Nowill, denominada fundação para o livro do cego, atual Fundação Dorina Nowil para cegos que fica situada na cidade de São Paulo, com o objetivo de desenvolver materiais pedagógicos para os cegos e a transcrição de livros em Braille de forma manual (SDH, 2010).

Na década de 1960 houve uma mudança significativa da luta por direitos dentro das organizações associativistas que surgiram neste período. Enquanto as associações dos anos 50 lutavam pela inserção das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho, ou seja, a luta era restrita à área econômica, as associações que nasceram nos anos 60 ampliaram sua luta para as áreas da educação, da profissionalização, da cultura e do lazer (SDH, 2010).

O modelo de organização associativista não se restringiu às esferas regionais do país, mas alcançou nível de representação Nacional, o que possibilitou a criação de um órgão, cuja finalidade era representar nacionalmente as entidades associativas de cego, e estabelecer uma ponte de diálogo entre as entidades locais, o governo e as instituições da sociedade civil, além de representar a coletividade cega brasileira e lutar em defesa de suas necessidades fundamentais.

A primeira organização em nível nacional das pessoas com deficiência visual foi o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (CBEC), criado em 1954. O Conselho Nacional para o Bem-Estar dos cegos era filiado ao conselho

mundial dos cegos, que em 1984 se transformaria na União Mundial dos Cegos (WBU) ou (UMC) pela fusão entre o Conselho Mundial e a Federação Internacional dos Cegos.

Outra forma de associação de pessoas com deficiência foi associações esportivas que surgiram após o fim da Segunda Guerra Mundial. As primeiras associações desse tipo surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1946. No Brasil, as primeiras associações esportivas foram criadas em 1958 por pessoas com deficiência física que fizeram tratamento nos Estados Unidos ou Inglaterra e tiveram contato com esse novo modelo associativo (SDH, 2010).

A partir do momento que as pessoas com deficiência começaram a se organizar em associações, sejam elas esportivas ou de interesses econômicos, passaram a perceber que tinham direito de atuar politicamente na sociedade e a discutir sua inserção política e suas problemáticas vivenciadas no dia a dia. Apesar destes movimentos associativos não possuírem estatuto, sede própria e nenhuma atuação formal, foram importantes para incentivar a convivência das pessoas com deficiência entre si, e, apesar de não terem nenhuma conotação política-partidária, abriram caminho para as organizações políticas posteriores. Isso foi um fator essencial para que nos anos 1970 estas pessoas pudessem se organizar politicamente e lutar por seus direitos como cidadãos (SDH, 2010).

3.3 O MILAGRE ECONÔMICO E A REPRESSÃO POLÍTICA

Para entender o contexto em que os movimentos sociais ganharam força e tiveram um papel atuante na abertura política, econômica e social durante o declínio do regime civil-militar no Brasil, é preciso compreender aspectos relacionados à política adotada após o Golpe civil-militar de 1964.

O "milagre econômico" teve como bases o apoio às grandes empresas, o arrocho salarial e o combate à inflação. Esta política baseou-se na recessão econômica, sob o argumento de que mais tarde o país pudesse desfrutar de uma economia próspera, porém, a elevação do crescimento econômico não resolveu os inúmeros problemas sociais que o Brasil vivia a partir de 1968 até a primeira metade dos anos 1970, mas criou as bases para que em meados dos anos 1970 os movimentos sociais ganhassem força na luta por direitos, apesar da repressão. (MENDONÇA, 1986 e 1996)

Em 1965 as leis trabalhistas foram reformuladas com os seguintes objetivos: sujeitar a classe trabalhadora a um investimento de poupança de forma involuntária; criar um sindicato oficial baseado em políticas assistencialistas sem objetivos políticos partidários, visando conter a organização da classe trabalhadora em instituições que pudessem contestar a política do regime civil-militar; e, o incentivo aos sindicatos e corporações como formas de organização social para que a organização dos trabalhadores fosse regulada e contida. (MENDONÇA, 1996).

Com estas medidas econômicas e políticas a classe operária foi duramente atingida, e, além do arrocho salarial perdeu o acesso ao crédito, já que, o governo oferecia incentivo e acesso aos empréstimos e benefícios econômicos somente às grandes empresas. Isto fez com que o poder aquisitivo da classe trabalhadora caísse, bem como seu poder de consumo, aumentando a desigualdade na distribuição da renda no país (MENDONÇA, 1996).

Em 1962 o governo estabeleceu um teto salarial e, em 1967 as questões trabalhistas só puderam ser resolvidas dentro do teto salarial estabelecido pelo poder executivo. Isto fez com que as decisões econômicas com relação à classe trabalhadora se concentrassem no poder executivo, ao mesmo tempo em que conteve a livre negociação entre operários e patrões e o direito judicial dos mesmos de reivindicar seus direitos trabalhistas (MENDONÇA, 1996).

Essa política se concretizou na repressão de sindicatos fortes e de grandes lideranças sindicais cuja influência sobre a classe trabalhadora ameaçasse a política do regime civil-militar. O governo suspendeu o direito de greve e restringiu as lideranças dos sindicatos à pessoas que apoiassem a política governamental, controlando também o acesso à previdência social para que essas lideranças não utilizassem tal capital contra o governo vigente. Ao mesmo tempo, os trabalhadores eram incentivados a se filiar aos sindicatos que atendiam a política governamental do regime civil-militar, através de incentivos como a aquisição de casa própria e a oportunidade de se empregarem em empresas públicas (MENDONÇA, 1996).

Devido à grande ação repressiva do governo e a censura aos sindicatos, os trabalhadores tiveram pouco poder de resistência nos primeiros anos do regime civil-militar. Com o estabelecimento do arrocho salarial e a definição de um teto para o mesmo, criou-se uma brecha que possibilitou às classes trabalhadoras a criação de órgãos que lutassem contra essa política econômica e social. Como exemplo, podemos citar o Movimento Intersindical contra o Arrocho

Salarial (MIA), criado em 1967. Outra forma de resistência foi; a recusa à filiação sindical proposta pelo governo, a fim de controlar a classe trabalhadora (MENDONÇA, 1996).

Assim, o resultado da repressão às classes minoritárias trouxe para os anos 1970, além da maior resistência política, a transformação da organização social, pois os trabalhadores eram obrigados a aumentar sua jornada de trabalho e com isso, aumentou a incidência do trabalho infantil e a participação feminina no mercado de trabalho. Neste contexto, vale ressaltar a crescente organização das pessoas com deficiência em associações buscando o direito de serem inseridas na sociedade, incluindo ao mercado de trabalho.

Em termos político-institucionais, os cargos políticos importantes foram ocupados por integrantes do exército, o que provocou o estabelecimento de uma política militarizada, a qual uniu instituição militar e estrutura governamental, influenciando as várias esferas sociais, tais como a cultura e o dia a dia das pessoas.

O regime militar conferiu privilégios a um determinado grupo social, sendo este composto por militares, banqueiros, empresários e grandes produtores agrários. Esta política teve como consequência a centralização governamental no poder executivo, a subordinação do poder legislativo a este, conferindo ao regime militar poderes ilegítimos (MENDONÇA, 1996).

Com isso, as características centrais do regime militar no Brasil que possibilitaram a efervescência dos diversos movimentos sociais e a criação de instituições de lutas por direitos civis, políticos, sociais e econômicos incluindo os movimentos das pessoas com deficiência foram: o fato de o governo brasileiro ter se centralizado na instituição militar e não em um indivíduo que fizesse parte da mesma; e a tentativa de se manter as instituições liberais criadas nos sistemas de governos anteriores, cuja medida possibilitou ao regime militar no Brasil a atuação ambígua que transitava entre a estabilidade da repressão e a instabilidade das relações mantidas com grupos conservadores, a fim de garantir o desenvolvimentismo econômico, que integravam as instituições democráticas herdadas dos governos anteriores (MENDONÇA, 1996) (SDH, 2010).

Estas medidas adotadas durante o regime militar fizeram com que as decisões e ações políticas transitassem entre o rompimento com as políticas de caráter populista e a manutenção do poder dos grupos dominantes, através do

conceito de Segurança Nacional que reuniu práticas conservadoras voltadas à Segurança Nacional e ao desenvolvimentismo. As decisões políticas foram concentradas no poder executivo e o poder legislativo foi esvaziado. (MENDONÇA, 1996).

Mas, o regime também comportava divisões políticas. Assim, as mudanças institucionais operadas trouxeram uma dualidade que abriu caminho para a consolidação da abertura político-econômica do Brasil, dividindo-se o governo entre os militares burocratas que defendiam a atuação política dos mesmos, e aqueles preocupados com a reconstituição das funções originais de defesa nacional exercidas pelas forças militares. Isto causou a política dual e indefinida dos anos 1974 até 1982, o que possibilitou a organização da sociedade civil na luta por direitos políticos, econômicos, sociais e culturais (MENDONÇA, 1996).

A maior contradição de legitimidade ocorreu com o decreto do Ato Institucional N°5 em dezembro de 1968, que concentrou ainda mais os poderes nas mãos da esfera executiva, anulando a constituição de 1967 e fechando o Congresso Legislativo. Os poderes legislativos estaduais e Municipais também foram inutilizados e subordinados ao poder executivo que indicava os representantes legislativos das confederações e municípios.

Como resultado da tentativa de legitimação do regime militar, o Brasil viveu durante este período uma recessão legislativa, o que impediu a conquista de direitos pelos grupos minoritários, bem como a luta por cidadania. Isso significou o recesso de promulgação de leis que garantissem os direitos das pessoas com deficiência ao acesso às várias esferas sociais, tais como educação, trabalho, saúde, etc.

O Ato Institucional nº5 representou o apogeu da repressão aos movimentos sociais, tais como o movimento operário, o movimento estudantil, e conseqüentemente, o desenvolvimento das lutas dos direitos das pessoas com deficiência. O congresso foi fechado e convocado apenas em ocasiões que interessavam à instituição militar, como a necessidade de confirmar a posse do novo presidente indicado por esta corporação, e com exceção a estes fatos, o poder se concentrou nas mãos da esfera executiva.

Ele significou também a neutralização dos dois partidos existentes criados no começo do regime: o MDB- Movimento Democrático Brasileiro, que

perdeu quase toda a força de oposição ao regime; e a Arena- Aliança Renovadora Nacional, que se submetia totalmente às decisões governamentais.

O Ato Institucional nº5 foi incorporado em 1969, pela Emenda Constitucional nº 1, à Constituição Federal de 1967. Este ato inutilizou a própria constituição e impossibilitou sua aplicabilidade, o que resultou na legalização do poder executivo, o qual poderia agir tanto pela via legal, quanto pela via excepcional, ou seja, esta esfera de poder era amparada tanto pela constituição de 1967, quanto pela idéia de ação em nome da Segurança Nacional (MENDONÇA, 1996) (SADER, 1988).

Esta legitimidade dupla do regime militar causou a falta de normatização da sucessão presidencial, o que provocou divisões internas dentro da corporação militar, e ao mesmo tempo, rompeu com a legitimidade estabelecida pelos governos anteriores a este regime.

Na primeira metade dos anos de 1970, a instituição militar precisou lidar com a dualidade criada pelas tentativas de se legitimar o poder executivo desta instituição. Neste sentido, o governo se firmou em duas bases: a primeira dizia respeito à Segurança Nacional, que dividiu esta instituição entre os que defendiam a restauração dos mecanismos democráticos de governo; e os corporativos, que defendiam a supremacia do poder militar, a fim de garantir a defesa e a Segurança Nacional (MENDONÇA, 1996) (SADER, 1988).

A segunda base girava em torno do desenvolvimentismo econômico que durou de 1968 a 1974. Esta base visava controlar a sociedade civil e, ao mesmo tempo, buscar o apoio desta ao regime vigente, através de campanhas voltadas ao populismo, cujo foco central era a figura presidencial (MENDONÇA, 1996).

Outra atuação desta base foi: a massificação da propaganda que tinha como foco os supostos resultados obtidos pelas ações que levaram ao milagre econômico brasileiro. Assim, a imagem pública sobre o governo e suas atuações na esfera social, passou a ser uma preocupação constante dos futuros presidentes eleitos pela corporação militar (MENDONÇA, 1996) (SADER, 1988).

É neste contexto que os movimentos sociais, incluindo aqueles ligados às pessoas com deficiência, iniciaram a sua estruturação institucional e política, apesar das ações tutelares e caritativas adotadas pelo regime militar, a fim de controlar os excluídos das esferas política, econômica, e sociocultural do regime vigente.

Dentre as ações adotadas pelo governo com a finalidade de controlar as demandas dos vários grupos sociais excluídos e expropriados de seus direitos, podemos citar: o projeto de construção da rodovia Transamazônica, a criação do Plano de Integração Social (PIS) e a instituição do Pró-terra.

A adoção destas medidas provocou na sociedade civil uma dualidade de comportamento. Em primeiro lugar, houve grupos que, deslumbrados com o desenvolvimento econômico e o suposto crescimento e desenvolvimento do país, se distanciaram do debate político. Em segundo lugar, cresceu a oposição por parte de vários grupos sociais, que não concordaram com as políticas voltadas a ações centradas na esfera econômica, pois as mesmas deixavam de lado outras demandas sociais importantes à garantia da cidadania e dos direitos de vários grupos excluídos pelas ações do governo da instituição militar (MENDONÇA, 1996) (SADER, 1988).

As contradições tanto da esfera política quanto da esfera social proporcionaram a partir de 1.974, a reestruturação da oposição ao regime militar, cuja atuação combinava a total discordância deste regime e a tentativa de diálogo com o mesmo.

Esta oposição, liderada pelo Movimento Democrático Brasileiro procurou através de mobilizações sociais enfatizarem a ilegitimidade do regime vigente e, ao mesmo tempo, reunir forças entre os diversos grupos.

As organizações da sociedade civil envolvidas no processo de oposição ao regime governamental vigente abrangiam desde grupos mais radicais, ligados à luta armada, criticadas pelo Movimento Democrático Brasileiro, até as organizações não violentas que incluíam os movimentos de base, da cidade e do campo, e as organizações que lutavam pelos direitos humanos, dentre elas aquelas ligadas às pessoas com deficiência.

Portanto, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência se originou tanto de movimentos de base quanto daqueles ligados à luta pelos direitos humanos.

3.4 Anos 1970, a crise política e econômica do Brasil e a ascensão dos novos movimentos sociais

O renascimento das lutas populares por direitos, a partir da segunda metade dos anos 1970, foi a expressão de toda conjuntura política, econômica, social e, principalmente, cultural que chegou ao dia-a-dia da sociedade civil.

A efervescência do surgimento de diversos grupos sociais de luta por direitos, incluindo os de pessoas com deficiência, não pode ser entendida apenas no campo das idéias político-partidárias, da situação econômica ou da ilegitimidade criada pela conjuntura dual do regime militar e sim de todos estes fatores refletidos nas práticas culturais e nas vivências de organizações da sociedade civil.

Destas vivências surgiram múltiplos significados, uma diversidade de experiências e diversas representações da realidade que se basearam em uma variedade de pensamentos e discursos, os quais exerceram um papel importante na abertura político-econômica vivida pelo Brasil após a crise do milagre econômico no fim dos anos 1970.

Na esfera cultural os indivíduos se compreendem como parte integrante de um mesmo grupo social e lutam dentro e fora destes, pelo empoderamento, cujo significado é o poder conferido a um determinado grupo social de falar por si mesmo, de suas necessidades e lutar pelo direito de exercer sua cidadania com dignidade (SILVA, 2002) (SADER, 1988).

Neste período, os grupos sociais excluídos, ganharam voz através de matrizes discursivas que fundamentaram suas lutas por direito e cidadania, de modo que, a cultura popular socialmente difundida passa veicular ideias contra-hegemônicas no âmbito da cultura, provocando a abertura discursiva em que as parcelas excluídas da sociedade puderam expressar seu descontentamento com o regime vigente e seus anseios na luta por um Estado de direito democrático.

Estes novos discursos não eram originados somente da cultura popular ou de uma matriz discursiva intelectualizada, mas o fruto das relações que os indivíduos estabeleciam tanto com a cultura oral e suas vivencias quanto com as teorias escritas e fundamentadas dentro de instituições da sociedade civil que as acolheram e deram voz às necessidades dos excluídos.

Dentro da conjuntura políticoeconômica da segunda metade dos anos 1970 foram três as matrizes discursivas filosóficas que nortearam o desenvolvimento dos movimentos sociais de base e os organizaram nos Aparelhos Privados de Hegemonias, conferindo-lhes a força necessária para romper com as medidas governamentais e instituídas na época.

Estas matrizes de pensamento se originaram de diferentes esperas sociais: as comunidades de base provenientes da Igreja Católica; a tentativa de reintegração com os trabalhadores por parte de uma esquerda desarticulada; e, a redefinição do movimento sindical que ate então perdera suas funções originais. Estas três vertentes culturais deram uma contribuição importante para o processo de abertura política e da luta por direitos pela maioria da população.

No âmbito da Igreja Católica surgiram comunidades de base fundamentadas na Teologia da Libertação, nelas podemos identificar uma maior popularidade entre as classes excluídas, cuja difusão foi beneficiada pela religiosidade popular e pela organização institucional da Igreja Católica;

A outra vertente de cunho político se originou da oposição marxista ao governo vigente, que apesar de sua desorganização institucional e das constantes derrotas políticas, proporcionou o desenvolvimento de análises teóricas contra - hegemônicas que criticavam o sistema capitalista e formulavam teorias que pudessem estruturar soluções sociais para os problemas do país;

A última vertente surgiu da esfera social trabalhista. Da estrutura sindical pode-se perceber a facilidade de mediação de conflitos trabalhistas, facilitada pela localização estratégica dos sindicatos que lhe conferia o acesso a uma grande parte dos trabalhadores. Sua atuação transitava entre a cultura popular e o discurso dominante sobre como deveria ser a população brasileira, atuando eficazmente nos conflitos trabalhistas através das brechas abertas por esta esfera.

Estas correntes de analise social se relacionavam entre si e modificam a origem de seus discursos a fim de atender as reivindicações e os anseios dos novos movimentos populares, denominados novos movimentos sociais (SADER, 1988).

Através dessas matrizes discursivas os movimentos sociais puderam abrir discussões sobre o cotidiano popular. A inter-relação entre as três formas de se pensar o mundo, já citadas, trouxe importantes avanços na estrutura social e nos rumos dos novos movimentos sociais na luta por direitos humanos, por liberdade e por cidadania.

Das novas discussões suscitadas pelos movimentos que lutavam por direitos humanos podemos destacar: a ênfase nos direitos humanos, a valorização das vivências dos indivíduos em contraposição as teorias abstratas sobre o dia a dia

dos mesmos, o incentivo às ações solidárias, a denúncia das injustiças e da situação social miserável da maioria da população.

Como consequência destas matrizes discursivas os trabalhadores passaram a valorizar sua força de trabalho; os sindicatos se fortaleceram institucionalmente, contribuindo na luta por direitos, mediando negociações entre patrões e empregados e entre classe trabalhadora e governo; e, o apoio da Igreja Católica aos movimentos comunitários e as lutas dos indivíduos mais pobres (SADER, 1988).

Porém, os pensamentos individualistas, que remetiam à ordem, e davam ênfase ao progresso, foram valores empregados pela cultura hegemônica do regime vigente e perduraram na década de 1970. Assim a emergência dos novos movimentos sociais não só provocou transformações na estrutura social, mas também a convivência entre a velha estrutura política criada desde o golpe militar de 1964 e a nova consciência social que emergia dos movimentos sociais de base.

Os anos 1970 trouxeram consigo acontecimentos importantes que nortearam e reforçaram a luta da sociedade civil por direitos políticos, civis e sociais. O regime militar no Brasil começou seu declínio em meados dos anos 1970 e deixou brechas para que os movimentos sociais se fortalecessem. Com a abertura política os sindicatos se fortaleceram, movimentos sociais se reajustaram e as demandas dos diversos grupos começaram a surgir. O fortalecimento dos movimentos sociais trouxe consigo a possibilidade de lutar politicamente por direitos e, com a abertura política ganhou forças para resistir às repressões impostas pelo regime militar.

3.5 Os novos movimentos sociais e o movimento político das pessoas com deficiência

A partir dos anos 1970 surgem organizações da sociedade civil dirigidas por pessoas com deficiência que se opunham ao modelo caritativo de atendimento às mesmas. Seu objetivo era lutar pelos direitos destas pessoas e por sua atuação política na sociedade, ou seja, a participação efetiva das pessoas com deficiência nas decisões da sociedade política através dos Aparelhos Privados de Hegemonia dirigidos pelas mesmas.

Surgem assim as organizações de pessoas com deficiência que se opunham às organizações para pessoas com deficiência. Enquanto na primeira as pessoas com deficiência passaram a atuar de forma direta dentro da instituição e na

luta por sua inserção social; na segunda havia um pensamento caritativo e filantrópico que resultava em políticas segregadoras e não fomentava o debate sobre as condições de vida das pessoas com deficiência e sua inserção social.

A partir de meados dos anos 1970 com a abertura política e o declínio do regime militar, o movimento das pessoas com deficiência se fortalece, assim como outras demandas sociais. Ocorreu a abertura na estrutura política, econômica e social do regime militar o que desencadeou um processo de atuação lenta e gradual da sociedade civil na luta pela legitimidade política e social de seus direitos.

A abertura do regime militar refletiu-se no fortalecimento dos sindicatos; na reorganização dos movimentos sociais; e na emergência das demandas populares, em geral, fatores importantes na consolidação dos novos movimentos sociais, incluindo o das pessoas com deficiência.

Em 1979 ocorreu em nível nacional um passo significativo para a institucionalização do movimento político das pessoas com deficiência: a criação da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

Em várias localidades do Brasil reuniram-se representantes de entidades de pessoas com deficiência com objetivo de traçar metas nacionais de luta e de reivindicações do segmento das pessoas com deficiência. Nestas reuniões estabeleceu-se também a representação nacional deste segmento, sendo que a primeira reunião destas instituições realizou-se em outubro de 1979 na cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2002) (FIGUEIRA, 2008) (SILVA, 1987).

Desta reunião surgiu a idéia da fundação de um órgão nacional, cujo objetivo era representar nacionalmente o movimento das pessoas com deficiência em geral. Nesta reunião foi fundada a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que marcou o início da organização proveniente da Sociedade Civil, a fim de pressionar a Sociedade Política e solidificar o poder de luta deste segmento (SILVA, 2002) (FIGUEIRA, 2008) (SILVA, 1987).

Em Junho, de 1.980, a Coalizão criada pelas entidades de pessoas com deficiência realizou em Brasília, sua primeira reunião, cujo objetivo era criar a Federação Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, além de preparar o encontro nacional das entidades ligadas a este segmento, a ser realizado no mês de outubro do mesmo ano (SILVA, 2002) (FIGUEIRA, 2008) (SILVA, 1987).

No dia 9 e 10 de agosto de 1980, foi realizada a última reunião nacional da Coalizão, que ocorreu na cidade de São Paulo, e tinha como objetivo formar uma

comissão nacional de pessoas que encaminhariam ao congresso as propostas feitas pelas organizações de pessoas com deficiência (SILVA, 2002) (FIGUEIRA, 2008) (SILVA, 1987).

Estas reuniões, juntamente com várias outras realizadas em nível local, por todo o país, significaram a base que nortearia os rumos deste movimento, bem como deu voz aos sujeitos com deficiência que passaram a falar por si mesmos sobre suas necessidades e a forma como queriam ser inseridos na sociedade, na educação, no trabalho, etc. Um exemplo disto foi o ato público realizado em São Paulo no dia 21 de julho de 1980, promovido pela Associação Brasileira de Deficientes Físicos - ABRADEF, que tinha como bandeira de luta a busca pela igualdade, pelo direito de ir e vir e exercer sua cidadania com qualidade (SILVA, 1987).

Entre os dias 22 e 25 de outubro de 1980, como fruto de toda esta movimentação política por parte da Sociedade Civil, ligada as pessoas com deficiência ocorreu o encontro nacional das entidades que as representavam. Dela surgiram diretrizes que estabeleceram os rumos do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência em nível nacional; discutiu e implantou uma pauta comum de reivindicações com propósito levá-las aos órgãos públicos e, definiu critérios de adesão e participação de entidades de pessoas com deficiência dentro desta Coalizão.

As diretrizes adotadas nesta reunião trouxeram alguns debates e discordâncias dentro do segmento das pessoas com deficiência. Entre elas, a participação ou não de pessoas sem deficiência na tomada de decisões dentro do conselho, quer através da emissão de opiniões, quer no direito ao voto.

Enquanto os defensores da participação de pessoas sem deficiência na Colisão baseavam-se em uma matriz discursiva que buscava a implantação de uma sociedade para todos, independente de características físicas; aqueles que eram contrários a participação das mesmas nas decisões dos rumos da Coalizão, sustentavam que somente as pessoas com deficiência poderiam decidir e opinar sobre suas dificuldades e reivindicações, pelo fato de vivenciarem o dia a dia de uma pessoa que tem como característica uma determinada deficiência, seja física, sensorial ou intelectual.

Neste encontro foi implantado um comitê executivo, composto por uma pessoa de cada região do país, cujo objetivo era estruturar a criação da Federação

Nacional das Pessoas com Deficiência e definir os objetivos da Coalizão Pró-Federação.

A primeira reunião desta comissão realizou-se em novembro de 1980 e marcou a união em nível nacional dos movimentos das pessoas com deficiência, dando-lhe forças necessárias para lutar politicamente por seus direitos. Neste primeiro encontro as pessoas com deficiência, através das discussões sobre suas necessidades passaram a se perceber como indivíduos ligados a um grupo social que possuía lutas em comum e, por consequência, passaram a reivindicar o acesso às esferas social, cultural, intelectual, política e econômica de forma coletiva e estruturada.

As reivindicações que regeram os debates ocorridos no primeiro Encontro da Federação Nacional das Pessoas com Deficiência foram estabelecidas durante as reuniões da Coalizão Pró-Federação. As discussões giraram em torno dos seguintes temas: trabalho, atendimento médico e psicológico, legislação, transporte e benefícios sociais, tais como, aposentadoria, gratuidade, etc. Desses debates surgiu um documento que ampliou os temas a serem discutidos e ramificou os mesmos por área de deficiência, os quais se dividiram em: trabalho e benefícios; transporte e acesso; assistência médico-hospitalar, reabilitação e aparelhos de reabilitação; legislação; e reivindicações específicas das pessoas cegas, surdas e hansenianas.

Em resumo, o documento produzido a partir do primeiro Encontro detalhou as reivindicações de cada subgrupo de pessoas com deficiência que compunham o movimento, tratou as necessidades de cada deficiência de forma específica, mostrou a complexidade da inserção social deste segmento e aumentou a visibilidade do movimento, bem como sua organização dentro da sociedade civil.

3.6 Criação e estrutura do sistema Braile: as políticas públicas e a organização da Sociedade Civil, as quais determinaram a trajetória do Braile no mundo

O Sistema Braille, criado por Louis Braille, é um sistema tátil para a leitura e escrita de pessoas cegas ou com baixa visão.

No ano de 1812, Louis Braille residia em Coupvray, uma cidade que ficava a 40 km de Paris-França. Seu pai tinha uma loja onde fabricava artigos de couro. Ao brincar com um instrumento cortante denominado Sovela, utilizado pelo

seu pai, Louis sofre um acidente e perde a visão em um dos olhos e mais tarde, ocorre uma infecção do olho ferido, a qual passa para o outro, tornando-o cego dos dois olhos.

Louis Braille entrou no Instituto Real dos Jovens Cegos, localizado em Paris; neste Instituto, era dotado o sistema de leitura e escrita de Valentin Haüy, o então fundador do Instituto. Este sistema tinha como característica a representação dos caracteres comuns em alto relevo adaptado pelo francês Valentin Haüy. Cada caractere possuía cerca de 20 cm de largura e altura. Este sistema de representação dos caracteres criava volumes gigantescos de livros que ocupavam muito espaço chegando a pesar de 08 a 09 libras (3.624 Kg a 4.077Kg).

Louis Braille se tornou professor do Instituto e através de um amigo toma conhecimento sobre um sistema tátil que reunia traços e pontos criados por Charles Barbier, um capitão do Exército, este código tinha como objetivo a comunicação entre soldados do exército durante a noite, e era denominado (night-writing), ou seja, Escrita da Noite. A combinação desses pontos e traços adquiria significados para quem utilizasse este código de leitura e escrita, porém este sistema baseava-se em representações fonéticas, e não simbólicas.

Através deste código, Louis Braille desenvolveu um sistema de leitura tátil e escrita caracterizada por seis pontos em relevo, e cada conjunto de seis pontos é disposto em duas colunas de três pontos. O espaço ocupado pelos seis pontos forma o que se convencionou chamar "cela Braille". Os pontos são nomeados com a finalidade de facilitar a identificação formada pela combinação dos mesmos. A nomeação dos pontos e sua disposição nas celas, Braille é caracterizado pela seguinte descrição: do alto para baixo, coluna da esquerda: pontos 1, 2, 3; do alto para baixo, coluna da direita: pontos 4, 5, 6. As diferentes combinações destes pontos permitem a formação de sessenta e três símbolos Braille.

A combinação entre esses seis pontos formam sessenta e três caracteres utilizados na representação alfanumérica, símbolos matemáticos e químicos, pontuação, musicografia e outros símbolos adicionais utilizados na leitura e na escrita.

Os preceitos da utilização destes caracteres para todos esses fins foram estabelecidos por Louis Braille em 1837, quando este, realizou seus últimos estudos voltados à musicografia. Assim, o sistema Braille foi o mais eficiente método

criado para leitura e escrita por pessoas cegas ou com baixa visão até os dias atuais.

Com a utilização do sistema Braille, em nível mundial, foi necessário que diversos países chegassem a um consenso em relação aos parâmetros de utilização do mesmo, devido às diferenças simbólicas de cada região, bem como, as diversas línguas a serem traduzidas para o Braille. Para resolver essa questão realizaram-se Congressos de cunho Internacional, Inter continental e Nacional, no caso, o Brasil para firmarem acordos ortográficos e técnicos para a utilização do sistema Braille.

Em 1878 foi realizado em Paris, um Congresso Internacional que contou com a presença de onze países europeus e os Estados Unidos. Neste Congresso estabeleceu-se: que o sistema Braille fosse adotado de forma padronizada a fim de ser utilizado para na produção literária seguindo os mesmos preceitos estabelecidos por Louis Braille, apresentados em 1837.

No ano de 1929 foi realizado um Congresso na cidade de Viena, no qual reuniu vários países europeus e os Estados Unidos. Este Congresso tinha como objetivo principal a unificação da transcrição dos símbolos matemáticos e das ciências exatas para o Braille.

No entanto, a tentativa de estabelecer um acordo unificado não contemplou as diferenças que prevaleceram, por causa do surgimento de novos símbolos criados para atender a evolução técnica científica, ocorrida em meados do século XX.

Com o apoio da UNESCO, em 1952 foi criado o Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, atualmente denominado União Mundial de Cegos (UMC). Este órgão passou a se preocupar com as diretrizes ortográficas adotadas pelos vários países, pois eram divergentes, dificultando assim, a transcrição de símbolos matemáticos ou das várias ciências exatas para o sistema Braille a nível mundial.

Com o propósito de promover a unificação da escrita Braille para as Ciências Exatas a Organização Nacional de Cegos da Espanha (ONCE) desenvolveu durante a década de 1970 alguns estudos, cuja finalidade era realizar uma analise comparativa dos diferentes códigos utilizados em várias partes do mundo, a fim de propor um código único denominado "Notación Universal".

Em 1973, foi realizada em Buenos Aires, a Conferência Ibero-Americana com o intuito de novamente chegar a um consenso sobre o

estabelecimento de um código matemático unificado, voltado aos países de língua castelhana e portuguesa. Na ocasião, foram apresentadas três propostas de código unificado elaborados por Espanha, Argentina e Brasil, porém a falta de consenso entre os países envolvidos não possibilitou a criação do tão esperado acordo, do qual sairia um código unificado.

Em reunião, na cidade de Riyadh, localizada na Arábia-Saudita (1977) o Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos criou o Subcomitê de Matemáticas e Ciências integrado por especialistas Espanhóis, Norte Americanos, Soviéticos, Alemães Ocidentais e Ingleses que buscavam a promoção de experiências nacionais e regionais que pudessem promover a unificação dos diversos códigos em uso.

Somente no ano de 1987, na reunião entre representantes da imprensa Braille dos países de língua castelhana e portuguesa tornou-se possível o consenso entre os países Iberoamericanos em relação ao código matemático, na qual representantes brasileiros compareceram como ouvintes.

Pela grande divergência de representação simbólica dos símbolos das ciências exatas a nível mundial, inviabilizou o consenso que estabeleceria um código matemático mundial unificado.

3.7 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BRAILE NO BRASIL

Até os anos 70 as pessoas com deficiência visual lutavam para que pudessem decidir os rumos de suas vidas com autonomia, bem como, ansiavam por sua plena participação social. Este processo não foi diferente com os rumos da normatização do sistema de leitura e escrita em Braile no contexto Brasileiro.

A utilização do Braile no Brasil teve início em 1854 no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que foi a primeira instituição Latino Americana a adotá-lo através de um jovem cego chamado José Álvares de Azevedo que aprendeu esse sistema na França. Diferente de outros lugares do mundo, esse sistema no Brasil teve plena aceitação utilizando-se toda simbologia francesa. Um exemplo que merece destaque é a adoção do código Braile unificado para musicografia.

Com a nova reforma ortográfica adotada em 1942 a implementação do sistema Braile no Brasil sofre mudanças significativas. A antiga codificação Braile de

origem francesa adotada no Brasil precisou adaptar-se às novas regras ortográficas e tem-se como exemplo, a indicação de acentos diferenciais em certas palavras. Essas mudanças estenderam-se aos códigos das ciências exatas, substituindo o antigo código matemático francês pela tabela Taylor adotada na Inglaterra, o que posteriormente inviabilizou por muito tempo a unificação da codificação Braile para matemática adotada no Brasil com a dos países Iberoamericanos.

Em 1945, a codificação Braile no Brasil é regulamentada oficialmente pela Portaria nº 552, de 13 de novembro de 1945, que estabeleceu tanto o código que seria utilizado nas publicações bibliográfica quanto o código de abreviaturas criado por José Espínola Veiga, com a finalidade de diminuir o volume dos livros impressos em Braile, porém, por causa de sua utilização restrita, esse código de abreviatura cai em desuso.

Outro fator que dificultou a unificação do sistema Braile adotado no Brasil com a dos países Ibero- americanos foi: a regulamentação em 1962, pela Lei nº 4.169 de 04/12/1962; as normas técnicas para leitura e escrita do sistema Braile e de um novo sistema de abreviaturas. Posteriormente, as lideranças optaram por abrir mão destas normas a favor da unificação do código brasileiro com o Ibero-americano estabelecido através de convenções internacionais.

No dia 05 de janeiro de 1963 ocorre um acordo luso-brasileiro, a fim de unificar o código brasileiro e português, tanto o código de escrita básico, ou seja, o código alfa numérico utilizado para a impressão padrão quanto a adoção pelo Brasil do código de abreviaturas utilizado em Portugal.

Com a evolução da matemática, educadores e técnicos principalmente do IBC fizeram acréscimos de símbolos à tabela Taylor para adaptar o sistema Brasil, utilizado no Brasil a transformações das ciências exatas.

Outra categoria que merece destaque quanto à sua unificação foi o código Braile para informática, que a partir dos anos 70, precisou ser implantado a fim de atender às pessoas com deficiência visual que passaram a trabalhar na área tecnológica. Em 1994, o Brasil adotou o código unificado para informática, que reuniu as representações da simbologia Braile para este campo, que antes desta unificação eram representados de diferentes formas em cada país.

Os anos 1970 foram decisivos quanto à contribuição do Brasil com a União Mundial de Cegos na luta pela unificação do código Braile. O evento mais

expressivo desta década ocorreu em 1973 através da Conferência Ibero-Americana para Unificação do Sistema Braile, em Buenos Aires.

Desta forma o Brasil somente pôde contribuir com a unificação das normas de escrita de seu sistema Braile com o adotado nos países de línguas portuguesa e hispânica, quando as pessoas com deficiência visual se organizaram internamente, criando a estrutura necessária para dirigir seu próprio meio de leitura e escrita.

Como exemplo da influência da organização do movimento das pessoas com deficiência visual no Brasil, bem como da publicação de normas internacionais pela Organização das Nações Unidas, pode-se destacar a adesão e a participação efetiva do Brasil ao processo de unificação do sistema Braile com os códigos dos países de língua Ibérica.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 ocorreram mudanças significativas no pensamento e na atuação no Brasil, em favor da criação de um código Braile Ibero-Americano único, bem como a institucionalização das discussões sobre a sua metodologia de escrita. Este esforço pode ser caracterizado pela participação de técnicos brasileiros como ouvintes na Reunião de representantes da Imprensa Braile de Países de Língua Castelhana ocorrida em Montevidéu em 1987. Já, nos anos 90 ,foi criada a Comissão para Estudo e Atualização do Sistema Braile, na qual teve atuação importante os representantes do IBC e da FDNC- Fundação Dorina Nowill para Cegos, que reestruturou a codificação do mesmo à língua portuguesa no período de 1991-1994, neste último ano o Brasil participou em Lisboa da Conferência "O Sistema Braile Aplicado à Língua Portuguesa".

Entretanto, a Comissão acima referida não possuía caráter nacional. Porém, em 1995 a União Mundial de Cegos estabelece a homologação na Assembleia geral ordinária de 28 de agosto de 1995, da Comissão Brasileira de Braile, composta por cinco membros fixos, usuários do sistema, experientes nas áreas educacionais e técnica, necessárias ao estabelecimento de normas para o manuseio do Braile, seja a nível educacional ou a nível editorial.

Esta comissão estabeleceu várias metas para normatizar e difundir o sistema Braile conforme as novas diretrizes. Delas podemos citar: reivindicação junto às autoridades da aplicação das normas técnicas para Língua Portuguesa, a

matemática e outras ciências, a música e a informática, a fim de facilitar o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braile;

Realizar propostas ao Governo Federal da normatização legal do Sistema Braile através de leis e decretos, visando à unificação nacional da aplicação deste sistema, bem como a adoção dos códigos internacionais unificados, principalmente os voltados à língua portuguesa e castelhana, a fim de assegurar a garantia do cumprimento de acordos internacionais, voltadas a esse sistema;

Oferecer suporte técnico às instituições públicas e privadas, no que diz respeito à aplicação e ao uso do sistema Braile e de suas normas técnicas, bem como, realizar avaliações periódicas das simbologias adotadas no sistema Braile para acompanhar a evolução técnico-científica, e estabelecer diretrizes e normas para a criação de novos símbolos que substituam ou complementem o sistema atual, mantendo a unidade com a codificação dos países Iberoamericanos por meio do intercâmbio entre as comissões estabelecidas nestes países;

Regulamentar os cursos do sistema Braile através de conteúdos, metodologia e estratégias, seja tanto para a reciclagem de professores e técnicos quanto para a iniciação de novos profissionais, principalmente da área educacional no uso deste sistema;

Estabelecer e manter um acervo bibliográfico com publicações nacionais e internacionais sobre a normatização do sistema Braile, com a finalidade de proporcionar uma base científica para estudos sobre a estrutura deste sistema e a partir da realização de pesquisas, elaborarem manuais que normatizem o uso, o ensino e a edição de materiais em Braile.

Assim, a criação da Comissão para Estudo e Atualização do Sistema Braile proporcionou ao Brasil a nivelação com outros países, no que, refere-se à normatização deste sistema e a delegou ao Estado a responsabilidade por questões referentes à leitura e escrita feitas por pessoas cegas. Isto se refletiu em leis que garantiram o direito das pessoas com deficiência visual ao livro acessível e à informação produzida pela imprensa escrita. (CARVALHO, 2009)

3.8 O Ano Internacional das Pessoas Deficientes- AIPD

Antes de discorrer sobre o contexto nacional de luta por direitos que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, é preciso considerar um marco internacional importantíssimo na direção das políticas adotadas pelo Estado e pela sociedade civil, com relação às pessoas com deficiência: o AIPD (Ano Internacional de Pessoas Deficientes) promovido pela ONU em 1981, cuja temática era "Participação Plena e Igualdade".

Até os anos 1970 não havia normas internacionais eficazes que direcionassem e garantissem os direitos às pessoas com deficiência a habilitação, reabilitação, saúde, educação e a prevenção de deficiências adquiridas por meio de doenças, mutilações e guerras.

Em 1971 foi criada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, e, somente em 1975 a ONU expediu a declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. No item 1, deste trabalho procurei mostrar a trajetória das pessoas com deficiência, bem como sua organização na luta por direitos fundamentais, tais como: habilitação, reabilitação, acesso à ortenses e próteses, a colocação profissional e a educação regular. Assim, esse documento significou um marco inicial para efetivação das lutas das pessoas com deficiência por direitos fundamentais no âmbito da sociedade política.

Vejamos no documento que se segue:

> Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes
>
> Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75.
>
> A Assembléia Geral Consciente da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social, Reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta, Recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins.

Lembrando também a resolução 1921 (LVIII) de 06 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes, Enfatizando que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental, Tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto, quanto possível, sua integração na vida normal, Consciente de que determinados países, em seus atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.
PROCLAMA esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os diretos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana.

As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas

(*) aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

8 - As pessoas deficientes têm direito a ter suas necessidades especiais levadas em consideração, em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

Resolução adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas 09 de dezembro de 1975

Comitê Social Humanitário e Cultural.

(*) O parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas estabelece: "Sempre que pessoas mentalmente retardadas

> forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódica e ao direito de apelo a autoridades superiores". (ONU, 1975)

Como podemos verificar este documento garantiu os direitos, já citados a todo segmento das pessoas com deficiência e não apenas a uma subdivisão dos mesmos.

Em 16 de dezembro de 1976, foi aprovada pela ONU a resolução de número 31/123, que instituiu no ano de 1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes - AIPD. A instituição, deste ano, teve como objetivo: executar os documentos internacionais já expedidos pela ONU através da conscientização da comunidade internacional sobre este segmento da sociedade.

As recomendações expedidas pela ONU focaram o incentivo à inserção social e à prevenção de características causadas por deficiências adquiridas. Procurou-se, também, incentivar a comunidade internacional buscar soluções conjuntas para a implementação das recomendações acima citadas, através da cooperação mútua, o que fortaleceu a luta das pessoas com deficiência por direitos em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Para a consolidação eficiente do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, a ONU criou uma comissão, a fim de organizar e orientar mundialmente a implementação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes em nível mundial. Essas diretrizes norteavam as atividades promovidas pelas organizações de pessoas com deficiência com objetivo de conscientizar a sociedade sobre seus direitos.

Esta comissão foi criada pelo conselho geral da ONU e era composta por 23 países representantes, dentre os quais não havia nenhum brasileiro. Logo, após a instituição desta comissão, várias organizações da sociedade civil, mundiais e regionais ligadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e dos direitos humanos manifestaram seu apoio à instituição do Ano Internacional das Pessoas

Deficientes- AIPD e começaram a planejar ações para implementá-las em nível mundial e regional.[1]

3.9 Diretrizes Mundiais: o documento regulamentador do Ano Internacional das Pessoas Deficientes

O comitê mundial estabelecido pela ONU para dirigir as atividades do ano internacional das pessoas com deficiência fez as seguintes considerações: o Estado possuía a responsabilidade de atender em suas políticas de desenvolvimento nacional, às necessidades e dificuldades das pessoas com deficiência; as pessoas com deficiência teriam os mesmos direitos dos outros cidadãos; as pessoas com deficiência eram cidadãos comuns que possuíam necessidades especiais, e não um segmento diferenciado dos outros seres humanos com necessidades diferentes do resto da população; a plena participação em todas as esferas sociais; em qualquer planejamento de ação voltada à sociedade seria preciso remover as barreiras que impedissem as pessoas com deficiência de participarem plenamente de todos os espaços sociais;2 o Estado e os líderes dos movimentos dessas pessoas deviam incentivar a inserção das mesmas no mercado de trabalho e o seu papel como consumidores; as organizações internacionais e nacionais sejam elas ligadas ao Estado ou a sociedade civil deviam inserir os líderes das instituições de pessoas com deficiência em todos os projetos sociais e não só naqueles voltados a essas pessoas. Continuando essas recomendações a ONU ressaltou a necessidade de se usar a tecnologia em favor da habilitação e reabilitação dessas pessoas.

O Ano Internacional tinha como finalidade não só a conscientização dos países, mas também, a resolução de problemas ligados a essas pessoas. O foco principal do mesmo era incentivar os planos de ação em longo prazo, seja por parte dos órgãos internacionais, das organizações não governamentais ou do próprio Estado, que possuíam a responsabilidade de contribuir com sugestões que reforçassem as ações inspiradas nas idéias difundidas durante este ano.

---

[1] Dos órgãos que apoiaram a decisão da ONU podemos citar: a Organização de Unidade Africana, Centro Europeu para o Treinamento e para a Pesquisa em Bem-Estar Social, a Organização Internacional de Padronização, o Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos e a Federação Mundial dos Veteranos.

[2] E para tal, os planejamentos deveriam remover as barreiras arquitetônicas, as discriminações e os preconceitos, com a finalidade de garantir às pessoas com deficiência sua plena participação social.

Os planejamentos das atividades baseadas na implantação do ano internacional das pessoas com deficiência deveriam levar em conta os diferentes tipos de deficiências, pois a ONU reconheceu a multiplicidade deste seguimento, e consequentemente, a necessidade de adotar medidas que atendessem as especificidades de cada um na execução dos planejamentos de quaisquer instituições, a curto e longo prazo.

A Organização Mundial da Saúde recomendou que se fizessem ações comunitárias nos países em desenvolvimento para que as pessoas com deficiência, que vivessem nestes países tivessem acesso aos serviços básicos de saúde que atendessem às necessidades dessas pessoas voltadas para habilitação e reabilitação.

A ONU também fez recomendações em nível nacional aos Estados que participaram da conferência que definiu as diretrizes para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

Cada Estado-Nacional participante deveria produzir e divulgar seu planejamento nacional com o fim de direcionar a inserção e a participação de pessoas com deficiência em todas as esferas sociais. Neste ano, os países deveriam criar comissões cuja finalidade era fazer um planejamento de execução de metas; coordenar o desenvolvimento das mesmas e colocá-las em prática em níveis regional e nacional, visando o cumprimento do acordo estabelecido pelo Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

A comissão coordenadora das atividades do Ano Internacional das Pessoas Deficientes devia possuir como membros representantes da sociedade política, da sociedade civil (e de seus aparelhos privados de hegemonia). Ao fim do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, os estados deviam criar novos planos de metas com o objetivo de dar continuidade às ações realizadas nesse ano, passados dez anos dessa implementação (1991), esta comissão faria uma revisão e um balanço dos resultados das atividades voltadas às pessoas com deficiência.

Essas conscientizações tinham como objetivo remover as barreiras sociais com intuito de promover atividades educativas que esclarecessem a polação sobre os direitos das pessoas em deficiência e a capacidade destas atuarem de forma ativa em todas as esferas sociais.

Assim, os serviços voltados às pessoas com deficiência deveriam se integrar aos oferecidos à comunidade em geral, inclusive a habilitação e a

reabilitação que seriam oferecidas nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

3.10 O Ano Internacional das Pessoas Deficientes e seus reflexos no Brasil

Por meio da carta de 25 de outubro de 1979, escrita pelo chefe da unidade de reabilitação da ONU, Esko Kosunen, o Brasil recebeu as diretrizes e os materiais a serem utilizados na implementação do ano internacional das pessoas com deficiência no Brasil, dentre os documentos enviados pela ONU, podemos destacar:

- Relatório do Secretário-Geral da ONU juntando a minuta do Programa Internacional para os anos de 1980/81, para consideração da Assembleia Geral.

A partir deste documento, o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, responsável pela criação da coalizão pró-federação passou a fazer reuniões, cuja finalidade era traduzir alguns documentos para o português, estudá-los e pensar em estratégias para aplicar suas recomendações em nível nacional.

Um dos eventos importantes para discussão das diretrizes da ONU voltadas a essas pessoas foi o Segundo Congresso Brasileiro de Reintegração Social, organizado em São Paulo, no mês de julho de 1980. Este incluiu em suas temáticas discussões sobre o Ano Internacional.

Outro acontecimento importante foi o surgimento do grupo de apoio e estímulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A partir da fundação deste grupo e das discussões promovidas pelo mesmo, os militantes perceberam assim a diversidade de propostas calcadas na heterogeneidade do segmento das pessoas com deficiência, por causa da subdivisão por tipo de deficiência.

Outra intervenção deste grupo em favor do Ano Internacional de Pessoas Deficientes, foi o envio ao Governo Federal de um ofício que solicitava a tradução correta da nomenclatura do Ano Internacional, pois surgiram nomes discriminatórios, tais como: "Ano Internacional do Incapacitado" e "Ano Internacional do Excepcional".

O Ano Internacional das Pessoas com Deficiência ocasionou também reflexos regionais tais como: a criação no Estado de São Paulo da Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, esta foi criada no ano de 1981.

Desta Comissão saíram várias propostas para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade, ao curto, médio e longo prazo, que se estendia para toda década de 1980.

Em 1984, o movimento das pessoas com deficiência se institucionalizou em organizações nacionais que tinham como finalidade lutar pelos direitos específicos de cada tipo de deficiência. As instituições criadas foram: FEBEC – Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a ONEDEF – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, e o MORHAN – Movimento de Reintegração dos Hansenianos.

Neste sentido, o movimento também se organizou em uma Federação Nacional cuja função era congregar as reivindicações específicas de cada tipo de deficiência e dar continuidade às ações promovidas pela Coalizão Pró-Federação - responsável pela implantação do Ano Internacional no Brasil. Assim, em dezembro deste mesmo ano, fundou-se o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes.

Esta organização foi responsável por representar o Brasil junto à Disable People's International, através do Conselho Latino-Americano. Cada subdivisão do segmento de pessoas com deficiência se filiou às correspondentes organizações continentais e mundiais, temos como exemplo: UMC – União Mundial de Cegos; ULAC – União Latino-Americana de Cegos, e o World Federation of Deaf – a Federação Mundial dos Surdos.

A partir da estruturação organizacional do movimento das pessoas com deficiência, as entidades dirigidas e voltadas para pessoas com deficiência, os centros de reabilitação e os órgãos da sociedade política passaram a se reunir em níveis local e nacional, a fim de criar conselhos estaduais que dirigissem às várias organizações da sociedade civil na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, até que em 1986 foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- CORDE.

3.11 O MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A luta pelos direitos sociais, políticos e civis teve o seu marco mais expressivo no Brasil, em 1987-88, com a Instituição da Assembleia Nacional

Constituinte (ANC), a qual mobilizou os diversos grupos sociais para a criação de uma nova Constituição Federal. Assim, os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência saiu do anonimato e com a abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos 2010, até esse momento da história, em termos constitucionais, a única referência aos direitos das pessoas com deficiência era a Emenda n° 12, de 1978, conhecida como "Emenda Thales Ramalho", que no seu artigo único define: "É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. educação especial e gratuita; II. assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos."

Por meio da Emenda constitucional nº 26, de 27 de Novembro de 1985, o poder constitucional é restituído ao Senado e à Câmara dos Deputados. Em 1986, o poder executivo estabelece a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, liderada por Afonso Arinos, que em 1987 elaborou o projeto Constitucional, apresentado ao poder Legislativo em 1º de fevereiro de 1987.

Em 1986/87, as pessoas com deficiência se organizaram a fim de discutir a relação entre seus direitos e a construção do texto constitucional. O Ministério da Cultura realizou em nível nacional, várias palestras denominadas "A Constituinte e os Portadores de Deficiência". É preciso ressaltar que as políticas públicas voltadas a estas pessoas até a primeira metade dos anos 1980, eram ligadas aos Ministérios da Educação e Cultura, pois não existia um órgão nacional específico que gerisse e coordenasse o movimento político das pessoas com deficiência, bem como suas reivindicações e propostas no âmbito da sociedade política. As políticas do Ministério da Educação e Cultura possuíam características paternalistas e filantrópicas desenvolvidas em conjunto com as instituições de reabilitação e as organizações para pessoas com deficiência, sendo que as políticas públicas voltadas a este segmento da população não contestavam a ordem social vigente.

Nesta ocasião, o Ministério da Cultura foi o responsável por organizar os eventos ligados a luta das pessoas com deficiência por direitos, e financiou encontros com lideranças governamentais, cujo objetivo era refutar as propostas da comissão provisória de estudos constitucionais, cuja temática e o conteúdo privilegiavam ações tutelares e paternalistas. A principal conquista das pessoas com deficiência, neste período, foi o de poder falar por si mesmas e adotar uma bandeira de luta que reivindicava a autonomia destas pessoas na sociedade, bem como, na participação plena e com qualidade em todos os espaços sociais. O movimento das pessoas com deficiência defendia que as temáticas voltadas a este segmento deveriam ser tratadas de forma transversal na elaboração do texto constitucional, ou seja, os direitos das pessoas com deficiência deveriam ser contemplados nos capítulos referentes a todos os cidadãos brasileiros, e não, em uma sessão especial como propunha a comissão provisória de estudos constitucionais.

No período de 05 e 07 de dezembro de 1986 ocorreu em Belo Horizonte a 3ª Reunião de Conselhos e Coordenadorias Estaduais e Municipais de Apoio à Pessoa Deficiente, que contou com a participação das coordenadorias e conselho estaduais e municipais, além de entidades de e para pessoas com deficiência. Deste evento surgiram as propostas do segmento para a Assembleia Nacional Constituinte. Nelas a preocupação com a transversalidade da garantia de direitos ao segmento era evidente, pois a ideia de um capítulo específico voltado a estes indivíduos promovia a discriminação na condição de cidadãos. O texto elaborado nessa reunião foi entregue à subcomissão das minorias, que o repassou à comissão temática dos direitos sociais. Ele significou a expressão das reivindicações do movimento, a fim de serem incluídas na elaboração do texto da nova Constituição Federal.

De acordo com o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte os órgãos legislativos nacionais, estaduais e municipais, as associações e organizações da sociedade civil e os órgãos judiciais foram convocados a fazer propostas para a construção da nova carta constitucional. Além disso, realizaram-se várias reuniões públicas, a fim de dar voz aos cidadãos comuns, os grupos sociais poderiam realizar emendas populares desde que as mesmas obtivessem 30 mil assinaturas, bem como a obrigatoriedade do voto nominal no processo de aprovação das propostas constitucionais.

Todas as sugestões relativas às pessoas com deficiência foram encaminhadas a Subcomissão Temática: Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática: Ordem Social. As propostas das organizações da sociedade civil expressas nas emendas populares e as discussões feitas nas comissões e subcomissões temáticas foram enviadas para a comissão de sintetização, em 24 de novembro de 1987.

Após o término da redação do texto constitucional a ser votado pelo congresso, o movimento das pessoas com deficiência constatou que suas reivindicações não foram incluídas da forma que desejavam, fazendo com que o movimento redigisse um projeto de emenda popular e fizesse campanhas maciças para que a mesma fosse submetida à Assembleia Nacional Constituinte.

Isto ocorreu pelo fato que o relatório final redigido pela subcomissão das minorias o ter sido influenciado pelas entidades para pessoas com deficiência, tais como a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), que possuíam visões caritativas das mesmas. Tais visões divergiam dos princípios de uma vida autônoma por parte destas pessoas, as quais teriam o poder de dirigir e opinar sobre os rumos de seus destinos e de seus atos, princípios defendidos pelas organizações das pessoas com deficiência.

A emenda popular de número PE 00086-5, produzida pelo movimento das pessoas com deficiência foi submetida à ANC sob a responsabilidade de três organizações representantes do mesmo: a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), o Movimento de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência (MPDF) e a Associação Nacional dos Ostomizados (ANO), que contou com 30.899 assinaturas. A proposta continha 14 artigos sugerindo alterações no projeto constitucional, que deveria sair da ANC.

O objetivo do movimento das pessoas com deficiência era que os temas: igualdade de direitos, discriminação, acessibilidade, trabalho, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, direito à formação, educação básica e profissionalizante fossem inseridos ao longo da proposta do texto constitucional, nos artigos em que eles se encaixassem, a fim de garantir a essas pessoas a igualdade de direitos como cidadãos brasileiros, respeitando as especificidades das mesmas, o que levaria a uma vida autônoma protagonizada por estes indivíduos.

Assim, o movimento das pessoas com deficiência mostrou força e organização tanto na elaboração do documento enviado à subcomissão dos direitos

das minorias, quanto na luta pela aprovação da emenda popular contrária à exclusão do texto encaminhado por tal subcomissão à ANC, das propostas sugeridas pelo movimento, o que contrariava os princípios da luta de tais pessoas por direitos. Esta organização resultou da extinção do título "Tutelas Especiais" do texto da proposta constitucional, além de garantir pela via legal a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais.

Além de todas as garantias igualitárias a todos os cidadãos, foram assegurados às pessoas com deficiência os seguintes direitos específicos no texto constitucional:

> Título VIII, Capítulo 2, Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência.
>
> Capítulo 3, Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
>
> Capítulo 7, Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1.º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. § 2.º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (BRASÍLIA 1988)

O texto final da constituição ficou pronto em 22 de setembro de 1988, sendo a mesma promulgada no dia 5 de outubro do mesmo ano. A promulgação da Constituição Federal representou para a legislação constitucional brasileira o marco

determinante na garantia da cidadania e da luta por direitos. Ela assegurou às pessoas com deficiência a plena participação em todas as esferas sociais, e abriu o horizonte legal que definiu os rumos da relação entre o movimento pelos direitos de tais pessoas, localizados no âmbito da sociedade civil, e, a adoção de políticas públicas provenientes da sociedade política.

4 O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À INFORMAÇÃO: O CASO DA LUTA PELA AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL

4.1 DEFINIÇÃO E HISTÓRICO DA AUDIODESCRIÇÃO

Para exemplificar como se dá a relação entre Estado e sociedade civil na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, irei fazer uma breve análise da luta das pessoas cegas ou com baixa visão pelo acesso à informação no Brasil, através da implantação nos meios de comunicação do recurso de acessibilidade denominado Audiodescrição.

O recurso da audiodescrição consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações compreendidas visualmente e que não estão contidas nos diálogos. Temos o exemplo de expressões faciais e corporais que expressam alguma informação importante sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e quaisquer informações escritas na tela, sejam em cinema ou em produção de mídias que contenham vídeos, ou mesmo inseridos em representações teatrais e qualquer evento cultural que transmita suas informações ao público de forma visual.

Além disso, a audiodescrição garante às pessoas cegas ou com baixa visão as informações contidas nas imagens de forma simultânea à exibição destas, possibilitando às mesmas, o desfrute integral das obras ou eventos culturais, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, respeitando as singularidades deste seguimento ao mesmo tempo em que as pessoas sem deficiência visual. Dessa forma, pessoas com ou sem deficiência visual podem assistir as expressões artísticas e culturais, tais como filmes, novelas etc.

As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do filme ou espetáculo, e nunca se sobrepõem aos conteúdos sonoros que transmitam alguma informação relevante, de forma que a

informação audiodescrita se harmoniza com os sons do vídeo, espetáculo teatral ou qualquer outro evento cultural.

Segundo Franco e Silva, a primeira referência conceitual da audiodescrição surgiu na tese de pós-graduação apresentada na Universidade de São Francisco pelo norte-americano Gregory Frazier, em 1975 intitulada de "Master of Arts". Esta pesquisa deu origem a novos estudos e experimentos que procuravam aplicar de forma prática esta nova técnica de acessibilidade. (FRANCO e SILVA, 2010)

Em 1989, ocorreu um grande avanço em relação à aplicação prática da audiodescrição, a inserção da mesma nos filmes de Festival internacionais. A partir daí os países Europeus passaram a aderir à aplicação desta técnica, estendendo sua aplicação a programas televisionados (FRANCO e SILVA, 2010)

Em 1991, na Espanha foi desenvolvido o sistema Sonocine, cujo objetivo era oferecer às pessoas com deficiência visual o acesso a audiodescrição a filmes audiodescritos, e exibidos pela televisão através de um canal de rádio, especialmente habilitado para tal.

Em 1992, o Royal National Institute for the Blind, localizado na Inglaterra coordenou um projeto denominado Audetel, cujo objetivo era o estudo dos requisitos técnicos necessários para a incorporação da audiodescrição nas emissoras de televisão.

Segundo relata (FRANCO e SILVA, 2010) no ano de em 1993, a Organização Nacional de Cegos da Espanha - ONCE iniciou um programa de investigação e pesquisa em audiodescrição, que culminou na publicação da norma UNE 153020, intitulada: Audiodescripción para personas con discapacidad visual. Essa norma foi importante para direcionar a implantação da audiodescrição no mundo, através do estabelecimento de normas técnicas.

Atualmente, a acessibilidade aos meios de comunicação e a eventos culturais está em pauta em todo o mundo, sendo que em alguns países como Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai a audiodescrição já é uma realidade em cinemas, teatros, museus, programas de televisão e DVDs.

No Brasil a definição do conceito de audiodescrição só apareceu legalmente na PORTARIA Nº 310, de 27 de Junho de 2006, diferenciando da dublagem.

De acordo com esta portaria a audiodescrição pode ser caracterizada como uma locução em linguagem nacional, no caso do Brasil a língua portuguesa, e tem como objetivo a descrição de imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidas ou compreendidas por pessoas cegas e com baixa visão.

Esta portaria diferencia a audiodescrição da dublagem, já amplamente adotada em vídeos, caracterizada pela tradução de programas, filmes, documentários falados em língua estrangeira, através da substituição da locução original por falas em língua nacional. A dublagem deve ser feita de forma sincronizada respeitando o movimento dos lábios dos personagens em cena, a fim de transmitir ao expectador, incapaz de acompanhar a legenda a fidelidade das imagens e do conteúdo apresentado.

Com isto, podemos perceber claramente, como o movimento da cultura produzida na sociedade civil é diferente do processo de legalização das lutas sociais e como as demandas que surgem da esfera social precisam se legitimar através das culturas Hegemônicas e contra-hegemônicas que integram à sociedade política e Aparelhos Privados de Hegemonia ganhando, assim, visibilidade nos embates legais.

4.2 A TRAJETÓRIA DA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL

No item anterior, percebemos como o recurso da audiodescrição, no âmbito mundial, surgiu recentemente. No Brasil, este recurso se faz ainda mais recente, principalmente pela via legal, sendo contemplada de maneira direta, apenas no ano de 2006. Neste item discorreremos sobre a trajetória da luta das pessoas cegas e com baixa visão pelo acesso à informação, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas manifestações culturais em geral.

Em 19 de Dezembro de 2000 foi sancionada a Lei 10.098, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos espaços físicos, aos meios de transporte e à informação.

Neste sentido, nos interessa os itens desta lei que garantem o acesso à informação pelas pessoas com deficiência através da promoção de meios de comunicação adaptados às necessidades destas pessoas, importando aqui as

diretrizes voltadas às pessoas com deficiência visual. Para tal, analisaremos alguns itens que tratam desse assunto.

> Capítulo I
> Art. 2o Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:
> I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASILIA, 2000)

Podemos perceber nesse trecho que o conceito de acessibilidade é legalmente definido, garantindo às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o acesso às várias esferas sociais incluindo a informação. Outro ponto a ser destacado é que esta lei ampliou os horizontes do movimento das pessoas com deficiência, possibilitando, por meio da via legal a possibilidade de interferência da sociedade civil na sociedade política, visto que a conceituação de espaços acessíveis não fora especificado de forma objetiva, em termos legais até a promulgação desta lei.

> Capítulo I
> II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:
> d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa; (BRASILIA, 2000)

Esta mesma lei define o conceito de barreiras, e estende o mesmo para além dos espaços físicos, e especificamente define as barreiras ligadas à comunicação que impedem as pessoas com deficiência de exercer sua autonomia na expressão, e no recebimento de informações, impedindo o exercício de sua cidadania na área intelectual.

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico. (BRASILIA, 2000)

Este item pode ser aplicado também ao caso do acesso à informação, já que a pessoa cega ou com baixa visão encontra-se em defasagem em relação às

pessoas sem deficiência, na aquisição de conhecimento se não tiver o apoio de recursos técnicos, no caso, o dos meios de comunicação em massa, a audiodescrição seria importantíssima neste processo.

> CAPÍTULO VII
> DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO
> Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASILIA, 2000)

Esta lei significou para as pessoas com deficiência sensorial a garantia legal do acesso à informação, bem como a obrigação governamental com a regulamentação dos meios de comunicação a fim de torná-los acessíveis às pessoas com deficiência sensorial, ou seja, pessoas cegas, surdas, com baixa visão ou com deficiência auditiva, além de qualquer tipo de deficiência que prejudique o acesso à comunicação, um exemplo disso é a paralisia cerebral.

> Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.
> CAPÍTULO VIII
> DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS
> Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. (BRASILIA, 2000)

Nesse artigo a sociedade política assume a responsabilidade de capacitar profissionais a fim de apoiar as pessoas com deficiência sensorial no processo de comunicação com o meio exterior, temos como exemplo: intérpretes de libras, guias intérpretes, guias, pessoas fluentes na escrita braile, e no caso da audiodescrição, indivíduos que saibam aplicar corretamente as técnicas para implementá-las.

Além disso, a sociedade política se responsabiliza pela remoção das barreiras que impeçam a locomoção, o transporte e o acesso à comunicação pelas pessoas com deficiência tanto no âmbito arquitetônico quanto no âmbito das comunicações através da disponibilização de ajudas técnicas adequadas a cada ambiente.

> Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:
> II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;
> III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade. (BRASILIA, 2000)

Para promover o acesso à comunicação, a lei descreve algumas medidas que podem ser adotadas a fim de promover a acessibilidade das pessoas com deficiência a este meio. Isto se aplica também às pesquisas nas universidades, bem como às parcerias com entidades de ajudas técnicas para as pessoas com deficiência, apoiadas pelo Estado.

> Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
> Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei. (BRASILIA, 2000)

Outro compromisso que o governo assume nesta lei é o de promover a educação e a conscientização social com relação ao acesso das pessoas com deficiência aos espaços sociais, bem como o compromisso da comunidade de promover a remoção de barreiras físicas e altitudinais, assim confere às entidades de pessoas com deficiência o papel atuante na fiscalização do cumprimento desta lei, bem como o acompanhamento e apoio de tais medidas.

Em 2004, através do decreto nº 5.296 a Lei 10.098, denominada Lei de Acessibilidade, foi regulamentada a fim de reafirmar o acesso das pessoas com deficiências:

> Art. 3º. Serão aplicadas sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, previstas em lei, quando não forem observadas as normas deste Decreto.

> Art. 4º. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto. (BRASILIA, 2000)

Além de reafirmar a participação ativa das entidades de e para pessoas com deficiência na aplicação desta lei, este trecho define punições para as pessoas que não praticarem as recomendações que constam neste decreto.

> c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60%; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (BRASILIA, 2000)

Outro objetivo deste decreto foi definir critérios para conceituar o público alvo do mesmo, ou seja, estabelecer os parâmetros das quais pessoas seriam enquadradas como indivíduos com deficiência, interessando neste trabalho a definição de pessoa cega e com baixa visão.

> CAPÍTULO VI
>
> Art. 47. No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.
>
> § 3º. Os telecentros comunitários instalados ou custeados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal devem possuir instalações plenamente acessíveis e, pelo menos, um computador com sistema de som instalado, para uso preferencial por pessoas portadoras de deficiência visual. (BRASILIA, 2000)

Outro avanço deste decreto foi a ampliação e a especificação dos meios de comunicação de massa que deveriam ser acessíveis às pessoas com deficiência visual, através da obrigatoriedade da construção de páginas da internet acessíveis, principalmente as governamentais. Também garante a essas pessoas o acesso a tele-centros comunitários conferindo-lhes o dever de adaptar ao menos um equipamento às necessidades de pessoas cegas ou com baixa visão.

> Art. 52. Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual.
> Art. 53. A ANATEL regulamentará, no prazo de doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas, previsto no art. 19 da Lei nº 10.098, de 2000. (BRASILIA, 2000)

A sociedade política assume a responsabilidade de oferecer aparelhos de televisão equipados com recursos que garantam a acessibilidade de pessoas cegas ou com baixa visão à informação, e estabelece o prazo máximo para que a ANATEL- Agência Nacional de Telecomunicação cumpra, no prazo máximo de um ano, os artigos desta lei. O estabelecimento deste prazo foi importantíssimo para o desenvolvimento do embate entre organizações de pessoas com deficiência e órgãos televisivos.

Em fevereiro de 2005 foi assinado o Decreto 5.371, que reformulou e estabeleceu as competências do Ministério das Comunicações e da Anatel, no que se refere aos serviços de transmissão e retransmissão da programação de televisão.

A reformulação nas competências do Ministério das Comunicações e da Anatel estabelecida por este decreto exigiu, em consequência, que o artigo 53 do Decreto 5.296 também fosse reformulado.

Em junho de 2005, a Rede Globo de Televisão apresentou dois personagens cegos na trama da telenovela "América". Para auxiliar a autora da novela na construção desses personagens, uma de suas assessoras criou um grupo de discussão na Internet, ao qual aderiram aproximadamente cinquenta pessoas cegas e/ou com baixa visão. Durante a troca de experiências os integrantes da lista reivindicaram a esta rede de televisão que incluísse o recurso da audiodescrição na produção e veiculação desta novela, formalizada em carta aberta, conforme o exposto abaixo:

No trecho que se segue, as pessoas com deficiência visual que transpõem em sua vida diária as barreiras provocadas pelo descumprimento da legislação, reivindicam sua participação através de opiniões na construção de um programa exibido por um meio de comunicação de massa, a fim de coibir a veiculação de estereótipos prejudiciais à inclusão das mesmas na sociedade, vejamos:

> Exemplo de barreiras na comunicação pode ser aquilatado pela ocorrência de cenas mudas nas novelas, nos filmes, comerciais e demais programas, dificultando ou impedindo as pessoas com deficiência visual de ter acesso à informação e à cultura, veiculadas por esses programas. (BRASILIA, 2004)
>
> [...] Portanto, as chamadas cenas mudas sem o acompanhamento de uma descrição, constituem um desrespeito ao direito legal de as pessoas cegas terem acesso à informação e refletem a falta de atenção histórica às necessidades das pessoas com deficiência, a descrença em relação às suas potencialidades como agente consumidor de cultura, de produtos, de nicho de mercado. Além disso, refletem o estereótipo amplamente difundido na sociedade de que as pessoas cegas têm preferência apenas por programas radiofônicos e não manifestam interesse ou gosto por filmes e outros programas televisivos e/ou cinematográficos, dentre outras formas de expressão eminentemente visuais [...] (BRASILIA, 2004)

Nesta carta é possível perceber a indignação das pessoas cegas e com baixa visão, com o tratamento dispensado às mesmas por esta Rede de Televisão, principalmente porque esta opera em um canal de acesso livre. Ressalta também o descumprimento das leis referentes ao acesso deste seguimento à informação, bem como a desconsideração deste meio de comunicação com todas as lutas políticas por autonomia vivenciadas pelas pessoas com deficiência visual.

Este documento listou vários fatores que possibilitariam a adoção da audiodescrição na grade de programas desta rede de televisão, se houvesse o verdadeiro compromisso com o telespectador com deficiência visual. Desta, podemos destacar: em relação à função SAP a maioria dos televisores já são produzidos com este mecanismo, além deste recurso já ser utilizado pela Rede Globo na transmissão dos filmes que contêm áudio em inglês.

A carta também informou à Rede Globo que a mesma exporta sua programação para vários países que já adotam este recurso, e, portanto poderia alcançar um nível de aceitação perante os espectadores em nível mundial, caso esta programação chegue a estes países já com o recurso de acessibilidade conferido pela audiodescrição. Com isto, a empresa cumpriria as leis nacionais e elevaria seu conceito como um grupo empresarial preocupado com a responsabilidade social.

O recurso da audiodescrição não inclui benefícios apenas às pessoas com deficiência visual, mas promove a acessibilidade de outros grupos tais como: analfabetos, idosos, pessoas com dislexia, e pessoas com deficiência intelectual, as

quais compreenderiam melhor o conteúdo dos programas se os mesmos fossem transmitidos com uma maior verbalização de seu conteúdo.

A transmissão da novela "América" seria ideal para testar a implementação da audiodescrição, bem como, as técnicas necessárias à sua eficácia, já que atingia um número significativo desse público alvo, o de pessoas que convivem com as mesmas e indivíduos que nunca ouviram falar deste recurso de acessibilidade aos meios de comunicação.

No ano de 2005, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT- redigiu a primeira norma brasileira, a qual regulamentou a primeira norma brasileira para implementação dos recursos de acessibilidade aos meios de comunicação de massa. Destaca-se nos trechos a seguir as regras voltadas à audiodescrição:

> 6. Diretrizes para o áudio com a descrição de imagens e sons.
> Para que sejam garantidas as condições de acessibilidade, a descrição de imagens e sons deve atender aos requisitos de 6.1 a 6.3.
> 6.1 Características gerais para a descrição em áudio de imagens e sons
> A descrição em áudio de imagens e sons deve transmitir de forma sucinta o que não pode ser entendido sem a visão. Devem ser evitados monotonia e exageros.
> 6.2 Compatibilidade
> A descrição deve ser compatível com o programa:
> a) a narração deve ser objetiva na programação para adultos e mais poética em programas infantis;
> b) em filmes de época devem ser fornecidas informações que facilitem a compreensão do programa;
> c) a descrição subjetiva deve ser evitada.
> 6.3. Diferenciação no SAP, a descrição em áudio de imagens e sons deve estar diferenciada do som do programa. Para permitir melhor compreensão do programa, sempre que possível, a descrição deve aproveitar as pausas naturais entre os diálogos (BRASILIA, 2005).

O Ministério das Comunicações expediu a Portaria 476 e a submeteu à consulta pública uma minuta de Norma Complementar, cujo objetivo era regulamentar o artigo 53 do Decreto 5.296.

Com essa consulta pública a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT enviou ao Ministério das Comunicações o ofício nº 90 contestando o prazo estabelecido pela ANATEL para implantação de mecanismos de inclusão em rádios e televisões. Em resposta a este documento a Coordenadoria

Geral de Assuntos Judiciais do Ministério das Comunicações publicou um ofício a fim de contestar os questionamentos da ABERT.

Assim, a publicação destes documentos se transformou na primeira discussão pública entre agentes do Estado e da sociedade civil sobre a instauração da acessibilidade na programação das emissoras de televisão brasileiras.

Segue alguns recortes do Ofício/N º 90/02-12-2005 e também da resposta do Ministério das Comunicações ao mesmo.

> Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previsto em regulamento.
>
> III- Portanto, da leitura do artigo acima é conclusivo que a intenção do legislador, ao estabelecer que os executantes dos Serviços de Radiodifusão adotassem, alternativamente, algum recurso de maneira a possibilitar o acesso à informação das pessoas portadoras de deficiência, limitava-se apenas àqueles portadores de deficiência auditiva.
>
> IV- Não obstante, o § 2º do artigo 53 do Decreto, ora em análise, extrapola sua competência legal na medida em que prevê a utilização de sistemas de mensagens veiculadas não apenas para pessoa portadora de deficiência auditiva, como também, para aquelas portadoras de deficiência visual.
>
> V- Ora, decreto, na ordem hierárquica, tem claro caráter secundário em relação à lei, estando sua função adstrita tão somente a regulamentar dispositivo existente de forma a indicar meios para a consecução das obrigações já impostas em lei.
>
> VI- Desta forma, ao regular a questão relativa aos portadores de deficiência visual, o Decreto nº 5.296 estipulou novas obrigações legais não previstas na Lei nº 10.098, que objetiva regulamentar. (ABERT, 2005)

Através do Art. 19 da Lei 1098, a ABERT contesta o artigo 53 do Decreto 5.296 alegando que o prazo estabelecido pela ANATEL não poderia ser cumprido pelo fato de a audiodescrição não ser contemplada na referida lei. Argumentam também que o papel do decreto é apenas regulamentar a lei e estabelecer em detalhes os mecanismos de ação para que os direitos garantidos pela lei sejam cumpridos.

Além disso, alegam que o recurso de acessibilidade aos meios de comunicação pelas pessoas com deficiência visual apesar de estar previsto no

decreto, não há nenhuma referência ao mesmo na lei, isto quer dizer que o artigo 53 do Decreto 5.296 estabelece uma obrigatoriedade de ação ilegal.

> III- DESCRIÇÃO DE NARRAÇÃO DE CENAS E IMAGENS (ART. 53,§ 2º, III)
>
> XX- E o canal de programa secundário de áudio, ou seja, a transmissão do áudio original do programa, no caso de programas produzidos em língua estrangeira, tem a função social de auxiliar no aprendizado da língua estrangeira.
>
> XXI- Portanto, o canal de programa secundário de áudio seria a única alternativa tecnológica para a implementação deste sistema de acesso tornando mutuamente exclusivas as opções de narrativa de cenas e imagens e som do programa exibido.
>
> XXII- A transmissão do canal de programa secundário de áudio dependeria ainda da adição desta funcionalidade em cada um dos transmissores de radiodifusão.
>
> XXIII- Desta forma, os prazos de implantação precisariam ser bastante dilatados estabelecendo-se estágios que considerassem o tamanho da população coberta e não somente o percentual de programação envolvida (BRASILIA, 2004).

Pode-se perceber que a ABERT encontra uma brecha legal para não cumprir a instauração de recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência visual. Para justificar o descumprimento do Art. 53, tal órgão afirma que não poderia excluir a transmissão de programas com recursos acessíveis pelo fato de os mesmos contribuírem com o incentivo ao aprendizado e a valorização da língua estrangeira. Assim como a dificuldade da inserção de transmissores que oferecesse tal recurso em um canal alternativo de áudio, a fim de que os usuários escolham usufruir dos meios de comunicação de massa com auxilio vocal.

A Coordenadoria Geral de Assuntos Judiciais do Ministério das Comunicações respondeu ao Ofício 90/2005 da ABERT com os seguintes argumentos:

> 1 - em relação aos itens I a VI, onde são questionados aspectos supostamente ilegais no texto do Decreto 5.296, de 2004, tenho a impressão de que aqueles argumentos não foram elaborados pelo departamento jurídico da ABERT, porquanto qualquer Bacharel em Direito sabe que a interpretação da lei não pode ser feita isoladamente, por artigos, e sim o texto legal como um todo [...]

> [...] Talvez o representante da ABERT não tenha atentado para o significado da expressão "deficiência sensorial" que abrange tanto as pessoas surdas quanto as pessoas cegas [...]
>
> [...] A ABERT também não atentou para a expressão "barreiras na comunicação", que a Lei 10098, em seu art. 2º, inciso II, alínea b, define como sendo "qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa (ABERT, 2008).

Na réplica ao documento da ABERT a ANATEL afirma que os argumentos do ofício n°90 foram elaborados de forma descontextualizada, isolando apenas uma parte da lei e do decreto. Também chama atenção para o termo deficiência sensorial, que inclui, além dos surdos, os cegos. Portanto, o decreto 5.296 regulamenta de forma legal a lei 10.098, pois específica os recursos necessários à acessibilidade voltada a cada tipo de deficiência sensorial.

Ressalta também que a ABERT não se preocupou com o termo "barreiras na comunicação", pois se assim fizesse viabilizaria a acessibilidade de seus programas às pessoas com deficiência sensorial independente de seu tipo.

Como resultado desses debates o Ministério das Comunicações regulamentou novamente os Artigos 52 e 53 do Decreto 5.296, através do Decreto 5.645, a fim de legalizar e ajustar a acessibilidade aos meios de comunicação de massa prevista na Lei 10.098. Deste modo, os Artigos 52 e 53 do Decreto 5.296 passam a ter a seguinte redação:

> Art. 52. Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual.
>
> Parágrafo único. Incluem-se entre os recursos referidos no caput:
>
> I – circuito de decodificação de legenda oculta;
>
> II – recurso para Programa Secundário de Áudio (SAP);
>
> III – entradas para fone de ouvido com ou sem fio.
>
> Art. 53. Os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas, previstos no art. 19 da Lei no 10.098, de 2000, serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações.
>
> § 1o O processo de regulamentação de que trata o caput deverá atender ao disposto no art. 31 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

> § 2o A regulamentação de que trata o caput deverá prever a utilização, entre outros, dos seguintes sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual:
> I - a subtitulação por meio de legenda oculta;
> II - a janela com intérprete de LIBRAS;
> III - a descrição e narração em voz de cenas e imagens.
> § 3o A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República assistirá o Ministério das Comunicações no procedimento de que trata o § 1o (BRASILIA, 2004).

Tal citação além de incluir os recursos de acessibilidade aos meios de comunicação pelas pessoas com deficiência visual e garantir a fabricação de televisores equipados para receber os recursos de acessibilidade, também responsabilizou a CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, pela ajuda técnica ao Ministério das Comunicações, a fim de que o decreto 5.645 fosse cumprido. Porém este decreto não contemplou a obrigatoriedade dos canais por assinatura de implementarem os recursos para o acesso às pessoas com deficiência sensorial em seus programas. Isto revela o descompasso entre um poder legislativo moroso e burocrático, que faz valer o pensamento cultural e interesses de alguns grupos sociais, e, uma sociedade civil que precisa lutar para que a legislação seja mais específica e exija que todas as organizações que ofereçam serviços de comunicação de massa, públicas ou privadas, cumpram os direitos e deveres previstos em lei da mesma forma.

Para discutir essa questão, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão convocou o Ministério das Comunicações, a Anatel e a CORDE para uma reunião, na qual foi acordado que o Poder Executivo faria uma nova alteração no Decreto 5.296 a fim de corrigir a falha, o que ainda não foi regulamentado por nenhuma lei referente ao assunto até este momento (Junho de 2011). Segundo o que consta na ata desta reunião fica definido a conceituação de que os órgãos ali presentes entenderam como programas inclusivos transmitidos pelos meios de comunicação, bem como suas obrigações para com as pessoas com deficiência. Vejamos nos trechos a seguir como estes órgãos se manifestaram contra a obrigatoriedade de adaptação dos programas somente pelos canais de radiodifusão e televisão gratuitas:

> [...] entende-se por conteúdo, em sentido amplo, não apenas a qualidade da programação, observância de princípios éticos, etc. (conteúdo em sentido estrito), mas também os meios de acesso à programação transmitida (ex. dublagem, legendas, etc.);... os meios de acesso aos programas em geral (legendas e outros recursos destinados à eliminação das barreiras de comunicação), devem ser observados por todos os serviços de telecomunicações;... como as atribuições do Ministério das Comunicações, neste particular, esgotam-se nos serviços de radiodifusão, cabe à Anatel a regulamentação que possibilitará a eliminação de barreiras para pessoas com deficiência sensorial aos serviços de TV por assinatura... Diante disso, deliberou-se que a Corde, em conjunto com o Ministério das Comunicações e a Anatel, solicitarão à Presidência da República que inclua, no artigo 49, do Decreto 5.296/04, um inciso, com redação nos termos da minuta anexa, de modo a explicitar que as obrigações de acessibilidade se estendem aos serviços de TV por assinatura, cuja regulamentação cabe à Anatel, sugerindo-se o prazo de 09 (nove) meses para tanto, contados da alteração do Decreto 5.296. A Corde, em conjunto com o Ministério das Comunicações e a Anatel, compromete-se a adotar as providências necessárias para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, seja promovida a alteração acima referida (BRASILIA, 2004).

O Ministério das Comunicações expediu em abril de 2006 o Decreto 5.762, que prorrogou por 60 dias o prazo para o cumprimento do que determina o Decreto 5.645, ou seja, ampliou o prazo para que o Ministério das Comunicações publicasse a nova regulamentação do artigo 53 do Decreto 5.296.

Em 27 de junho de 2006, depois de ter ouvido e analisado toda a argumentação técnica, econômica e jurídica apresentadas na consulta e na audiência pública, que tiveram a participação das organizações da sociedade civil, tanto usuários quanto representantes dos meios de comunicação de massa o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 310, oficializando a Norma Complementar nº 1 que estabeleceu o cronograma de implantação e os requisitos técnicos para tornar a programação das TVs abertas, acessíveis às pessoas com deficiência, como o disposto abaixo:

> PORTARIA Nº 310, DE 27 DE JUNHO DE 2006.
>
> O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e considerando os comentários recebidos em decorrência de consulta e audiência pública realizada pela Portaria nº 476, de 1º de novembro de

> 2005, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2005 e Portaria nº 1, de 04 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 04 de janeiro de 2006, considerando o disposto no art. 53 do Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004,
> Art. 1º. Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão (BRASILIA, 2006).

Pode-se, notar no trecho a seguir, que a Norma Complementar No 01/2006, regulamentada pela portaria 301 da ABNT, significou a normatização brasileira para a implementação de recursos de acessibilidade na transmissão e retransmissão dos programas veiculados através de rádio e televisão. Ela estabeleceu prazo de dois anos para que tais normas fossem cumpridas, além de determinar a adoção gradual de recursos acessíveis nos programas transmitidos nestes veículos de comunicação. Desta forma, as empresas que administravam os meios de comunicação deveriam oferecer, no prazo de dois anos, duas horas de programas acessíveis e, em um prazo de dez anos, adequarem 100% de sua grade de programação. Tal norma reforça o dever das emissoras de rádio e televisão que possuem permissão para atuar neste ramo, de oferecerem programas acessíveis e este dever passa a ser intransferível, sendo tais emissoras responsáveis diretas pela adaptação dos programas.

> NORMA COMPLEMENTAR Nº. 01/2006
> 4.2. Inclui-se na obrigatoriedade de cumprimento do disposto nesta Norma as pessoas jurídicas referidas no subitem 4.1. "que transmitirem ou retransmitirem programação que, mesmo tendo sido produzida em outros países, seja editada, traduzida ou sofra qualquer adaptação considerada necessária para sua transmissão ou retransmissão com boa qualidade de percepção e compreensão pelo público brasileiro..."
> 5.1. A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter: "b) Audiodescrição, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP), sempre que o programa for exclusivamente falado em Português;..."
> 5.4.2. permitir a inserção de locução, em Português, destinada a possibilitar que pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência intelectual selecionem as opções desejadas em menus e demais recursos interativos, com autonomia." A produção e veiculação dos recursos de acessibilidade

> objeto desta Norma deverão ser realizados com observância dos critérios e requisitos técnicos especificados na ABNT NBR 15290:2005 – Acessibilidade em Comunicação na Televisão, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ".a) no mínimo, uma hora, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e uma hora na programação veiculada no horário compreendido entre 20 (vinte) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;..." "...h) a totalidade da programação diária, dentro do prazo de 132 (cento e trinta e dois) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma..."
> 10.1. As emissoras de radiodifusão de sons e imagens e as retransmissoras de televisão são responsáveis pela produção e veiculação dos recursos de acessibilidade definidos no subitem 5.1 em todos os programas dos quais sejam detentoras dos direitos autorais.
> 10.2. Cabe a cada pessoa jurídica detentora de concessão para executar o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, a intransferível e exclusiva responsabilidade pela implementação dos meios necessários para que a programação veiculada contenha os recursos de acessibilidade previstos nesta Norma (BRASILIA, 2006).

Após a publicação pelo Ministério das Comunicações da Portaria 310 acima comentada, o então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva assinou o decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a implantação no Brasil do modelo Japonês de transmissão e retransmissão de programas, o SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre que passou a substituir o sistema analógico de transmissão que era o modelo adotado no país e atualmente passa pelo processo de transição para o sistema digital.

É importante lembrar que a Norma Complementar nº 1, assim como a NBR 15290 expedidas pela ABNT, foram elaboradas com base nos recursos de acessibilidade previstas para o padrão de televisão analógico, visto que, até o momento da publicação das mesmas, não havia definição sobre qual sistema de transmissão o Brasil adotaria como padrão.

Vejamos as consequências provocadas por este decreto:

> Art. 4º O acesso ao SBTVD-T será assegurado, ao público em geral, de forma livre e gratuita, a fim de garantir o adequado cumprimento das condições de exploração objeto das outorgas.

> Art. 5º § 1º. O Comitê de Desenvolvimento fixará as diretrizes para elaboração das especificações técnicas a serem adotadas no SBTVD-T, inclusive, para reconhecimento dos organismos internacionais competentes.
> § 2º O Comitê de Desenvolvimento promoverá a criação de um Fórum do SBTVD-T para assessorá-lo acerca de políticas e assuntos técnicos referentes à aprovação de inovações tecnológicas, especificações, desenvolvimento e implantação do SBTVD-T.
> § 3º O Fórum do SBTVD-T deverá ser composto, entre outros, por representantes do setor de radiodifusão, do setor industrial e da comunidade científica e tecnológica.
> Art. 6º O SBTVD-T possibilitará: III - interatividade
> Art. 10º O período de transição do sistema de transmissão analógica para o SBTVD-T será de dez anos, contados a partir da publicação deste Decreto.
> § 1º. A transmissão digital de sons e imagens incluirá, durante o período de transição, a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica.
> § 2º. Os canais utilizados para transmissão analógica serão devolvidos à União após o prazo de transição previsto no caput.
> Art. 11º. A partir de 1º de julho de 2013, o Ministério das Comunicações somente outorgará a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens para a transmissão em tecnologia digital.
> Art. 14º. O Ministério das Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T. (BRASILIA, 2006).

O decreto estabelece o prazo de 10 anos para que o processo de transição seja efetivado, bem como garante aos usuários da nova tecnologia o acesso gratuito à informação.

Ao definir o novo sistema de audiodifusão a ser adotado no Brasil, o Ministério das Comunicações não revoga a implantação de recursos de acessibilidade à comunicação através do sistema de transmissão analógica, porém a acessibilidade à informação através do sistema digital, neste momento está indefinida. Mas, em compensação, o decreto deixa claro que as normas que regeriam o novo sistema de transmissão seriam regulamentadas, posteriormente conforme os trechos acima citados.

Além disso, garante interatividade do usuário com a programação, o que nos faz crer que as pessoas com deficiência estão incluídas neste item, pois estes usuários utilizam os recursos interativos para receber e buscar informação.

Porém, este decreto se torna um entrave ao processo de implantação de dispositivos acessíveis no sistema de transmissão analógico, e cria uma obrigatoriedade ambígua: ao mesmo tempo em que as empresas audiodifusoras teriam que implantar dispositivos acessíveis ao sistema de informação analógico e teriam que fazê-la em um período de transição para o sistema digital, o qual, passado o período de transição viria a se tornar o sistema de transmissão de informação padrão do Brasil. Assim, as empresas audiodifusoras se utilizam desta ambiguidade para contestar a acessibilidade nos canais analógicos, descumprindo as legislações anteriores, incluindo tal decreto, cujo texto garantia o pleno funcionamento dos serviços dos canais analógicos mesmo em fase de transição.

Ainda no ano de 2006, o Ministério das Comunicações publicou em 10 de Outubro a portaria nº 652, a fim de regulamentar o decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006 estabelecendo as diretrizes de requerimento de consignação para a transmissão em canais no sistema digital como anunciado no referido decreto.

Vejamos alguns trechos desta portaria:

> Art. 6º. Celebrado o instrumento pactual, a exploradora deverá apresentar ao Ministério das Comunicações, em prazo não superior a seis meses, projeto de instalação da estação transmissora ou retransmissora digital.
> Art. 8º. Instalada a estação digital, a exploradora deverá requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação.
> § 1º. O requerimento deverá ser acompanhado de laudo de vistoria da estação, elaborado por engenheiro habilitado, comprovando que a instalação encontra-se em conformidade com o projeto aprovado.
> Art.12º. O Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências e o PBTVD serão adequados às diretrizes do Decreto nº 5.820, de 2006, e às disposições contidas nesta Portaria (BRASILIA, 2006).

Como o projeto a ser elaborado pelas redes audiodifusoras baseava-se no decreto no5820, e este não continha diretriz para a inclusão de dispositivos acessíveis, o movimento das pessoas com deficiência precisou recomeçar sua luta pela acessibilidade na comunicação, baseado nas legislações voltadas à transmissão analógica, a fim de garantir os mesmos direitos para o novo modelo de transmissão e retransmissão.

A partir daí, a vistoria das instalações das emissoras ficou a cargo do Ministério das Comunicações, porém as permissões seriam concedidas sem os

dispositivos de acessibilidade. Assim as normas das leis referentes ao modelo analógico puderam ser facilmente contestadas.

No ano de 2006, no mês de dezembro, estabeleceu-se um marco nas normas internacionais com foco nas pessoas com deficiência, a publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, garantindo sua plena participação em todos os âmbitos da sociedade.

Sobre o acesso à comunicação podemos citar o seu artigo 30º:

> Art. 30º - Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte.
> 1. Os Estados, partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a participar na vida cultural, em base de igualdade com as demais pessoas, e deverão tomar todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
> A. Usufruir o acesso a materiais culturais em formatos acessíveis;
> B. Usufruir o acesso aos programas de televisão, filmes, teatros e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
> C. Usufruir o acesso a locais de eventos ou serviços culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, a monumentos e locais de importância cultural nacional (BRASILIA, 2006).

Já no ano de 2007, no mês de Março, o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva protocolou, na ONU, o depósito da assinatura da Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. O fato relevante da luta pela implementação da audiodescrição no Brasil foi que o presidente realizou o depósito da assinatura de um protocolo adicional a esta convenção, que submete seus signatários ao monitoramento da ONU para o cumprimento dos princípios da convenção no país.

Em 26 de maio de 2008, um mês antes do final da carência de dois anos determinada pela Norma Complementar nº 1/2006 para o início das transmissões de programação com os recursos de acessibilidade previstos, a ABERT enviou o ofício 40/2008 ao Ministério das Comunicações oferecendo uma série de motivos para solicitar prorrogação do prazo.

O documento alegava impedimentos de ordem legal e uma série de dificuldades técnicas, operacionais e econômicas para a implementação dos recursos de acessibilidade na programação veiculada no Brasil, pelas emissoras afiliadas, conforme podemos ver a seguir:

> 1. O Brasil não é um país homogêneo
> É importante destacar essa característica do país. As emissoras atendem às diversas localidades e, assim como os indicadores sociais do Brasil, variam de região para região, também varia a capacidade de investimento de cada emissora (BRASILIA, 2005).

O primeiro obstáculo destacado neste ofício é a diversidade territorial, cultural e econômica do povo brasileiro e a disponibilidade das emissoras na manutenção da transmissão para com estes.

> 2. Capacidade de Investimento
> Outro ponto a ser destacado é o fato de que as emissoras brasileiras de televisão, públicas e privadas, possuem capacidades diferentes de investimento, sendo que a maioria será incapaz de investir, no médio prazo, em recursos de acessibilidade, como se pretende demonstrar. (BRASILIA, 2005).

Nesse sentido, o investimento em recursos de acessibilidade seria inviável na maioria das redes de radiodifusão devido à desigualdade econômica das mesmas.

> 3. Modelo possível de Televisão
> A maior parte das emissoras atende às suas malhas de cobertura, majoritariamente através de investimentos de prefeituras e de outros órgãos, estaduais e municipais, em infra-estrutura de retransmissão de sinais, de modo geral precária e sobre as quais não têm ingerência (BRASILIA, 2005).

Sendo assim, a maioria destas emissoras recorre às verbas públicas para se manter e prestar os serviços de transmissão.

> 4. Transição para o sistema de TV Digital
> Se por um lado, nesse novo sistema, os recursos de acessibilidade poderão ser mais bem providos, a capacidade de investimento da maior parte das emissoras ainda é pequena e variável e condicionada pela realidade sócio-econômica brasileira.

> Para que possam corretamente se equipar, preservando a oferta do serviço de acessibilidade digitalmente, é necessário que prazos e demandas da portaria sejam revistos, possibilitando que as emissoras migrem tecnologicamente e que os cidadãos com necessidades especiais tenham supridas suas buscas, sem que para tanto as operações sejam inviabilizadas.
> Investimentos em acessibilidade num sistema analógico, que caminha para a obsolescência, são onerosos, ineficientes e despropositais (BRASILIA, 2005).

Desta forma, nesta argumentação, seria inviável o investimento de acessibilidade ao sistema de transmissão analógico, pois é impossível as empresas investirem em acessibilidade numa época de transmissão digital.

> 5. Necessidades da Produção e infra-estrutura.
> Além dos itens já relacionados, os recursos de acessibilidade representam elevado custo de produção e adaptação tecnológica, demandam inexistente mão-de-obra qualificada em número suficiente para atender à demanda imposta, e tornam-se alvo de discrepâncias inerentes ao próprio processo de comunicação dos cidadãos com necessidades especiais a quem a portaria procura atender (BRASILIA, 2005).

É possível perceber que, ao justificar a ausência de implantação de dispositivos de acessibilidade aos meios de comunicação e do emprego de recursos humanos para tal, saindo da realidade da maioria da população, a ABERT afirma que é impossível oferecer dispositivos de acessibilidade caros a uma população sem condições financeiras para mantê-la. Assim, este órgão viola o princípio básico de acessibilidade para todos, aos veículos de informação, bem como, desconsidera as garantias legais do cumprimento de tais direitos.

> 6. Considerações Finais
> As emissoras entendem que é um direito dos cidadãos com necessidades especiais o acesso às informações de qualidade, veiculadas, diariamente, pelo principal meio usado pelo brasileiro para adquirir conhecimento. No entanto, não parece justo que o ônus recaia, exclusivamente, sobre o Setor de Radiodifusão.
> Nesse sentido solicitamos:
> Que a introdução do recurso Audiodescrição seja postergada por um prazo mínimo de 03 anos, até que se estabeleçam diretrizes acerca da formação de profissionais capacitados, conveniência de sua aplicação aos diversos

> tipos de programas e viabilidade econômica das demandas sobre o universo de emissoras.
>
> Que se limite em 8 horas diárias o volume máximo compulsório de oferta dos recursos de acessibilidade, ficando a critério de cada emissora a oferta em volume superior.
>
> Que Audiodescrição e acionamento opcional de Janela Libras apliquem-se, apenas nas transmissões de TV Digital (BRASILIA, 2005).

Finalizando, os ofícios propõem a extensão do prazo de adaptação das redes de áudiodifusão, a regulamentação de uma carga horária mínima de programação adaptada de 8 horas, sendo a acessibilidade ao restante da grade de programação facultativa. Assim, a legenda oculta e a audiodescrição seriam aplicadas apenas ao sistema digital de transmissão, através de regras que deveriam ser estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

Em 27 de junho de 2008, exatamente no dia em que venceria a carência de 02 anos prevista na Portaria 310, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 403, que suspendeu o recurso da audiodescrição por 30 dias, mantendo a obrigação para os demais recursos de acessibilidade previstos na Norma Complementar nº 1. Isto fez com que a sociedade civil se mobilizasse a favor deste recurso de acessibilidade.

A primeira manifestação ocorreu com a moção da FEBEC- Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos em favor da implantação da audiodescrição.

> A medida vem, mais uma vez, adiar ou limitar a possibilidade de um diálogo entre as organizações de pessoas com deficiência, os órgãos do governo e a Associação Brasileira das empresas de Rádio e Televisão, impedindo assim a possibilidade do cumprimento de um direito assegurado pela portaria 310, que determinava em pelo menos duas horas da programação diária das televisões brasileiras, a obrigatoriedade da transmissão com o recurso da audiodescrição, destinado à acessibilidade aos conteúdos televisivos para as pessoas cegas, nas programações dos canais abertos.
>
> Ao mesmo tempo em que a Febec solicita ao Exmo. Ministro Hélio Costa, apoio incondicional à todas as nossas lutas pela acessibilidade, reivindica empenho do ministério, no sentido de incorporar em suas políticas de acessibilidade à comunicação, tecnologias, conteúdos, bens e serviços, plataformas de ação capazes de coibir e remover obstáculos que ainda dificultam ou impedem direitos fundamentais de cidadania das pessoas com

> deficiência, assegurados na legislação brasileira, e, mais recentemente, solidificados pela promulgação da Convenção da ONU.
> Cordialmente, José Antonio Ferreira Freire, Presidente da Febec (RIO DE JANEIRO, 2008).

Assim, além de reforçar a inconstitucionalidade da medida adotada pelo Ministério das Comunicações, a FEBEC- Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos pede o apoio da sociedade política na defesa dos direitos à pessoas cegas e com baixa visão.

Outra entidade da sociedade civil a se manifestar foi a União Brasileira de Cegos, que oficiou ao Ministro das Comunicações manifestando seu repúdio pela publicação da Portaria 403.

> Manifestação da União Brasileira de Cegos para a Procuradoria Federal dos direitos do cidadão
> Ofício 023/2008
> A UBC – União Brasileira de Cegos vem, respeitosamente, solicitar que sejam adotadas as medidas administrativas e judiciais que forem necessárias para coibir os efeitos da Portaria nº 403, de 27 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial do dia 30 subsequente, mediante a qual o Ministro da Comunicação suspende os prazos estabelecidos no subitem 7.1 da Norma Complementar nº 01/2006 aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, no que se refere à implementação do recurso de áudio-descrição de que trata o item 3.3 da mesma Norma.
> A Lei nº 10.098, de 2000, nos artigos 17 a 19, materializou o direito à remoção de barreiras de comunicação para as pessoas com deficiência sensorial, barreiras essas que, por força do Decreto nº 5296, dizem respeito à implantação do recurso de descrição e narração, em voz, de cenas e imagens na programação veiculada pelas emissoras de radiodifusão e suas retransmissoras, hoje conhecido como áudio-descrição.
> O Decreto nº 5.645, de 2005, fixou o prazo impostergável de 120 dias para que o Ministério das Comunicações regulamentasse a matéria, por via de norma interna, regulamentação esta que veio a lume por meio da portaria nº 310, de 27/06/2006, publicada no DOU do dia 28 subsequente que, frise-se, veio a destempo, porquanto deveria ter sido expedida no mês de abril de 2006.
> A Portaria em questão estabeleceu o prazo de 24 meses para a implementação de áudio-descrição, prazo esse que se exauriu em 28 de junho último. Inopinadamente, porém, o Ministério das Comunicações editou a Portaria nº 403, de 27/06/2008, publicada no DOU do dia 30 subsequente,

> descumprindo os prazos do Decreto nº 5.645, de 2005. A atitude do Ministério das Comunicações é absolutamente ilegal, na medida em que seu Titular não detém poderes para suspender prazos legais e, muito menos, para descumpri-los.
>
> Por outro lado, qualquer mudança no cronograma constante da Norma Complementar nº 01/2006, estabelecido, portanto, há mais de dois anos durante os quais o mercado de áudio-descritores se expandiu na expectativa da respectiva demanda, somente serviria para beneficiar, mais uma vez, as emissoras de televisão, porquanto dificilmente haverá crescimento da quantidade desses profissionais se não houver mercado de trabalho que o justifique (BRASILIA, 2008)

Pode-se perceber neste trecho, o descompasso entre a legalidade estabelecida na sociedade política e seus resultados no interior da sociedade civil, neste caso baseados na ilegalidade. Isto demonstra o conflito e a disparidade dos poderes hegemônicos e contra hegemônicos exercidos, respectivamente, pelo Ministério das Comunicações e pelas Entidades de defesa das pessoas com deficiência visual em nível nacional.

Em 09 de julho do ano de 2008, o Congresso Nacional promulgou o Decreto Legislativo 186 que elevou a Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência a Emenda Constitucional, tornando-se o primeiro tratado internacional a vigorar no Brasil nesta categoria.

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, 2008
>
> O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º Fica aprovado, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
>
> Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo, bem como, quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49º da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. (BRASILIA, 2008)

Ao elevar a Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência a status de emenda constitucional, a decisão do Ministério das Comunicações de suspender a obrigatoriedade da implantação da audiodescrição nas transmissões das redes audiodifusoras e televisivas, torna-se definitivamente inconstitucional,

apesar deste documento estar sujeito a adequações legislativas e realidade nacional.

Com a manifestação das entidades nacionais representativas das pessoas com deficiência visual, a Procuradoria Geral da República abriu processo administrativo e oficiou ao Ministério das Comunicações, solicitando esclarecimentos. Em 23 de julho de 2008, o Ministério das Comunicações realizou reunião técnica da qual participaram representantes da ABERT, representantes da UBC – União Brasileira de Cegos – e alguns profissionais de audiodescrição brasileiros.

Em 27 de julho de 2008 a União Brasileira de Cegos e a Federação Brasileira das Entidades De e Para Cegos realizaram assembleia conjunta, na qual decidiram se fundir, formando a ONCB – Organização Nacional de Cegos do Brasil. Isto significou um avanço para o movimento das pessoas com deficiência visual, que até então, possuía duas entidades representativas do segmento em nível nacional. Assim, este acordo entre a FEBEC e a UNC, deu a força necessária para que as pessoas com deficiência visual passassem a ter voz ativa na sociedade.

Em 30 de julho de 2008, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 466, restabelecendo a obrigatoriedade de veiculação do recurso da audiodescrição e determinou prazo de 90 dias para o início das transmissões.

Em Outubro, antes do término do prazo de 90 dias estabelecido na Portaria 466, o Ministério das Comunicações novamente suspendeu a aplicação somente do recurso da audiodescrição, conforme previsto na Portaria 310, para a realização de nova consulta pública com prazo até 30 de janeiro de 2009. Outras entidades ligadas às pessoas com deficiência manifestaram seu descontentamento com as medidas tomadas pelo Ministério da Comunicação em relação ao recurso da audiodescrição.

Uma dessas entidades foi a COCAS – Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador, em Novembro, também emitiu nota pública manifestando seu repúdio à protelação na implementação do recurso da audiodescrição.

Outras instituições que se manifestaram em favor à audiodescrição foram: o Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down que ingressaram no Supremo

Tribunal Federal com Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 160) contra a União.

No documento, alegam descumprimento, pelo Ministério das Comunicações, dos prazos estabelecidos no Decreto Federal 5.296/2004, que determinou a este Ministério a responsabilidade pela regulamentação dos artigos referentes à acessibilidade aos meios de comunicação.

Posteriormente, a ONCB aderiu a esta ação, sendo que este recurso ao Supremo Tribunal Federal foi possível, graças à promulgação da Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, como emenda da constituição brasileira.

> MANIFESTO DE REPÚDIO PELA EDIÇÃO DA PORTARIA QUE POSTERGA A AUDIODESCRIÇÃO.
>
> A Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB vem, pelo presente, manifestar seu repúdio à edição da Portaria 661 do Ministério das Comunicações, que mais uma vez, posterga o direito inalienável das pessoas cegas e com baixa visão à audiodescrição na programação das emissoras de televisão.
>
> A audiodescrição possibilita o acesso à Informação e à Comunicação, que são Direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal e, recentemente, pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que vigora com valor de Emenda Constitucional desde julho de dois mil e oito. As pessoas com deficiência, assim como todos os brasileiros, têm o direito de exercer sua cidadania com dignidade e em igualdade de condições, o que também pressupõe acesso à Comunicação e à Informação.
>
> A ONCB vem, também, ao público, manifestar seu reconhecimento e sua gratidão pelo empenho e pela solidariedade demonstrados pelo Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI- Brasil e pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, visto que, estas organizações mostraram preocupação com a evidente violação de direitos das pessoas com deficiência, o que culminou com o ajuizamento de uma ação inédita perante o Supremo Tribunal Federal.
>
> Por fim, a ONCB informa que tem dado seguimento às iniciativas adotadas pela União Brasileira de Cegos - UBC, tanto no campo das articulações políticas junto ao Governo Federal, quanto na esfera jurídica, a partir de representação protocolizada junto ao Ministério Público Federal, sempre com o intuito de concretizar o mais breve possível o direito das pessoas

> com deficiência visual a terem acesso pleno ao conteúdo veiculado pelas emissoras de televisão (SÃO PAULO, 2008)

Além do reforço à inconstitucionalidade de tal portaria a Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB informa que tomaria todas as medidas legais possíveis, a fim de garantir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência visual. Além disso, podemos ver a transversalidade expressa pelo movimento, pois ao se manifestarem contra as decisões do Ministério das comunicações, os Centros de Vida Independente e a Federação Nacional das Associações de Síndrome de Down, bem como a manifestação de gratidão por parte da Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB mostra como as lutas das pessoas com deficiência, apesar de suas ramificações, não são exclusivas, pelo contrário, ganham força quando as organizações representantes de cada tipo de deficiência se unem em favor da igualdade de direitos.

Em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal também ingressou com Ação Civil Pública contra a União. Neste documento são reveladas estratégias para que os interessados não acessassem o conteúdo da consulta pública, bem como considera desnecessária toda essa burocracia para cumprir um direito específico garantido e conceituado mediante os decretos e portarias já citados, e não apenas mencionado de forma genérica e sem qualquer explicação.

Assim o Ministério das Comunicações foi um órgão da sociedade política contrário à legislação formal, atendendo aos interesses das grandes empresas responsáveis pela comunicação. Essa é a prova mais contundente de que apenas a lei escrita não dá garantias de cumprimento de direitos, e sim, a força que um determinado grupo da sociedade civil consegue exercer sobre os órgãos da sociedade política, fazendo prevalecer sua visão cultural de mundo. Neste sentido, pela lei formal, não precisaria regulamentar quaisquer que fossem os sistemas de transmissão adotados no Brasil, uma vez legalizada a acessibilidade do sistema de transmissão analógico, não necessitaria de novas reformulações para o sistema digital, o que não ocorreu na prática. Como vemos na argumentação do Ministério Público feito a seguir:

> Desde a abertura da consulta, este Parquet vem acessando o respectivo link no site do Ministério das Comunicações na internet, a fim de

acompanhar as sugestões que ali deveriam ser feitas pelos interessados. Ocorre que, o acesso a esta área do site esteve constantemente com problemas, apresentando mensagens de erros e de indisponibilidade. Em contato mantido com membros do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, soubemos que representantes da sociedade civil, bem como o próprio CONADE, também não conseguiram acesso ao referido link, ficando impossibilitados de apresentar suas contribuições. Ocorre que, não obstante as garantias legais existentes, na prática, os deficientes visuais continuam sem acesso à televisão [...] Como vimos, embora o Ministério das Comunicações tenha editado a Norma Complementar 01/2006, este mesmo órgão vem, reiteradamente, suprimindo a eficácia dos dispositivos da norma no que tange ao recurso à áudio-descrição mediante a edição de portarias que suspendem a observância dos prazos ali previstos e desobrigam as emissoras de dar início à programação com o recurso à áudio-descrição. As sucessivas prorrogações administrativas da entrada em vigor da norma que impõe às emissoras de televisão a adequação ao uso de meios e recursos de acessibilidade para deficientes visuais (áudio-descrição) revelam o total descompromisso do Ministério das Comunicações com a concretização de direitos já conquistados pelas pessoas com deficiência. É dizer, aprova-se a norma, mas não se deseja dar efetividade a ela... Ressalte-se, entretanto, que no presente caso não se trata de impor uma obrigação à Administração com base tão somente em preceitos constitucionais gerais e abstratos, mas de exigir que o Ministério das Comunicações dê efetividade à norma infraconstitucional já existente (Norma Complementar nº 01/2006), cuja edição deu-se após ampla consulta pública e participação dos interessados. Não é possível que se permita a retirada, sucessivas vezes, da eficácia de uma norma que já regulamentou a fruição de direitos constitucionalmente consagrados dos deficientes sensoriais à informação, cultura e lazer... A recusa do Ministério das Comunicações em adotar uma atitude de cobrança revela que, na sua balança, pesam mais os interesses comerciais das corporações de televisão brasileiras do que os direitos de cerca de 04 milhões de brasileiros (conforme censo IBGE de 2000), para os quais a TV é, sem dúvida, importantíssimo meio de comunicação e, para muitos, único meio de lazer... Dessa forma, cabe a estas concessionárias de serviço público fornecer um serviço que atenda a toda a população brasileira, conforme as normas impostas pelo Poder Público, dentre as quais a Norma Complementar nº 01/2006. Não há mais, portanto, que se discutir se a adoção de recursos de acessibilidade a deficientes sensoriais implicará custos para as emissoras. Isso já foi amplamente analisado e discutido. Há,

> sim, que se garantir a inclusão de todos os cidadãos brasileiros no sistema de telecomunicações, fazendo-se valer, na prática, os direitos fundamentais constitucionalmente garantidos... Se, atualmente, o modelo predominante é o analógico, e se, para tal modelo, já se faz obrigatória a veiculação de programas com o recurso à áudio-descrição, despiciendo discutir se vale a pena ou não esperar a substituição pelo novo sistema de transmissão (BRASILIA, 2009).

O Ministro das Comunicações Hélio Costa, em maio, mediante despacho, abriu nova consulta pública para que o Ministério das Comunicações recebesse contribuições a respeito da implementação da audiodescrição, conforme notícia divulgada no site do ministério das comunicações. Para essa nova consulta pública foi disponibilizada, no site deste Ministério, uma série de documentos, a fim de nortear a consulta, instituída pela Portaria 661, que se encerrou em janeiro de 2009. No entanto, esses documentos foram publicados no formato PDF, inacessível aos Leitores de Tela, que são programas específicos para que as pessoas cegas, justamente os maiores interessados na implementação do recurso da audiodescrição, pudessem lê-los através do computador.

O CONADE – Conselho Nacional de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em resposta a este desrespeito para com as pessoas cegas e com baixa visão, manifestou-se por ofício ao Ministro das Comunicações, em repúdio à falta de acessibilidade aos documentos publicados no site deste Ministério, os quais seriam analisados e criticados pelos órgãos e segmentos diretamente interessados.

As instituições representativas de outros tipos de deficiência – Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente, a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, bem como a Organização Nacional de Cegos do Brasil – impetraram Mandado de Segurança contra a União. No documento, solicitam o cancelamento da última consulta pública aberta pelo Ministério das Comunicações, em virtude da falta de acessibilidade aos documentos e, ainda, pelo fato de parte deles se encontrarem em outros idiomas, o que restringia, ainda mais, a participação dos interessados na consulta, em igualdade de condições.

Como não houve nenhuma manifestação por parte do Superior Tribunal de Justiça às reivindicações realizadas no Mandado de Segurança, acima citado até 30 de junho, data que encerrou a consulta pública, as entidades impetrantes da ação produziram um aditamento, agora, solicitando a reabertura da

consulta pública ao invés de seu cancelamento, para que as pessoas com deficiência visual pudessem participar como se pode constatar a seguir:

> Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI – Brasil; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD e Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB - Brasil, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aditar a inicial do presente mandado de segurança com pedido liminar, impetrado contra ato do il. Ministro de Estado das Comunicações que não garantiu a necessária acessibilidade aos interessados na consulta pública instituída pela Portaria nº 661/2008, pelos fundamentos a seguir expendidos... Assim, considerando que ainda não houve sequer despacho determinando que a autoridade apontada como co-autora preste as informações de praxe, é de se verificar ser perfeitamente cabível o aditamento ora pleiteado... Dos Fatos... Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado contra ato ilegal do Ministro de Estado das Comunicações que, ao disponibilizar em seu site eletrônico arquivos sobre a audiodescrição, dirigidos ao público interessado na consulta pública referente ao tema, não garantiu a necessária acessibilidade aos documentos lá disponibilizados... Cabe salientar que o Ministério das Comunicações busca, através dessa consulta pública, sugestões à respeito do recurso da audiodescrição nos sistemas de televisão para pessoas com deficiência visual... Assim, com o fim do prazo "para que todos os interessados se manifestem acerca das contribuições apresentadas à Consulta Pública de que trata aquela portaria 2", e considerando que o leitor de telas [3], para ser utilizado, precisa que os arquivos digitais disponibilizados pela autoridade co-autora, estejam ou possam ser convertidos para o formato texto, vez que não consegue reconhecer figuras ou imagens, as pessoas com deficiência visual não puderam enviar suas contribuições por não terem tido acesso aos documentos ali publicados, apesar do notório interesse que possuem sobre o tema da audiodescrição... Diante do exposto e do que mais consta do mandado de segurança, mister se faz a reabertura, liminarmente, do prazo de 45 dias para a referida consulta pública, dessa vez disponibilizando os arquivos de forma a que todos, absolutamente todos, possam se manifestar acerca das contribuições apresentadas... A imediata adoção de ações para respeitar os direitos humanos das pessoas com deficiência visual é medida que se impõe, caso contrário estar-se-á ferindo os direitos humanos líquidos e certos desse segmento social integrante da população brasileira e de todas as pessoas

> com deficiência que utilizam leitores de telas para sua comunicação (UBERLÂNDIA, 2008)

Como resultado destas reivindicações, em decisão liminar, no mês de agosto, o Superior Tribunal de Justiça ordenou ao Ministério das Comunicações a reabertura da consulta pública, no prazo de 45 dias, determinando que todos os documentos publicados no site do Ministério das Comunicações fossem adaptados de modo a permitir sua leitura por pessoas com deficiência visual, bem como a tradução para o português dos documentos publicados em outros idiomas.

O Ministério das Comunicações, em setembro, atendendo à decisão liminar do Ministro Amilton Carvalhido, como resposta ao Mandado de Segurança expedido pelas organizações de pessoas com deficiência, reabriu a consulta pública por 45 dias, e disponibilizou todos os documentos em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual. Assim, foi possível a estas terem acesso aos seguintes documentos: Ofício ABERT nº 7 de 2009; Expediente da Rádio e Televisão Bandeirantes; Memorando 19 do Instituto Benjamin Constant; Expediente da Sociedade Beneficente para Deficientes de Aparelhos Auditivos; Parecer do Quadrante – Consultores em Radiodifusão e Telecomunicações; Audiodescrição nos Estados Unidos; Audiodescrição na Inglaterra, Espanha e Itália: Audiodescrição na Alemanha, Irlanda e Canadá.

Através destes documentos as pessoas com deficiência visual puderam ter acesso ao debate entre organizações da sociedade civil pró e contra a implantação da Audiodescrição e os órgãos da sociedade política, bem como tiveram acesso às realidades de outros países com relação a adoção deste mecanismo de acessibilidade. Neste sentido a disponibilização destes documentos em formato acessível, significou o resultado da luta entre os poderes das instituições conflitantes da sociedade civil pró e contra a audiodescrição, influenciando assim o comportamento da sociedade política.

O Ministério das Comunicações, em Novembro de 2009, publicou a Portaria 985, abrindo mais uma consulta pública na qual apresentou uma minuta de alteração da Norma Complementar nº 1/2006, propondo as seguintes modificações:

> Torna o recurso da audiodescrição exigível apenas na programação veiculada pelas emissoras no sistema de televisão digital;
> Altera o cronograma de implementação da audiodescrição originalmente proposto para iniciar em 2 horas por dia chegando a 100% da programação

> após 10 anos, para 2 horas por semana a partir de julho de 2011 chegando, no máximo, a 24 horas por semana após 10 anos;
> Desobriga as retransmissoras afiliadas a emissoras cabeça – de - rede de tornar acessíveis a programação própria (BRASILIA, 2009)

Em Fevereiro de 2010 a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência passa a substituir a antiga Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que passou a ser vinculada à Secretaria de Direitos Humanos. Isto representou um passo importante, por parte da sociedade política, para que as pessoas com deficiência passassem a serem tratadas como cidadãos comuns, com os mesmos direitos, porém com especificidades devido à característica de pessoa com deficiência.

Este órgão promoveu nova reunião técnica para a qual foram convidados diversos audiodescritores, entidades que representaram as pessoas com deficiência, as emissoras de televisão, diversos órgãos do governo federal, dentre outros. Como resultado dessa reunião, foi protocolado no Ministério das Comunicações mais um documento que atentou para o descumprimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a possibilidade de o Brasil sofrer duras sanções internacionais por descumprir esta norma.

Para alívio dos radiodifusores e decepção dos brasileiros com deficiência visual, o Ministério das Comunicações publicou, em março de 2010, a Portaria nº 188, que formalizou diversas modificações na Norma Complementar nº 1/2006.

Além disso, a nova Portaria do Ministério das Comunicações deixou de tratar questões importantes tais como: a exigência de que as emissoras de televisão divulguem sua grade de programação informando quais programas terão acessibilidade; que as emissoras publiquem relatórios periódicos da programação transmitida com cada recurso de acessibilidade; não estabeleceu responsabilidades para o Ministério das comunicações como, por exemplo, ações efetivas para a disponibilização de Set Top Box adaptadas para o uso por pessoas com deficiência a custo acessível.

Portanto, apesar de o Ministério das Comunicações ter divulgado notícia, em seu site, afirmando que, o Brasil teria quantidade de programação audiodescrita equivalente a de outros países, é evidente o prejuízo ao direito dos

brasileiros com deficiência visual que necessitam da mesma para ter acesso à comunicação. É evidente a diferenciação criada em relação a outros recursos de acessibilidade para a televisão, previstos no Decreto 5296. É, pois, um flagrante desrespeito aos princípios de equiparação de oportunidades estabelecidos pela Convenção Sobre Direitos das Pessoas Com Deficiência da Organização das Nações Unidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto em todo o trabalho podemos fazer algumas considerações importantes: os direitos das pessoas com deficiência foram conquistados através de lutas hegemônicas e contra-hegemônicas, muitas vezes incorporando as concepções caritativas e protecionistas desenvolvidas na realidade das relações sociais brasileiras, a fim de garantir seu espaço, tanto como segmento social, quanto como seres humanos iguais em sua essência. Porém, temos que considerar que o termo "Sociedade para Todos" não é empregado muitas vezes levando em conta a verdadeira realidade social que se constitui de supremacias e submissões provocadas pela disputa de poderes, dentro e fora deste segmento, norteando as políticas públicas que partem da sociedade civil.

Desta forma pode-se dizer que há diferença entre a legislação escrita, legalizada pelo Estado, e, o cumprimento das mesmas, que é fruto de disputas entre discursos hegemônicos e contra hegemônicos dentro da sociedade civil, os quais influenciam na sociedade política. As conceções feitas às pessoas com deficiência por parte da sociedade política exprimem um constante embate contraditório, que reúne, de um lado, ações coercitivas, ou seja, a adoção de mecanismos que garantem a manutenção de um regime através de mecanismos inibidores, e, por outro lado o consenso dos grupos contra-hegemônicos. No caso das pessoas com deficiência visual esta contradição se dá em alguns momentos por uma aparente vitória legal, que contrasta com as políticas contestadoras dos órgãos televisivos, o que leva aos órgãos representativos das pessoas cegas ou com baixa visão a aceitarem determinadas soluções, a fim de manter sua força contra-hegemônica. Estas lutas levam a políticas burocráticas, cuja natureza é um jogo de empurra interminável, o qual nos prova que não há sociedade para todos, e sim, o domínio de

um discurso inclusivo dominante que não corresponde à real situação da sociedade, e em específico do nosso país.

O associativismo que partiu da iniciativa das pessoas com deficiência e sua posterior organização em entidades de pessoas com deficiência, que se opunham em entidades para estas pessoas, foi o início da conquista do direito primordial para que outros fossem conquistados: a autonomia de falarem por si mesmas sem intermediários. A ramificação do segmento em entidades federadas e confederadas não impediu que em alguns momentos todos os tipos de deficiência pudessem se unir em favor de causas comuns. Mas o prejuízo maior foi vivenciado pelas pessoas cegas e com baixa visão, que passaram a ter duas entidades em nível nacional para as representarem. Isto representou um enorme prejuízo para o movimento das pessoas com deficiência visual, pois quando existem várias entidades representativas, a tendência é de que em primeiro lugar ocorram disputas hegemônicas e contra hegemônicas entre tais entidades, e, quando um discurso cultural se sobressai sobre o outro influencia a forma e os rumos de um movimento social, ao exercer o papel de intelectual de toda uma classe de indivíduos. Assim, o que torna o movimento forte é a forma com que as pessoas lidam com seus intelectuais representativos, ou seja, quando os direitos são reivindicados é preciso haver uma instituição forte dentro da sociedade civil que represente as pessoas com deficiência visual, a fim de lutar com outros órgãos da sociedade civil, tais como os ligados aos meios de comunicação, com o objetivo de fazer valer os direitos das pessoas cegas e com baixa visão à informação.

O ano internacional das pessoas deficientes significou a ratificação da adoção em nível internacional das normas expedidas pela Organização das Nações Unidas, visando à inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais. No Brasil, a partir da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 1975, as normas internacionais passaram a ser adotadas de maneira ampla e nortearam as políticas públicas por parte da sociedade política, após várias discussões sobre sua aplicação à nossa realidade pelas organizações da sociedade civil, culminando na aprovação da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, como emenda constitucional.

A Constituição de 1988 foi o confronto mais visível entre o sistema burocrático Brasileiro, o movimento institucionalizado das pessoas com deficiência e todos os níveis da sociedade civil, cujas lutas culturais resultou na garantia a este

segmento de sua igualdade como cidadãos, bem como sua plena participação na sociedade civil e na sociedade política. A pesar do aparato legal brasileiro voltado à inclusão das pessoas com deficiência, conquistado no fim do século XX e no atual século XXI, fazer valer seus direitos não é uma tarefa simples, mas um processo do qual participará órgãos ligados ou não à estas pessoas, que, na medida do possível, farão valer suas visões de mundo em lutas hegemônicas e contra-hegemônicas. Cabe assim a estes indivíduos se apossar do empoderamento necessário para que possam lutar em favor de seu bem estar, sem intermediários ou interlocutores.

Desta forma, com relação ao recurso da Audiodescrição e tantas outras lutas das pessoas com deficiência visual, é evidente o tratamento diferencial em relação a outros recursos de acessibilidade à televisão, tais como os ligados às pessoas com deficiência auditiva e surdas, previstos no Decreto 5296. O descumprimento deste decreto e da lei Nº 10.098 é um flagrante desrespeito aos princípios de equiparação de oportunidades estabelecidos pela Convenção Sobre Direitos das Pessoas Com Deficiência da Organização das Nações Unidas, que no Brasil é a lei máxima com relação ao processo de inclusão destas pessoas. Neste sentido a união da União Nacional de Cegos com a Federação Brasileira de Entidades de Cegos, formando a Organização Nacional de Cegos do Brasil, em 2010, significou um importante acontecimento na união das pessoas cegas e com baixa visão em favor de um bem comum, com força suficiente para lutar tanto no âmbito da sociedade civil, quanto no âmbito da sociedade política. Entretanto o jogo de empurra interminável entre sociedade política e sociedade civil, favorável as empresas de telecomunicação é um exemplo da fragilidade de nossas instituições judiciais, cuja ação ultrapassa a simples existência de uma lei, e oferece contestações intermináveis e favoráveis aos órgãos midiáticos, os quais dominam o acesso a informação no Brasil.

Outro ponto a ser questionado é a eficiência das convenções internacionais, as quais exercem um papel ambíguo de garantia de direitos fundamentais inerentes ao ser humano, e ao mesmo tempo a fragilidade de um documento que, embora ratificado no Brasil desde 2006, até o presente momento não foi cumprido na íntegra, visto que além de nossa fragilidade jurídica, este documento é baseado em um conteúdo geral e generalizante, necessitando assim de um complemento legislativo e normativo para que possa ser cumprido com

eficiência no Brasil. Precisamos de ponderações e ações mais efetivas, pois as vitórias jurídicas são importantes, porém não podem vir desacompanhadas de reflexão, ponderações e críticas, cujo caminho leve em conta tanto o significado de ser e estar no mundo na condição de pessoa com deficiência, bem como as especificidades das ramificações deste segmento populacional.

Por enquanto a teoria Jusnaturalista do século XX, cuja prática remete a direitos Humanos inalienáveis, refletidos nos documentos internacionais, expedidos pela Organização das Nações Unidas e outros órgãos globais, permanecem em um campo teórico, metodológico e conceitual que norteia as práticas da sociedade civil e da sociedade política, porém ao serem aplicadas se deparam com uma estrutura de Estado que vai além de uma simples aplicação de regras, leis e normas, passa por múltiplas realidades dentro da sociedade civil, da sociedade política, e, dos Aparelhos Privados de Hegemonia, enfatizados neste trabalho, nivelando por baixo o segmento das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Elza Maria de Araújo Carvalho et al (orgs.) Braille!? O que é isso? São Paulo: Melhoramentos, 2009.

BUTTIGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C.N., TEIXEIRA, A.P. (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.39-50.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é Ideologia. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125p.

FIGUEIRA, Emilio. Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com Deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. [Quaderni del Carcere. Português] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. V.2.

HOBSBAWM, E. J. Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 598 p.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas Marcos José Silveira MAZZOTTA. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 207 p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 106 p.

___. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). História: pensar & fazer. Niterói-RJ: LDH/UFF, 1998, p.13-32.

MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. História do Brasil Recente-1964-1992. 4ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ática, 1996. 110 p.

SADER, Eder. Quando os novos Personagens entraram em cena: experiência falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ABERT. Apresentação das considerações a respeito do Ofício nº 40/2008 da ABERT(Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), datado de 26 de maio de 2008.Disponível em : < http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com >Acesso em 06 de abr. 2001

APDF. UBERLÂNDIA-MG. ADPF 160: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 2008.

BRASIL. AÇÃO CIVIL PUBLICA DO MINISTÉRIO PUBLICO. 2009.BRASIL. Audiodescrição: Portaria 985 do Ministério das Comunicações. PORTARIA No- 985, DE 26 DE NOVEMBRO 2009.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 186, 2008.
BRASIL. LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Ata da reunião com Agência Nacional de Telecomunicações, Ministério das Comunicações e Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. In: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Brasília, 2004.

BRASIL. NORMA BRASILEIRA. Acessibilidade em comunicação na Televisão ABNT NBR15290. 2005. 10 Pág.

BRASIL. Ofício ABERT 90/2005 Novembro de 2005.

BRASIL. PORTARIA Nº 310, DE 27 DE JUNHO DE 2006.BRASIL. SDH. Secretaria de Direitos Humanos. "História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil". 1ª Edição . Brasília, 2010. 480 p.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL.DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. OFÍCIO 24/2008. Moção Pública da FEBEC Contra a Suspensão do direito À Audiodescrição. In:

Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos. Rio de Janeiro, 28 de junho de 2008.

OFÍCIO Nº 20/2008/UBC. In: Ofício da UBC ao Ministro das Comunicações. 5 de julho de 2008. BRASILIA.

ONCB. Organização Nacional de Cegos do Brasil. Manifesto em Defesa da Audiodescrição. São Paulo (2008)

ONU.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 09/12/75.